

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

**Denilson Gonçalves Cajazeiro**

**REPRESENTAÇÕES SOBRE POLÍTICA NO PROGRAMA  
DOCUMENTAL *GALÁXIAS – OLHARES SOBRE O BRASIL:*  
OUTRAS NARRATIVAS POSSÍVEIS**

**Belo Horizonte  
2019**

**Denilson Gonçalves Cajazeiro**

**REPRESENTAÇÕES SOBRE POLÍTICA NO PROGRAMA  
DOCUMENTAL *GALÁXIAS – OLHARES SOBRE O BRASIL:*  
OUTRAS NARRATIVAS POSSÍVEIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Linguística do Texto e do Discurso.

Área de Concentração: Linguística do Texto e do Discurso

Linha de Pesquisa: Análise do Discurso

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Gláucia Muniz Proença Lara

**Belo Horizonte  
Faculdade de Letras da UFMG  
2019**

Ficha catalográfica elaborada pelos Bibliotecários da Biblioteca FALE/UFMG

C139r

Cajazeiro, Denilson Gonçalves.

Representações sobre política no programa documental *Galáxias – Olhares sobre o Brasil* [manuscrito] : outras narrativas possíveis / Denilson Gonçalves Cajazeiro. – 2019.

124 f., enc. : il., p&b.

Orientadora: Glaucia Muniz Proença Lara.

Área de concentração: Língua Portuguesa e do Discurso.

Linha de Pesquisa: Análise do Discurso.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas

Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 121-124.

1. Galáxias – Olhares sobre o Brasil (Programa de televisão) – Teses. 2. Análise do discurso – Teses. 3. Discurso político – Teses. 4. Discurso midiático – Teses. I. Lara, Glaucia Muniz Proença. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD: 418



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**REPRESENTAÇÕES SOBRE POLÍTICA NO PROGRAMA DOCUMENTAL GALÁXIAS - OLHARES SOBRE O BRASIL: OUTRAS NARRATIVAS POSSÍVEIS**

**DENILSON GONÇALVES CAJAZEIRO**

Dissertação submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Mestre em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, área de concentração LINGUÍSTICA DO TEXTO E DO DISCURSO, linha de pesquisa Análise do Discurso.

Aprovada em 16 de setembro de 2019, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Ana Larissa Adorno Marciotto de Oliveira – Presidente da banca  
UFMG

Prof(a). Maria Magda de Lima Santiago  
UNA

Prof(a). Wander Emediato de Souza  
UFMG

Belo Horizonte, 16 de setembro de 2019.

Prof. Wander Emediato de Souza  
Coord. Programa de Pós-Graduação  
em Estudos Linguísticos  
FALE/UFMG

## **AGRADECIMENTOS**

A minha orientadora, professora Doutora Glaucia Muniz Proença Lara, por acolher minhas inquietações e pelos ensinamentos, incentivos, orientações nos momentos de incertezas e observações precisas e esclarecedoras.

A todos os professores que atravessaram o meu caminho e, de uma forma ou de outra, contribuíram para a minha formação e para esta caminhada que aqui termina.

À UFMG e à Faculdade de Letras, espaços públicos de ensino que proporcionam um ambiente de aprendizagem aberto ao olhar crítico e à reflexão sobre os desafios de nossa sociedade, algo extremamente importante, sobretudo no momento atual em que vive o país.

Aos colegas que fiz durante esta caminhada no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), entre eles o camarada Allyson Afonso Pereira, parceiro de boas e descontraídas conversas para aliviar a pressão que, por vezes, perpassa o ambiente acadêmico.

A minha família, em especial aos meus pais, Edmar Alves e Maria Edna Gonçalves, que me motivaram, desde criança, a sempre buscar o conhecimento, como uma forma de prazer.

Por fim, aos meus maiores e eternos amores, amigos e companheiros: Flávia Cristini e Henrique Cajazeiro. Sem o apoio, a presença e a compreensão deles, este trabalho jamais poderia ser realizado.

*Anos atrás, quando ao estudar os procedimentos da Bolsa de Trigo de Chicago  
Compreendi subitamente como eles administravam o trigo do mundo  
E ao mesmo tempo não compreendi e abaixei o livro  
Logo percebi: você  
Deparou com coisa ruim.*

*Não havia irritação em mim, e não era a injustiça  
Que me apavorava, apenas o pensamento  
“Assim como eles fazem não pode ser” me tomou inteiramente.*

*Essa gente, eu percebi, vive do dano  
Que causa aos outros, não do benefício.  
Esta é uma situação, percebi, que somente pelo crime  
Pode ser mantida, porque é muito ruim para a maioria.  
Desse modo toda grande  
Proeza da razão, invenção ou descoberta  
Levará somente a uma miséria ainda maior.*

*Coisas assim e semelhantes pensei no momento  
Distante de ódio ou lamento, ao abaixar o livro  
Com a descrição do Mercado e da Bolsa de Trigo de Chicago.*

*Muito esforço e muito desassossego  
Me esperavam.*

*(ANOS ATRÁS, BERTOLD BRECHT)*

## RESUMO

Na presente dissertação, buscamos apreender as representações sobre política que emergem no programa documental *Galáxias – Olhares sobre o Brasil*, exibido no canal SescTV, em 2015. Para tanto, à luz da Análise do Discurso Francesa, analisamos as construções discursivas que incidem sobre esse tema mais amplo e que foram produzidas pelos diferentes sujeitos participantes do referido programa. No dispositivo de análise, recorreremos às categorias oriundas da semântica global de Maingueneau (2008), mais especificamente, às noções de temas, intertextualidade e vocabulário. Para nos auxiliar na apreensão do nosso objeto de estudo, mobilizamos também os conceitos de representação e de imaginários sociodiscursivos, bem como os procedimentos discursivos do modo de organização argumentativo propostos por Charaudeau (2015; 2016), além de outros autores dos campos da Comunicação e da Análise do Discurso, tais como Lima (2004), Emediato (2013), Nichols (2005), Amossy (2008), que compuseram o arcabouço teórico para embasar as reflexões acerca do tema em pauta. Partimos da hipótese, que foi confirmada pelas análises, de que o programa documental, uma parceria do SescTV com o Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (USP), resulta em um produto audiovisual com representações mais analíticas e abrangentes da política, em comparação à cobertura empreendida pela mídia tradicional.

## ABSTRACT

In the present dissertation, we seek to apprehend the representations about politics that emerge in the documentary program *Galaxies – perspectives about Brazil*, shown by the SescTV channel in 2015. In the light of French Discourse Analysis, we examined the discursive constructions about such a theme that were produced by the different participants interviewed in the program. In the analytical device, we resorted to some categories from Maingueneau's global semantics (2008), more specifically the notions of themes, intertextuality and vocabulary. In order to help us apprehend our object of study, we also mobilized the concepts of representation and sociodiscursive imaginaries as well as the discursive procedures of the argumentative mode of organization proposed by Charaudeau (2015; 2016). In addition, we used other authors from the fields of Communication and Discourse Analysis, such as Lima (2004), Emediato (2013), Nichols (2005), Amossy (2008), who composed the theoretical framework to sustain our reflections on the proposed theme (politics). Our hypothesis, which was confirmed by the analysis, shows that the documentary program, a partnership between SescTV and the Institute of Brazilian Studies from the University of São Paulo (USP), results in an audiovisual product with more analytical and broader representations of politics when compared to the coverage undertaken by traditional media.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO 1 – Mídia, espaço público e política .....</b>	<b>13</b>
<b>1.1 Espaço público e midiaticização .....</b>	<b>13</b>
<b>1.2 Mídia e política .....</b>	<b>26</b>
<b>1.3 O conceito de política .....</b>	<b>43</b>
<b>CAPÍTULO 2 - Discurso midiático e dimensão argumentativa no discurso em geral e no documentário .....</b>	<b>48</b>
<b>2.1 Discurso midiático e a construção social da realidade .....</b>	<b>48</b>
<b>2.2 Os imaginários sociodiscursivos .....</b>	<b>64</b>
<b>2.3 A dimensão argumentativa do discurso e do documentário .....</b>	<b>70</b>
<b>CAPÍTULO 3 – Da construção do dispositivo analítico ao exame dos depoimentos .....</b>	<b>80</b>
<b>3.1 Contextualizando e construindo o dispositivo de análise .....</b>	<b>80</b>
<b>3.2 Examinando os depoimentos .....</b>	<b>87</b>
3.2.1 A política da exclusão .....	88
3.2.2 Político é tudo igual? .....	92
3.2.3 O povo unido jamais será vencido? .....	95
3.2.4 Quem doa investe .....	99
3.2.5 A política da repressão .....	101
3.2.6 A política militarizada .....	104
3.2.7 Oposição ou governo? .....	107
3.2.8 O futuro à política pertence .....	111
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>114</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>121</b>

## INTRODUÇÃO

Em 9 de junho de 2019, o site *The Intercept Brasil* iniciou a publicação de uma série de reportagens com mensagens privadas trocadas entre o então juiz Sérgio Moro e promotores da Lava Jato, operação anticorrupção que ganhou holofotes no país e no mundo. Um dos fundadores do site, o advogado e jornalista norte-americano Glenn Greenwald, revelou que os diálogos foram extraídos de um aplicativo de conversas e enviados a ele por uma fonte anônima.

As publicações provocaram polêmica no meio político e jurídico, ao expor uma associação entre o então juiz e integrantes do Ministério Público Federal durante a operação, com condutas consideradas inadequadas e que contrariam normas do ordenamento jurídico brasileiro. As denúncias puseram em suspeição a imparcialidade da Justiça brasileira e a legalidade das ações da força-tarefa, que prendeu políticos, executivos e o então candidato do PT Luiz Inácio Lula da Silva, que estava em primeiro lugar nas pesquisas de intenção de voto para a presidência da República. Como consequência, a tese de que o ex-presidente não foi julgado dentro dos parâmetros da normalidade jurídica ganhou força na sociedade, e o então juiz e os membros da operação foram acusados de agir guiados por interesses escusos, visando favorecer certas forças políticas, em detrimento de outras.

Em um primeiro momento, Sérgio Moro e os promotores envolvidos na Lava Jato não negaram a autoria nem a existência das mensagens reveladas. Pouco tempo depois, passaram a questionar a autenticidade delas, dizendo que poderiam ter sido adulteradas ou retiradas de contexto. Outros veículos de comunicação repercutiram as denúncias, ainda que de forma desigual em termos da relevância destinada ao assunto, e alguns deles, como a *Folha de S. Paulo*, passaram também a publicar o conteúdo vazado, em parceria com o site *The Intercept Brasil*. O caso ganhou repercussão nacional e internacional e ficou conhecido ironicamente como “Vaza Jato”.

O acontecimento que acabamos de relatar é mais um episódio da cena política brasileira e expõe a intrincada relação entre a mídia e a política. A literatura acerca do assunto realça a importância da relação entre esses dois campos da experiência humana para a consolidação e o adequado funcionamento das democracias. Nesse contexto, o senso comum e a cobertura midiática costumam associar, de forma mais direta, a

política às atividades desenvolvidas pelos membros dos poderes legislativo e executivo no país ou à revelação de escândalos e condutas antiéticas que lhes dizem respeito. Em outras palavras, as ações envolvendo vereadores, prefeitos, deputados, senadores, governadores, presidente da República e outros atores sociais, na esfera pública ou privada.

Mas quais outras experiências cotidianas podem ser compreendidas pelas lentes midiáticas como pertencentes à esfera política? Com certeza, a resposta não é simples, até porque os diferentes grupos sociais são responsáveis por estabelecer esses limites, expandindo-os ou não, conforme as dinâmicas do contexto histórico. De fato, diversas outras práticas sociais pertencem ao campo político, em conexão direta ou indireta com o âmbito institucional. Por exemplo, uma greve geral contra mudanças no regime de aposentadoria é, sem dúvida, um ato político, e inúmeras outras práticas sociais podem ser abarcadas como parte do domínio da política. Podemos dizer, com efeito, que as abordagens que predominam na esfera pública acerca de um determinado tema dizem muito sobre as representações que construímos, enquanto sociedade, sobre aquele assunto. Para Charaudeau, “as representações sociais organizam os esquemas de classificação e de julgamento de um grupo social e lhe permitem exhibir-se através de rituais, de estilizações de vida, de signos simbólicos” (CHARAUDEAU, 2015a, p. 196).

Nesse sentido, por meio do presente estudo, buscamos empreender, a partir do referencial teórico da análise do discurso, aqui tomada em sentido amplo, uma análise do episódio sobre política do programa documental *Galáxias – Olhares sobre o Brasil*<sup>1</sup>, exibido na emissora SescTV e feito por meio de uma parceria entre o canal e o Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (USP). Dessa forma, o principal objetivo que nos guia é identificar e examinar as representações sobre política que emergem no programa em questão, a partir dos imaginários sociodiscursivos (CHARAUDEAU, 2015a) e das redes de intertextualidade e interdiscursividade construídas pelos sujeitos que enunciam. Para atingir esse objetivo, este trabalho será composto por três capítulos, a partir de perspectivas da Linguística e da Comunicação, a fim de projetar uma linha teórico-metodológica para a análise proposta, com elementos que nos parecem importantes para se pensar a relação entre mídia e política.

---

<sup>1</sup> O episódio sobre política do programa documental está disponível em: <https://sesctv.org.br/programas-e-series/galaxias/?mediaId=8624e4d1d3a6a539da58b1a5bf77de3d>.

No primeiro capítulo, abordaremos as noções de espaço público, midiaticização e política, bem como a relação desta com o campo midiático. No segundo capítulo, apresentaremos uma discussão acerca do discurso midiático, dos imaginários sociodiscursivos e da dimensão argumentativa do discurso e do documentário. No terceiro capítulo apresentaremos as ferramentas teórico-metodológicas deste estudo e faremos a análise do *corpus*. Nesse sentido, recorreremos às noções de temas, intertextualidade e vocabulário, oriundas da semântica global de Maingueneau (2008), e aos procedimentos discursivos apresentados por Charaudeau (2016), ao discorrer sobre o modo de organização argumentativo. Por último, pretendemos, nas considerações finais, expor de forma resumida os resultados da análise, a partir dos elementos recorrentes e/ou que se destacaram na cena discursiva.

Nossa hipótese é a de que os discursos que emergem do programa documental problematizam a visão hegemônica construída na e pela mídia tradicional (principais canais de rádio e televisão do país, bem como os jornais e revistas de grande circulação e suas reproduções na internet) sobre o campo da política, visão essa que se mostra muito personalizada, isto é, focada em personagens políticas e/ou centrada em disputas de poder e em escândalos de corrupção, conforme apontam estudiosos da temática, como veremos. Esse tipo de cobertura jornalística, avaliam os pesquisadores, pouco contribui para uma melhor compreensão da complexidade dos fenômenos sociais e das disputas de visões de mundo em torno deles.

Assim, consideramos que o presente trabalho mostra-se relevante em decorrência de sua dimensão social. Ao pensar a mídia<sup>2</sup> como um campo em que a linguagem é um dos elementos fundantes e constitutivos, a literatura acerca do tema realça o lugar que ela ocupa na contemporaneidade – uma espécie de mediadora e/ou legitimadora, na arena pública, das experiências discursivas de outros campos e responsável por atuar na construção da realidade, interferindo na compreensão que se tem dos eventos sociais.

Acreditamos que examinar um produto midiático, pelo viés da análise do discurso, contribuirá para entendermos melhor os papéis que a instância midiática desempenha na sociedade, além de lançarmos um olhar crítico sobre os discursos e a construção de visões de mundo. Embora se trate de um campo consolidado, com inúmeras e fecundas pesquisas, os estudos em torno do discurso midiático-documental

---

<sup>2</sup>Usaremos neste estudo o termo “mídia”, no singular, como referência aos meios de comunicação. Há autores, no entanto, que preferem o termo “mídias”, para destacar os diferentes veículos do campo midiático, como TV, rádio, jornais impressos, revistas, internet, entre outros. Esclarecemos que, neste trabalho, tratamos da mídia jornalística e não da mídia publicitária.

são sempre abertos a um amplo leque de possibilidades analíticas, com potencial de fomentar contribuições teóricas à interface entre a Comunicação e a Linguística e aprofundar a leitura dessas áreas do conhecimento.

Nesse sentido, também nos parece importante mencionar que a investigação que aqui será feita ganha relevo por se tratar de uma produção discursiva acerca de um domínio importante na sociedade – a política –, cujos desdobramentos relativos às ações dos atores nele inseridos costumam implicar impactos no nosso cotidiano. Dessa forma, ao compreender melhor qualquer campo social, a partir de outros olhares, criam-se condições para que se possa agir com maior precisão, a fim de buscar soluções para impasses e/ou melhorias. Por fim, recorreremos aqui às palavras de Charaudeau, para quem “descrever os imaginários é contribuir para a construção de epistemes, essas ‘grades de inteligibilidade do campo social’ de que fala Foucault” (CHARAUDEAU, 2015a, p. 208).

## **CAPÍTULO 1**

### **MÍDIA, ESPAÇO PÚBLICO E POLÍTICA**

Neste primeiro capítulo, objetivamos apresentar algumas discussões teóricas acerca das noções de espaço público e de mediação, bem como da relação entre mídia e política, dois campos da experiência social cujas ações podem acarretar significativos impactos para a coletividade – tanto no sentido de resultar em benefícios, quanto no de provocar danos. Além disso, pretendemos problematizar o conceito de política, com a finalidade de buscar compreender melhor os alcances dessa atividade humana. À luz das perspectivas analíticas de autores como Thompson (1998), Hjarvard (2012), Charaudeau (2015b), Gomes (1998), Rancière (2018), entre outros, nossa intenção é traçar reflexões teóricas que nos parecem pertinentes para a discussão aqui proposta.

#### **1.1. Espaço público e mediação**

A discussão acerca da relevância da mídia na contemporaneidade, compreendida como uma instância importante para o funcionamento social, somente tem razão de ser se considerarmos o locus privilegiado de projeção de visibilidade que ela ocupa. É a partir dessa premissa que alguns autores debatem o seu papel nas sociedades. Nesse contexto de entendê-la como um espaço de visibilidade ampliado, a que os atores sociais recorrem com o objetivo de publicizar e legitimar o discurso, Gomes (1998) empreende uma análise da esfera pública, com base em autores como Habermas (1984) e Lipovetsky (1989).

Segundo Gomes (1998), a esfera pública é o campo da vida social em que interesses dos mais variados âmbitos, concernentes a uma coletividade, são socializados por meio de proposições argumentativas e racionais. Para ele, a primeira característica da esfera pública são a palavra e a comunicação, que, por meio de argumentos, pretendem convencer o outro (destinatário) a se posicionar de determinada maneira. Envolve, pois, a discussão permanente entre pessoas privadas, reunidas em um espaço público, que buscam um esclarecimento recíproco de objetos comuns de discussão. Uma segunda característica levantada pelo autor é a natureza de razoabilidade e

racionalidade da esfera pública, ou seja, estamos diante de um espaço destinado ao discurso racional, ao melhor argumento, fundamentado em bases racionais e não transcendentais ou de outra natureza.

Em uma breve linha histórica, o autor aponta que a origem da esfera pública moderna remonta às reivindicações da crescente classe burguesa, no século XVI. A então burguesia em ascensão dominava boa parte da economia, mas não possuía o poder de decisão política. Estava, dessa forma, sujeita às decisões do Estado. Daí a necessidade de legitimar a criação de uma esfera pública argumentativa como meio legal de decisão, limitando o poder do Estado, que estaria obrigado a obedecer às deliberações da esfera pública, institucionalizada na imagem do Parlamento. A função do Estado passaria a ser apenas a de gerenciador das decisões tomadas na esfera pública, baseadas no argumento racional. Segundo ressalta Gomes (1998), a esfera pública requer como pré-condição a capacidade de usar, de maneira racional, o discurso. Isso implica que qualquer sujeito dotado dessa capacidade terá o direito de se introduzir na esfera pública:

[...] todos devem ter a chance de introduzir-se na esfera em que possam dizer e contradizer. Não se poderia, de fato, garantir a lei do melhor argumento, da veracidade dos argumentos e contra-argumentos, sem que se admitisse a possibilidade da introdução em pauta de qualquer argumento: esse é o fundamento do princípio da garantia de acesso a todos que caracteriza a esfera pública burguesa (GOMES, 1998, p. 158).

O autor chama a atenção para o fato de que, ao ser considerada como o local do argumento racional, da prevalência da melhor argumentação, a esfera pública é, ao mesmo tempo, a condição e o local onde se gera a opinião pública. Assim, segundo Habermas, citado por Gomes (1998), a esfera pública moderna não mais existe. O que há é apenas uma “aparência de uma pseudoesfera pública, encenada, fictícia, cuja característica maior parece consistir em ser dominada pela comunicação e cultura de massa” (GOMES, 1998, p. 162). A partir da perspectiva de Habermas, o autor destaca que entra em crise não apenas a ideia de uma esfera pública burguesa, conforme proposição moderna, mas também a sua função de mediadora, de ser o âmbito do discurso racional e legitimador diante de temas comuns, explicando que, para Habermas, no centro da degeneração da esfera pública moderna está a presença dos meios e da cultura de massa.

No modelo liberal, a imprensa era ao mesmo tempo um lugar, uma ocasião e um meio da pública comunicação. Nela, por ela e com ela se estabelecia o debate aberto e racional acerca de quaisquer objetos de interesse comum levados a termo por um público de pessoas privadas aptas para o uso público da razão. Na contemporaneidade, a imprensa finda por se o lugar, ocasião e meio pelo qual aquilo que se quer que se torne opinião pública deve circular para obter assentimento dos privados. Não é um meio de debate do qual se espera emergir uma opinião, mas um meio de circulação de opiniões estabelecidas às quais se espera uma adesão, o mais amplamente possível, de um público reduzido a uma massa chamada de tempos em tempos a agir plebiscitariamente (GOMES, 1998, p. 164).

Na análise de Gomes (1998), os meios de comunicação na contemporaneidade servem para difundir e publicizar as opiniões de interesses privados com acesso privilegiado a esses meios. Trata-se de um canal utilizado por proprietários privados, para influenciar pessoas privadas, enquanto público. Para o autor, essa mudança resulta na entrada em cena de outra forma de publicidade, não mais aquela relacionada à publicização de um tema argumentativo e racional, acessível a todos os envolvidos e que buscava convencer sobre um determinado ponto de vista, mas sim de uma publicidade entendida como a exposição de produtos e posições sobre os quais se deseja uma adesão.

De acordo com o autor, a diferença entre as duas posições consiste, sobretudo, no fato de que, da segunda forma de publicidade estão excluídos tanto o debate quanto a racionalidade. As proposições são construídas prescindindo do debate lógico, racional: “precisa, sim, da simpatia, da boa vontade, da adesão, não importando se a sua origem é racional ou meramente emocional – por isso serve-se da sedução” (GOMES, 1998, p. 165).

Trata-se, segundo Habermas, citado por Gomes, de uma construção da adesão, o que implica moldar a opinião pública, no sentido de tentar introduzir, na agenda de um maior número de pessoas, ideias favoráveis àquilo que se pretende defender. Disso resulta uma opinião compartilhada por um determinado número de pessoas, mas que não se pode reivindicar pública, uma vez que não nasceu do debate público. É o que Habermas chama de opinião pública encenada e que ele vai classificar como “refeudalização” da esfera pública, em que “posições apresentam-se segundo certo cerimonial em face de um público disposto a reconhecê-las e segui-las. A esfera pública passa a funcionar segundo o modelo do mercado, portanto, da esfera privada” (GOMES, 1998, p.165-166).

Em outra perspectiva, Gomes recorre a Lipovetsky para empreender uma análise da esfera pública contemporânea que amplie a visão habermasiana. Lipovetsky constrói

um olhar da esfera pública atual sob o viés da moda, não exatamente como um fenômeno relacionado à indumentária, mas sim como um princípio estruturador das sociedades modernas. Assim, o vínculo criado entre moda e modernidade explica-se, segundo o autor, por dois motivos: em primeiro lugar, porque ambas estão associadas à concepção de autonomia individual, de identidade subjetiva, “como valorização da vontade de expressão da singularidade individual e da exaltação da individualidade” (GOMES, 1998, p. 172). Em segundo lugar, porque ambas assumem a valorização do novo, em detrimento do saber e da práxis tradicionais. Disso resulta, na opinião de Lipovetsky, assumida por Gomes (1998), o surgimento do indivíduo mais maleável, autônomo, aberto a opiniões divergentes e sujeito a mudanças de posições. A modalidade discursiva contemporânea pauta-se na novidade, na atração pelo belo, pelo espetacular e pelas aparências, por conteúdos que envolvem elementos espetaculares.

Com isso saímos da era das profecias, entramos numa era em que as interpretações do mundo são mais ligeiras, inconstantes. A forma moda realiza a consumação da democratização do sentido e dos espíritos. O que facilitaria muito mais a argumentação aberta, condição da esfera pública. De fato, espíritos formados nessa mentalidade podem ser menos firmes e convencidos, mas são mais receptivos à crítica, mais tolerantes, mais abertos à argumentação do outro (GOMES, 1998, p. 173).

Em outro texto, que também aborda as perspectivas de ambos os autores citados por Gomes na discussão acerca da esfera pública, Almeida (1999) resume bem a crítica que Lipovetsky faz a Habermas, a qual está centrada no fato de este considerar o consumo midiático como algo redutor da capacidade de uso crítico da razão. Por esse motivo, segundo Almeida, a perspectiva habermasiana é classificada por Lipovetsky como uma concepção elitista e intelectualista, por manifestar a ideia de que

[...] o que diverte não poderia educar o espírito, o que distrai só pode desencadear atitudes estereotipadas, o que é consumido só pode opor-se à comunicação racional, o que seduz a massa só pode engendrar opiniões irracionais, o que é fácil e programado só pode produzir o assentimento passivo. [...] É preciso operar uma revisão de fundo: o consumo midiático não é coveiro da razão, o espetáculo não abole a formação da opinião crítica, o show da informação prossegue a trajetória das Luzes (ALMEIDA, 1999, p. 164).

O autor reconhece que os *media* não criam um espaço de comunicação como teria sido aquela esfera pública burguesa. Porém, isso para ele não é suficiente para que se fale em desintegração da esfera pública, se a tomarmos como o “lugar onde se formam a opinião e a crítica do público” (ALMEIDA, 1999, p. 164).

Gomes (1998) destaca as semelhanças e diferenças entre as leituras traçadas por Habermas e Lipovetsky. Do lado da semelhança, afirma que ambos formulam as suas análises a partir de uma perspectiva moderna. As divergências encontram-se no diagnóstico. Para Habermas, a esfera pública midiática representa o fim da esfera pública autêntica. Na perspectiva contrária, Lipovetsky considera equivocado conceber a esfera pública midiática como uma simulação da esfera pública, ou a desintegração desta. Referindo-se a Lipovetsky (1989), diz Gomes:

Ao contrário, acredita ele, em nosso tempo, que os *media* fomentam e municiam as discussões. Antes de tudo, enquanto fornecem o assunto da troca argumentativa entre as pessoas. Segundo, enquanto conservam o propósito formativo de educar para o raciocínio individual através da exposição das diferenças de perspectiva. Terceiro, enquanto a esfera pública mediática é ainda mais inclusiva que a esfera pública liberal, enquanto o número dos que podem participar do debate finda por coincidir com a dimensão do público dos *media*. Quarto, os *media* não só permitem a interrogação crítica e a polêmica civil como também “pacificam os termos desta mesma interrogação”, difundindo, em alta dose, “a norma pacífica da conversação, um modelo de sociabilidade não-violenta”, desqualificando a agressividade incontrolada e a polêmica exagerada, a incivilidade, enfim (GOMES, 1998, p.178).

Para Gomes, a perspectiva habermasiana tem mais força demonstrativa. Isso porque, segundo ele, a esfera pública demanda necessariamente uma parcela de engajamento discursivo, de seriedade e de convicção em níveis que Lipovetsky reconhece que a sociabilidade contemporânea, estruturada pela moda, é incapaz de gerar. “Pode ser excessivo imaginar uma esfera pública ordenada por uma racionalidade profilaticamente conduzida, circumspecta e grave, mas seria leviano imaginar uma esfera pública unicamente orientada pela volubilidade e frivolidade hedonistas da cena política contemporânea” (GOMES, 1998, p. 182).

Oliveira e Fernandes (2011), ao discutirem perspectivas distintas do pensamento de Habermas, apontam que o filósofo e sociólogo alemão adotou, a partir da década de 1980<sup>3</sup>, uma concepção otimista do espaço público, segundo a qual prevalece, no atual regime democrático, o confronto entre o mundo sistêmico (esfera econômico-administrativa) e o mundo da vida (esfera do cotidiano, com prevalência do afetivo).

---

<sup>3</sup> Nessa década, Habermas assume uma posição bem diferente da visão frankfurtiana anterior. Na sua nova concepção, ele acredita no confronto entre dois mundos – o mundo sistêmico, referente ao administrativo, formulado pelos frankfurtianos, e o mundo da vida, entendido como a esfera do sujeito, das demandas sociais que buscam interferir no mundo sistêmico (OLIVEIRA e FERNANDES, 2011, p. 116-130).

Nesse contexto, os dois mundos se articulam de maneira complexa, heterogênea e marcada pela variedade de atores sociais.

Para Maia (2004), o espaço da visibilidade midiática tem grande importância para aproximar atores do sistema político e da sociedade civil. Ela avalia que essa visibilidade, embora atravessada por forte desigualdade em relação ao acesso dos atores sociais a ela, contribui para a promoção de um diálogo público ampliado e a geração de uma base reflexiva, visando a deliberação nas sociedades contemporâneas, marcadas pela complexidade.

Costa (1998), por sua vez, no texto *Do simulacro ao discurso: esfera pública, meios de comunicação e sociedade civil*, procura diferenciar duas perspectivas concernentes à discussão da relação entre espaço público, mídia e sociedade. A primeira perspectiva caracteriza-se pela centralidade conferida aos *mass media* e pela impossibilidade de um discurso racional adentrar a esfera pública. Nessa visão, é a manipulação de recursos simbólicos e não o mérito dos argumentos que moldará a opinião (política, econômica, de consumo, dentre outras) da sociedade. Trata-se de uma ideia de esfera pública como simulacro. A segunda linha analítica distingue-se da primeira por conferir importância a outras instâncias constitutivas da esfera pública, como organizações da sociedade civil, redes informais de trocas simbólicas etc., e por considerar a possibilidade de formação de um campo de ação discursiva, no âmbito da esfera pública, relativizando, portanto, o papel de manipulação dos meios de comunicação.

Dessa maneira, Costa destaca o trabalho de alguns autores visando explicitar as duas correntes teóricas. Para o sociólogo alemão Neidhardt (1994), a esfera pública é um “sistema de comunicação especializado na reunião, processamento e na transmissão de temas e opiniões” (NEIDHARDT, apud COSTA, 1998, p. 118). Para o referido sociólogo, enquanto, por um lado, líderes partidários, representantes de grupos organizados e os meios de comunicação são, em última instância, os atores da opinião pública, por outro lado, o público é classificado como simples destinatário das mensagens, sem voz pública efetiva.

Disso decorre a conclusão de que a esfera pública não incorpora a opinião dos cidadãos, o que leva Neidhardt a distinguir opinião pública de opinião da população: “a opinião pública corresponde à opinião dominante entre aqueles que, de fato, têm voz ativa na esfera pública, enquanto a opinião da população compreende a opinião reinante entre o público” (NEIDHARDT, apud COSTA, 1998, p. 119). De acordo com Costa, os

movimentos sociais emergiram exatamente nesse espaço entre os atores da esfera pública e o público. Ao notarem que os assuntos que realmente lhes eram importantes não estavam sendo discutidos pelos atores da esfera pública, os movimentos sociais se organizaram e criaram meios de inseri-los nesse espaço.

Segundo Costa, Baringhorst (1996) também desenvolveu um estudo acerca do processo de redução das possibilidades discursivas – entendidas como processo de convencimento pelo mérito dos argumentos – da esfera pública. Na pesquisa dessa autora acerca dos fatores que motivam a participação em campanhas públicas de solidariedade, ela conclui que os modernos atores sociais engajados em manifestações humanitárias, ecológicas e pacifistas transformaram-se em profissionais do jogo de imagens, recorrendo a recursos imagéticos e emotivos, capazes de reunir milhares de adeptos. Conforme a autora, citada por Costa, não se deve esperar das mobilizações coletivas nas sociedades contemporâneas que se constituam contextos comunicativos, de intercâmbios discursivos:

O discurso apelativo do espetáculo político-moral dos media não dissolveu, é verdade, o discurso argumentativo dos intelectuais – as reminiscências da esfera pública burguesa persistem, com certeza, nos círculos universitários, academias e revistas especiais. Entretanto, a esfera pública hoje é produzida antes por estratégias políticas persuasivas e de imagens que por estratégias políticas verbais e argumentativas (BARINGHORST, *apud* COSTA, 1998, p. 120).

De acordo com Costa (1998), essa perspectiva analítica, na qual a mídia anula as possibilidades discursivas da esfera pública, é frequentemente reconhecida pela pesquisa em comunicação social no Brasil<sup>4</sup>. Percebemos, dessa forma, que o autor buscou

---

<sup>4</sup> Ao contrário de muitos intelectuais e teóricos da comunicação, que costumam destinar um olhar mais crítico ao trabalho da mídia, o cientista político francês Dominique Wolton constrói uma visão bem menos pessimista dos meios de comunicação. Segundo ele, é preciso preservar a mídia generalista (emissoras de rádios e televisão e jornais impressos generalistas), pois ela abrange diferentes classes sociais e as ajuda a pensar e a refletir sobre os diferentes assuntos que permeiam a sociedade. Por isso mesmo, o autor, em sua obra “Elogio do Grande Público” (1996), defende a televisão aberta, voltada para a grande massa, em oposição à tv por assinatura ou temática. Enquanto a primeira, segundo ele, desempenha um importante papel de integração social, a segunda contribui para a atomização do corpo social.

Em entrevista a Juremir Machado da Silva, Wolton diz que intelectuais não gostam da mídia porque a consideram como mecanismo de manipulação das opiniões e dos indivíduos. No entanto, segundo ele, o público, em geral, é crítico em relação às imagens, e não passivo. “Além disso, os intelectuais, com frequência de esquerda, que defendem a emancipação do povo, deviam perceber que o rádio e a televisão são instrumentos de emancipação de massa. Resultado: faz mais de 50 anos que os intelectuais não conseguem pensar o estatuto dos meios de comunicação de massa, contentando-se em repetir os mesmos estereótipos sobre o ‘povo manipulado pela mídia’, sem ver que, ao contrário, o público é mais inteligente do que parece, pois

explicitar a primeira abordagem citada anteriormente. Em relação à segunda vertente analítica, Costa também recorre a alguns casos da literatura sobre a temática para elucidá-la. Segundo ele, não se trata de recusar por inteiro a ideia da “mudança estrutural” da esfera pública burguesa, nem os processos de espetacularização e a consequente perda de conteúdo discursivo na comunicação pública – que, conforme afirma, são empiricamente “iniludíveis”. Trata-se de ampliar o campo da esfera pública, para dar conta do conjunto de processos sociais com estruturas comunicativas específicas. Assim, o autor analisa a guinada teórica empreendida por Habermas (1990), que revisa as teses centrais de sua obra *Mudança estrutural da esfera pública*.

Segundo Habermas (1990), citado por Costa, não se pode subestimar o público receptor, capaz de manter um potencial crítico acerca das mensagens da mídia. Para o teórico alemão, na esfera pública desembocam tanto os fluxos comunicativos do mundo da vida, portando orientados para o processo discursivo, argumentativo, quanto os esforços da mídia em construir a “lealdade política e influenciar as preferências de consumo”. Logo, “a canalização dos fluxos comunicativos provindos no mundo da vida para a esfera pública cabe fundamentalmente ao conjunto de associações voluntárias desvinculadas do mercado e do estado a que se denomina sociedade civil” (COSTA, 1998, p. 127).

O estudo de Schenk e Rossler (1994), mencionado pelo autor, com o título de *O público subestimado*, é mais um exemplo que relativiza o aspecto de centralidade conferido à mídia e problematiza a discussão, sobretudo no que concerne à primeira abordagem mencionada. De acordo com Costa, o trabalho dos autores busca, por meio de análises empíricas, precisar a importância dos meios de comunicação na formação da opinião da sociedade alemã acerca de temas relevantes, como a reunificação do país e os imigrantes. Segundo as conclusões da pesquisa, as redes pessoais funcionam, de maneira significativa, como um “escudo” que protege o público-receptor da influência dos meios de comunicação. “Tais redes constituiriam fonte fundamental para a formação da opinião pública política e para a atribuição de pesos (hierarquização) e reconhecimento da relevância dos diferentes temas” (COSTA, 1998, p. 128).

Por meio desse breve percurso teórico, podemos verificar que permanecem as controvérsias na literatura quanto ao real papel da mídia na conformação do espaço público na contemporaneidade. Nesse contexto de discussão, recorremos a Thompson (1998), que aborda as implicações do desenvolvimento dos meios de comunicação de massa.

O autor destaca que, em todas as sociedades, os seres humanos ocupam-se em produzir e intercambiar informações e conteúdos simbólicos entre si. Ressalta, dessa forma, que os meios de comunicação serão os elementos centrais de mediação desse intercâmbio e de produção de materiais simbólicos e informativos nas sociedades contemporâneas e que o desenvolvimento da mídia implica uma nova configuração desse papel de mediador, resultando em novos processos de produção, armazenamento e circulação de produtos simbólicos e informativos, além de uma reestruturação dos processos de socialização dos indivíduos. Thompson observa que todo o processo de troca simbólica demanda o uso de um substrato material, de um meio técnico. Passa, assim, a enumerar os atributos dos meios técnicos, com o objetivo de explicitar as suas características.

Um primeiro atributo apontado pelo autor é a capacidade que o meio técnico possui de fixar, no tempo e no espaço, uma determinada produção simbólica. Por exemplo, no caso de uma conversa entre duas pessoas, a capacidade de fixação da troca de conteúdo simbólico vai ser pequena, dependendo exclusivamente da memória dos interlocutores. Já para um discurso reproduzido em um livro, a capacidade de fixação aumenta significativamente. Atualmente, com o advento da internet, a capacidade de fixação torna-se ainda mais robusta, em decorrência da existência de bancos de dados, disponíveis para quem acessa a rede. Um segundo atributo dos meios técnicos é o que possibilita certo grau de reprodutibilidade. Conforme ressalta o autor, o desenvolvimento tecnológico permitiu um aumento em escala considerável do grau de reprodução de uma forma simbólica.

A terceira característica dos meios técnicos é que eles permitem um distanciamento espaço-temporal, embora o grau de distanciamento varie substancialmente de acordo com o meio técnico empregado. Assim, em uma interação face a face, o distanciamento torna-se relativamente pequeno. Os indivíduos estão fisicamente presentes e partilham o mesmo espaço e tempo. Mas há situações, por exemplo, em que um pronunciamento de uma autoridade é gravado por uma câmera e disponibilizado anos depois para apreciação. Os indivíduos estarão, nesse caso, em

contextos espaço-temporais bem distintos do processo produtivo. Para Thompson, esse atributo traz implicações importantes na maneira como os indivíduos estabelecem suas relações na sociedade:

Ao alterar as condições espaço-temporais da comunicação, o uso dos meios técnicos também altera as condições de espaço e tempo sob as quais os indivíduos exercem o poder: tornam-se capazes de agir e interagir à distância; podem intervir e influenciar no curso dos acontecimentos mais distantes no espaço e no tempo. O uso dos meios técnicos dá aos indivíduos novas maneiras de organizar e controlar o espaço e o tempo, e novas maneiras de usar o tempo e o espaço para os próprios fins. O desenvolvimento de novos meios técnicos pode também aprofundar o impacto com que os indivíduos experimentam as dimensões de espaço e de tempo da vida social (THOMPSON, 1998, p. 29).

O autor chama, pois, a atenção para os impactos implicados no desenvolvimento tecnológico das telecomunicações. O advento das novas tecnologias possibilitou uma disjunção entre o espaço e o tempo, ou seja, os conteúdos simbólicos passaram a ser transmitidos para contextos geográficos cada vez mais distantes do local de produção simbólica e em uma escala de tempo cada vez menor. Assim, tornou-se possível experimentar eventos simultâneos em locais diferentes.

Há ainda outro aspecto apresentado pelo autor, resultante do desenvolvimento da instituição midiática. Trata-se do papel central que os meios de comunicação exercem nas sociedades contemporâneas, como um elemento de coesão da estrutura sociocultural. Thompson destaca que as tradições desempenhavam a função de ser a esteira do processo de transmissão simbólica, que permitiam a compreensão do passado e do sentido de continuidade histórica das comunidades em que os indivíduos pertenciam. Com a crescente e industrial disponibilização de conteúdos simbólicos pela mídia, houve uma gradual alteração nesse processo de compreensão do passado e do sentido de desenvolvimento histórico, passando esse papel a ser desempenhado, de maneira mais significativa, pelo material proveniente dos meios de comunicação de massa. “O papel das tradições orais não foi eliminado, mas estas tradições foram suplementadas, e até certo ponto reconstituídas, pela difusão dos produtos da mídia” (THOMPSON, 1998, p. 38). Nesse sentido,

O desenvolvimento dos meios de comunicação criou assim o que agora descrevemos como uma “historicidade mediada”: nosso sentido do passado e de como ele nos alcança se torna cada vez mais dependente da expansão crescente de um reservatório de formas simbólicas mediadas. Muitos indivíduos nas sociedades ocidentais hoje chegaram ao sentido dos principais acontecimentos do passado, e até dos mais importantes acontecimentos do século XX (as duas guerras mundiais, a revolução russa, o holocausto, etc.),

principalmente através de livros, jornais, filmes e programas televisivos. A tradição oral e a interação face a face continuam a desempenhar um papel importante na elaboração de nossa compreensão do passado, mas elas operam cada vez em conjunto com um processo de compreensão que se serve cada vez mais do conteúdo simbólico presente nos produtos das indústrias da mídia (THOMPSON, 1998, p. 38).

Esse excerto, que realça o papel da mídia na contemporaneidade, remete à discussão sobre o conceito de midiaticização. Em linhas gerais, o termo é usado para referir-se à mídia como agente de mudança social e cultural, por meio de um processo de imbricamento com outros campos e instituições presentes na sociedade, como a política, a ciência e a religião. Para Stig Hjarvard (2012), a sociedade contemporânea está atravessada pela mídia de tal forma que se torna impossível pensá-la como algo separado das demais instituições culturais e sociais. Estas, por sua vez, se veem obrigadas a se adaptarem, com graus variados de ajuste, à lógica midiática. “A mídia é, ao mesmo tempo, parte do tecido da sociedade e da cultura e uma instituição independente que se interpõe entre outras instituições culturais e sociais e coordena sua interação mútua” (HJARVARD, 2002, p. 55).

De acordo com o autor, o termo foi usado pela primeira vez pelo pesquisador sueco Kent Asp, em 1986, para se referir ao impacto dos meios de comunicação na política, mais especificamente para pensar em como o sistema político se ajustava às rotinas e demandas dos meios de comunicação de massa, durante a cobertura das atividades políticas. Uma das adaptações, por exemplo, seria a maneira pela qual os políticos elaboram suas declarações públicas, como forma de dotá-las de maiores chances de ser repercutidas pelo sistema midiático. Nesse aspecto, o autor salienta o fato de que a midiaticização deve ser compreendida como um fenômeno contemporâneo, vinculado ao atual desenvolvimento global das sociedades e da cultura. Não se trata de um processo universal, ressaltava Hjarvard, mas sim de uma tendência que ganhou força nos últimos anos do século 20, em sociedades modernas, altamente industrializadas e, principalmente, ocidentais. Conforme a globalização avança, outras regiões e culturas vão sendo inseridas nessa dinâmica, cada qual com suas particularidades.

Hjarvard também pondera acerca da tendência de se definir como algo questionável a dependência de outras instituições à dinâmica e à lógica midiáticas. No seu entender, não se pode determinar *a priori* se a midiaticização possui consequências positivas ou negativas; isso deve ser analisado em cada caso específico, de acordo com particularidades contextuais e institucionais.

A midiatização, tal como definida aqui, significa não apenas que a mídia desempenha um papel próprio, mas que, de uma vez, alcançou o status de instituição independente e fornece os meios pelos quais as demais instituições e atores se comunicam. Os meios de comunicação influenciam e intervêm na atividade de outras instituições, tais como família, política, religião organizada etc., ao mesmo tempo em que também proporcionam um espaço público para a sociedade como um todo, isto é, fóruns de comunicação virtuais compartilhados que outras instituições e atores, cada vez mais, utilizam como espaços para sua interação (HJARVARD, 2002, p. 68).

Em seu artigo, Hjarvard apresenta a distinção entre midiatização direta (forte) e indireta (fraca), mas ressalta que não se trata de definir uma forma como mais importante que outra. Ambos os modelos, destaca o autor, operam muitas vezes de maneira combinada e são igualmente relevantes.

A midiatização direta ocorre quando uma prática antes não mediada, ou seja, não dependente da interação com um meio, se converte em atividade mediada. Como exemplo, o autor cita um jogo de xadrez que, em determinada circunstância, passa a ser disputado pelo computador, na internet. Com isso, o que antes era uma atividade que exigia uma presença física, face a face, diante de um tabuleiro, ganha uma dimensão virtual, mediada por uma tecnologia, podendo ser jogado com outras pessoas distantes fisicamente ou até mesmo contra o software da máquina. Nessa forma de midiatização, é fácil estabelecer um antes e um depois.

Já a midiatização indireta é quando uma determinada atividade é cada vez mais influenciada pelos símbolos e mecanismos midiáticos, por meio de um processo em geral mais sutil. O exemplo citado pelo autor é o de redes de *fast foods* que, na atualidade, não se restringem à oferta de alimentos, mas os associa a uma rede de experiências que envolve filmes e animações, brinquedos, brindes, além da presença dos meios de comunicação, tanto no aspecto simbólico quanto econômico. A ida ao *fast food* passa a integrar um contexto experiencial mais amplo, de ordem cultural e atravessado pelo sistema midiático, e não apenas um momento para se alimentar.

Um exemplo mais complicado de midiatização indireta é o desenvolvimento do discurso intertextual entre os meios de comunicação e outras instituições da sociedade. Por exemplo, o conhecimento dos brasileiros sobre os EUA também se deve às narrativas dos meios de comunicação (fato e ficção) sobre o país; como consequência, as discussões políticas brasileiras sobre os EUA também estão entrelaçadas com representações midiáticas da cultura, dos costumes e da história norte-americanos (HJARVARD, 2012, p. 67).

Nesse sentido, Hjarvard pontua que o fenômeno da mídiatização tem sido responsável, em escala global, pela crescente virtualização das instituições sociais. Antes vinculadas a lugares específicos, as instituições extrapolaram seus limites geográficos e ganharam terrenos virtuais. A política dos parlamentos, por exemplo, está cada vez mais inscrita em instituições como a família, por meio das notícias que chegam do rádio, do jornal impresso, da internet ou de grupos em redes sociais. Com efeito, a sociedade assume uma “conectividade complexa” (HJARVARD, 2012, p. 83), que concorre para facilitar tendências muito díspares da sociedade, tanto em âmbito micro como macrossocial, como globalização, individualização, nacionalização e localização. Nesse sentido, observa o autor, a tendência que prevalecerá vai depender da instituição ou da atividade social em questão, bem como do contexto no qual estão inseridas.

A mídiatização deveria ser vista como um processo de modernização em paridade com a urbanização e a individualização, em que os meios de comunicação, de forma semelhante, tanto contribuem para desvincular as relações sociais de contextos existentes quanto para reinseri-las em novos contextos sociais (HJARVARD, 2012, p. 88).

No contexto de reflexão em torno da presença da mídia na sociedade, Thompson (1998) afirma que o desenvolvimento dos meios de comunicação gerou novas formas de “ação responsiva”, que, em outras palavras, significa a resposta que os indivíduos podem dar ao processo de recepção da produção midiática que acontece em contextos espaço-temporais bem distintos daqueles do processo produtivo. Desse modo, o autor afirma que as mensagens da mídia adquirem a forma de “elaboração discursiva”: “elas são elaboradas, comentadas, clarificadas e elogiadas pelos receptores que tomam as mensagens recebidas como matéria para alimentar a discussão ou o debate entre eles e com os outros” (THOMPSON, 1998, p. 100). Esse processo de elaboração discursiva pode envolver indivíduos que não tomaram conhecimento da informação por meio da mídia, mas sim através de uma troca informacional face a face. E assim as mensagens da mídia multiplicam-se, de acordo com a importância emprestada ao que foi transmitido.

Não resta dúvida, portanto, de que em alguns casos a mídia desempenhou (e continua a desempenhar) um importante papel e de que, se as imagens e informações mediadas não tivessem chegado aos receptores, as formas de ação coletiva não se teriam manifestado da mesma forma, na mesma extensão e com a mesma rapidez (THOMPSON, 1998, p. 104).

O autor cita o exemplo da extensa cobertura midiática da guerra do Vietnã como responsável, em certa medida, pelo fortalecimento e pela organização do movimento pacifista. Outro episódio mais recente historicamente envolvendo conflitos de guerra foi a exibição de fotos pela imprensa, em 2004, de presos iraquianos sendo torturados por soldados americanos. As imagens foram consideradas elementos importantes de questionamento da invasão americana no Iraque e contribuíram para a queda na aprovação do governo republicano de George W. Bush.

No contexto brasileiro, são inúmeros os casos em que informações transmitidas pela mídia desacreditaram autoridades públicas diante da sociedade. Um episódio recente resultou na demissão, em fevereiro deste ano, do então ministro da Secretaria-Geral do governo, o advogado Gustavo Bebianno. Sua permanência no cargo tornou-se insustentável, após a publicação de reportagens sobre irregularidades que teriam sido praticadas por ele em campanhas eleitorais do seu partido, o PSL. Esse caso, que recebeu na imprensa o nome de “Laranjal do PSL”, em alusão às denúncias do uso de candidaturas “laranjas” com a finalidade de desviar recursos públicos, ilustra a tensa disputa que se estabelece, muitas vezes, entre os campos da mídia e da política, razão que nos leva a abordar essas duas instâncias no próximo tópico.

## **1.2 Mídia e política**

A relação entre a mídia e a política, dois campos em projeção neste trabalho, desperta o interesse de instituições e de acadêmicos de variadas áreas do conhecimento, da linguística à comunicação ou às ciências sociais, em geral. Talvez por serem duas áreas cujas atuações tendem a trazer implicações diretas para o funcionamento das democracias, pesquisadores de diferentes matizes teóricas debruçam-se sobre elas, em busca de compreender melhor os meandros e as consequências dessa relação. É forçoso reconhecer que, em que pese o crescente estudo em torno dessas duas áreas, algumas importantes questões permanecem em aberto, como o grau de influência e a capacidade que cada uma delas possui de determinar a agenda pública.

Nesse contexto, Lima (2004) apresenta um panorama das pesquisas brasileiras sobre mídia e política. Sem a pretensão de propor um quadro definitivo ou exaustivo, o autor aponta as sete principais teses que balizam os estudos acerca do tema no cenário acadêmico nacional. Iremos apresentá-las aqui, intercaladas com reflexões de outros autores, como forma de ampliar a abordagem dos temas. A primeira dessas teses, já

abordada neste trabalho, refere-se à centralidade da mídia nas sociedades contemporâneas. Segundo o pesquisador, a construção do conhecimento público, que permite aos cidadãos decidir sobre questões de interesse da coletividade, não seria possível sem o trabalho desempenhado pela mídia.

Um bom exemplo dessa centralidade é o papel crescente da mídia no processo de socialização, em particular, na socialização política. [...] Todavia, o papel mais importante que a mídia desempenha decorre do poder de longo prazo que ela tem na construção da realidade através da representação que faz dos diferentes aspectos da vida humana – das etnias (branco/negro), dos gêneros (masculino/feminino), das gerações (novo/velho), da estética (feio/bonito), etc. – e, em particular, da política e dos políticos. É através da mídia, em sua centralidade – que a política é construída simbolicamente, adquire um significado (LIMA, 2004, p. 51).

A segunda tese relaciona-se à inexistência da política sem a mídia. Em outras palavras, na contemporaneidade, os diferentes atores políticos, entre eles os partidos, buscam a visibilidade midiática para expor os seus pontos de vista e conquistar adesões a eles. Para que a grande maioria dos cidadãos conheça melhor o que se passa no ambiente político, em suas mais variadas esferas, é necessário que as informações do meio ganhem um tratamento noticioso e uma exposição midiática. Além disso, se, antes do desenvolvimento do circuito midiático, um evento público implicava o compartilhamento de um lugar comum, um espaço físico, atualmente o chamado público pode estar distante no tempo e espaço. “Dessa forma, a mídia suplementa a forma tradicional de constituição do ‘público’ mas também a estende, transforma e substitui. O ‘público’ agora é midiaticizado” (LIMA, 2004, p. 51). Em outras palavras: o conhecimento das posições partidárias, das decisões e declarações dos diversos atores políticos, das campanhas eleitorais, das posições acerca de temas candentes na sociedade, entre outros aspectos da política, depende em boa medida da presença nos meios de comunicação, uma vez que essas experiências normalmente não fazem parte do nosso cotidiano.

Como a demanda cognitiva acerca do mundo cotidiano ultrapassa as possibilidades espaciais dos indivíduos, é satisfeita através de instrumentos e processos técnicos de produção, elaboração, e transmissão de informação ou noções cognitivas acerca do real. A indústria da informação é, então, o sistema institucional que congrega e controla tais instrumentos e procedimentos técnicos, desde a fase da produção de materiais informativos até a sua teledifusão pelo planeta (GOMES, 2004, p. 324).

Ao discutir a natureza da visibilidade nas eleições presidenciais de 2002, Rubim (2002) argumenta que o primeiro desafio de qualquer ator político na atualidade é a aquisição da existência pública. Para ele, o que condiciona a competitividade do ator político em uma disputa eleitoral na contemporaneidade é a sua dimensão de existência pública midiaticizada. O ator político deve acionar todos os meios existentes para adquirir visibilidade pública, sem a qual se torna difícil a sua legitimação no cenário político-social.

Thompson (1998), por sua vez, postula que, se, por um lado, a mídia permite que se amplie a visibilidade dos atores políticos, por outro, ela também traz o risco de essa maior exposição se transformar em algo danoso para a imagem, por meio de gafes, escândalos, descontrole em público e vazamentos de informações sigilosas. Tal risco é o que motiva os atores políticos a demandarem o trabalho de profissionais, como assessores de imprensa, para gerenciar essa exposição na mídia.

A terceira tese elencada por Lima (2004) parte do postulado de que a mídia estaria substituindo algumas das funções tradicionais dos partidos políticos, como construir a agenda pública, fiscalizar as ações dos governos, exercer a crítica das políticas públicas e canalizar as demandas da população. De acordo com o autor, essa substituição é apontada por especialistas como uma das causas da crise generalizada dos partidos em diferentes sistemas políticos. A esse respeito, vale lembrar a declaração da então presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ), Maria Judith Brito, em 2010. Ao comentar, na época, a terceira versão do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), ela disse que os “meios de comunicação estão fazendo de fato a posição oposicionista deste país, já que a oposição está profundamente fragilizada”<sup>5</sup>.

A quarta tese refere-se ao papel da mídia durante as campanhas eleitorais, importante momento da política, embora jamais possa ser pensado como o principal. Na perspectiva dessa tese, a cobertura midiática alterou significativamente as disputas pelos cargos eletivos. Segundo o autor, os eventos políticos, como convenções partidárias, comícios, viagens e inaugurações, passaram a ser pensados como eventos para a TV. O contato direto entre candidato e eleitor, como ocorria antigamente, na época em que a mídia não havia se estruturado nacionalmente, foi substituído pelo contato mediado pela mídia eletrônica (LIMA, 2004, p. 53).

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/entidades-de-imprensa-fecomercio-estudam-ir-ao-stf-contra-plano-de-direitos-humanos-3037045>. Acesso em 22/06/2019.

A respeito dessa alteração, Gomes (1996) salienta que a relação entre os campos da política e da mídia ocorre em detrimento do primeiro, em um processo de espetacularização do campo político. Isso se efetiva, segundo ele, porque a política se estrutura por meio da lógica argumentativa, com o uso de procedimentos discursivos coerentes, através dos quais os pontos de vista são defendidos e as decisões, justificadas e apresentadas na arena pública. Nesse sentido, o autor ressalta que, enquanto a política se caracteriza por ser um espaço de disputa argumentativa, de conflitos entre posições distintas, a mídia funciona sob uma lógica diferente, a do entretenimento, da dramatização.

Dessa maneira, a política, para se ajustar à lógica midiática, vai se valer de estratégias, como a construção de personagens, de relações e de acontecimentos de acordo com o princípio do entretenimento, o que favorece a entrada no sistema midiático. A essas estratégias somam-se outros dois recursos, que são a própria cobertura política feita pela mídia e o formato publicitário das propagandas político-partidárias, elaboradas por especialistas da área.

Os espetáculos da política, como alguns preferem dizer, seriam, nesse sentido, as ações e os discursos da política que não podem deixar de ser vistos, que se impõem pela sua excepcional visualidade, que existem para encher os olhos e os monitores de vídeo, para fabricar imagens técnicas, para ganhar o centro da cena, da praça, da tela. A política contemporânea seria espetacular, nesse sentido, porque se dedica com especial cuidado à tarefa de providenciar eventos, fatos, situações e textos dotados dessas características de visualidade plena, que se impõem na esfera de visibilidade da comunicação de massa superando todas as barreiras, os filtros e as trincheiras dos selecionadores da indústria do jornalismo e do entretenimento televisivo. E de tal forma esse é um recurso importante que a ele recorrem tanto a política profissional de partidos quanto a política civil de movimentos sociais (o *Greenpeace* é apenas um dos exemplos) na tentativa de impor-se visualmente e de ocupar o centro da cena da comunicação de massa (GOMES, 2004, p. 394; grifo do original).

No entanto, Rubim (1999) assume outra perspectiva, segundo a qual o espetáculo deve ser compreendido como algo inerente a qualquer campo e experiência sociais, inclusive a política. Na visão do autor, o incômodo decorre do fato de se pensar a política como um campo marcado apenas por uma dimensão argumentativa, o que, segundo ele, não procederia. No seu entendimento, o que mudou foi a maneira como o espetáculo se constitui, uma vez que a mídia cria novas maneiras de espetacularizar os fatos. “Para a política entendida como acionamento sempre combinado e desigual de

dimensões emocionais, cognitivas e valorativas, estéticas e argumentativas, o espetáculo aparece como uma possibilidade de realização (...)” (RUBIM, 1999, p. 8).

Em outra linha de análise, Rubim (2002) problematiza a natureza da ampliação da visibilidade da política engendrada pelos meios de comunicação durante o período eleitoral. Para ele, a ideia de que a superexposição da disputa serve para oxigenar a política, como defendem alguns pesquisadores, carece de uma interpretação mais consistente, uma vez que a mídia não funciona como um elemento neutro, de intermediação passiva entre a política e os cidadãos:

Bem mais complexo que isso, tal mediação supõe sempre intervenção ativa dos múltiplos atores sociais partícipes e das culturas envolvidas no procedimento de mediação ativa efetuado pelas mídias. Desse modo, entram em campo e na disputa do jogo: proprietários das mídias, profissionais, anunciantes, entidades envolvidas, além de rotinas produtivas, culturas de classe, profissionais e empresariais etc. Assim, a mídia deve ser entendida como essencialmente um espaço de mediação e como agente ativo de construção dessa mediação, que faz interagir fontes e públicos. (RUBIM, 2002, p.11).

Esse excerto remete à quinta tese apresentada por Lima (2004), segundo a qual a mídia se transformou em um importante ator político. Como exemplo disso, o autor apresenta um trecho da entrevista concedida pelo ex-ministro da Fazenda Maílson da Nobrega à revista *Playboy*, em março de 1999. Nela, o ex-ministro descreve como a sua escolha para o cargo, feita pelo presidente José Sarney, em 1988, teve de passar pelo crivo do empresário Roberto Marinho, então presidente das Organizações Globo, o maior grupo de mídia do Brasil e da América Latina. Evidencia-se, com isso, a presença de representantes da grande mídia nos bastidores do poder institucional, como forma de exercer pressões a favor de decisões que lhes interessem.

Logo, essa concepção da mídia como ator político pode assumir ao menos duas perspectivas. A primeira vincula-se à ideia de uma relação de proximidade com o espaço político institucionalizado, como os parlamentos e executivos, a fim de defender interesses particulares. A segunda perspectiva relaciona-se à tentativa da mídia de pautar debates na arena pública sobre temas que julga relevantes, porém por meio de leituras enviesadas, estruturadas a partir de suas visões de mundo, e não de um olhar equilibrado e que contemple a diversidade de opiniões que circulam no tecido social. Nesse sentido, a mídia constitui-se como um ator político privilegiado, devido à grande capacidade que tem de difusão de conteúdos na esfera pública, sejam eles informativos ou não. Por vezes, as duas perspectivas encontram-se imbricadas, em um quadro em que

a mídia deixa de ser arena de disputa por sua atenção e visibilidade, para se tornar um personagem com forte atuação no cenário político.

Em estudo sobre a cobertura feita pelo Jornal Nacional (JN), da Rede Globo, sobre reforma da Previdência apresentada pelo então presidente Michel Temer, Oliveira, Fernandes e Chaga (2018) constataram um viés nitidamente favorável à proposta do governo federal. Polêmica, a reforma enviada ao Congresso pelo executivo pretendia retirar uma série de direitos previdenciários da população brasileira, sob o argumento de que as mudanças favoreceriam a economia das finanças e o equilíbrio das contas públicas.

Ao todo, foram analisadas 20 reportagens, entre 1º de dezembro de 2017 e 26 de janeiro de 2018, e a escolha do telejornal decorreu do fato de ele ser o mais antigo e de maior audiência no país, segundo dados de uma pesquisa realizada em dezembro de 2017. Nas reportagens examinadas, não foi constatada a presença de vozes dissonantes. Houve um silenciamento da oposição, enquanto as fontes e os personagens constantes nas reportagens, em sua maioria, reproduziam o discurso oficial da equipe econômica (dominante), segundo o qual a reforma era crucial para a recuperação da economia.

Em reportagem do dia 4 de dezembro, por exemplo, o telejornal recorreu a uma voz de autoridade, ao apresentar dados de um estudo do Banco Mundial sobre o tema. Em conformidade com o estudo, o atual modelo de Previdência do país contribuiria para a desigualdade, uma vez que o rombo fiscal que estaria sendo provocado pelo sistema previdenciário inibiria investimentos em áreas como saúde, educação e construção de estradas. Porém, a reportagem não mencionou que o estudo do organismo internacional tinha sido encomendado pelo próprio governo, como pôde ser observado em notícias de outros veículos de comunicação. Percebe-se, dessa forma, a omissão de uma informação relevante, que poderia levar o telespectador a uma outra leitura do quadro.

O posicionamento explícito do telejornal do Grupo Globo a favor das reformas reforça certa tendência do noticiário em promover uma discussão voltada aos preceitos neoliberais em que a Seguridade Social é tratada como entrave para que o Governo Federal ajuste as contas públicas. Isso revela como a mídia exerce o papel de ator político, mesmo sob a suposta ideia de objetividade jornalística, o que pode ser compreendido a partir da forma como o sistema de mídia no Brasil sempre esteve fortemente vinculado ao sistema político hegemônico (OLIVEIRA; FERNANDES; CHAGAS, 2018, p. 26).

Em outro estudo, Brant (2018) abordou a atuação das empresas de televisão brasileiras como grupos de interesses. O pesquisador estudou o lobby e as estratégias

das emissoras para pressionar os poderes da República em relação à proposta do executivo de classificação indicativa – regra que informa a qual faixa etária um produto cultural, como filmes e programas de TV, é indicado.

De acordo com o autor, depois de mais de duas décadas de pendência em torno do assunto e constante atuação dos empresários do setor nos bastidores do poder ou por meio de opiniões externadas publicamente, o Supremo Tribunal Federal (STF) acolheu, em 2016, a posição das empresas. A corte considerou inconstitucional a regra do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que obrigava as emissoras a veicular programas de acordo com o horário estabelecido pela classificação indicativa. Para a maioria dos ministros, impor um horário seria ilegal, já que configuraria censura prévia. Dessa forma, prevaleceram os interesses das emissoras, que defendiam que a regra deveria ser apenas uma classificação, a título informativo, mas não uma imposição.

Com isso, observa Brant, a mídia exerce papéis contraditórios: se, por um lado, fiscaliza as políticas e as decisões dos governos, por outro, atua diretamente em defesa dos seus próprios interesses, o que coloca em risco a possibilidade de uma cobertura equilibrada sobre temas que lhe interessam. O estudo desse autor aponta, pois, para a necessidade de se atentar para essa dimensão da mídia como grupo de interesse na sociedade, como forma de compreender melhor os impactos dessa atuação sobre os agentes políticos responsáveis por tomar decisões que afetam a coletividade. Nesse sentido, conclui Brant, o custo político para qualquer governo que desafie a instância midiática é alto. Para ele,

Nesse contexto, a opção de fazer avançar políticas que contrariem as empresas depende da disposição dos governos em assimilar prejuízo de imagem. [...] A atuação das empresas de televisão como grupo de interesse é reveladora, portanto, da dimensão e alcance de seu poder como ator político. Um ator com notável habilidade de condução política e com atuação em pé de igualdade com o Poder Executivo e o Legislativo. Não à toa, um ator cuja relevância e peso político ensejam, por parte de um parlamentar, comparação a um dos deuses a quem os políticos devem devoção. Evidencia-se, então, uma espécie de ‘politeísmo político’ que ilumina o fato de que, no Brasil, apesar do que proclama a Constituição Federal, nem todo poder emana do povo (BRANT, 2018, p. 280).

Essa abordagem da mídia como ator político na sociedade ganha ainda mais relevância quando os meios de comunicação são projetados, por eles mesmos ou por outros atores sociais, como expressão da opinião pública. Brant aponta que há indícios de que agentes políticos brasileiros consideram a mídia como referência da opinião pública. Segundo Aldé e Vasconcellos (2007, p. 12), citados por ele, publicações da

mídia são frequentemente usadas como prova documental em argumentação entre os parlamentares no Congresso Nacional.

O fato de a classe política usar a mídia como referência da opinião pública dá relevância a ela, independentemente de ela refletir de fato a opinião do público. Neste cenário, não é preciso comprovar o poder real dos meios de comunicação sobre a opinião pública para compreender que esta expectativa de influência pode impactar na relação dos atores políticos com as empresas de comunicação. Esta dimensão pode ser denominada como “influência presumida” da mídia (BRANT, 2018, p. 69).

Brandt complementa que, por essa perspectiva, quanto mais um ator político presumir esse poder da mídia, mais ele vai buscar a exposição que ela proporciona, como forma de alcançar seus objetivos, “especialmente na ausência de outros termômetros de opinião. Isso a despeito de a influência se dar de fato, o que dá à mídia um poder real, num círculo virtuoso – ou vicioso” (BRANT, 2018, p. 69).

A sexta tese elencada por Lima (2004) refere-se à maneira como o sistema midiático brasileiro foi estruturado e como isso favoreceu o poder da mídia no processo político. Em outras palavras, o autor chama a atenção para o fato de que a mídia brasileira se estabeleceu de forma oligopólica e assim permanece até hoje. A propriedade dos meios de comunicação no Brasil está, pois, concentrada nas mãos de poucos grupos, geralmente familiares, fator que favorece o poder de barganha do setor no campo da política, sobretudo quando seus interesses estão em disputa. De acordo com estudo do projeto Media Ownership Monitor (MOM)<sup>6</sup>, elaborado pelo Coletivo Brasil de Comunicação Social (Intervezes), os quatro principais grupos de mídia no Brasil (Globo, Record, SBT e Band) concentram 71% da audiência nacional da televisão aberta, meio de comunicação mais consumido no país.

Dados da última Pesquisa Brasileira de Mídia<sup>7</sup>, feita pelo governo federal, em 2016, revelam que 63% dos entrevistados mencionaram a TV como o meio de comunicação mais usado. Em segundo lugar aparece a internet (26%), seguido do rádio (7%) e do jornal (3%). Acerca da confiança nas notícias que circulam na TV, 28% e 26% responderam que confiam sempre e confiam muitas vezes, respectivamente. Já

---

<sup>6</sup> O Media Ownership Monitor é um projeto criado e lançado pela seção alemã da organização internacional de direitos humanos Repórteres Sem Fronteiras (RSF), com a finalidade de promover o debate sobre os riscos que a concentração da propriedade representa para o pluralismo da mídia. No Brasil, o estudo foi desenvolvido pelo Intervezes. Disponível em <http://brazil.mom-rsf.org/br/>. Acesso em 24/06/2019.

<sup>7</sup> Pesquisa disponível em <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016-1.pdf/view>. Acesso em 24/06/2019.

38% dos entrevistados disseram que confiam poucas vezes. Além disso, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2016, dos 69,3 milhões de domicílios particulares permanentes no Brasil, apenas 2,8% não tinham televisão<sup>8</sup>.

Vale lembrar que a atuação de emissoras de rádio e televisão no Brasil resulta de uma concessão pública, ou seja, uma permissão concedida pelo governo federal, por meio da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Pela legislação atual, o tempo de concessão é de 10 anos para rádio e 15 anos para televisão, concessão essa que pode ser renovada por períodos sucessivos e iguais – o que é praxe no Brasil. A chamada propriedade cruzada, que ocorre quando um mesmo grupo controla outros veículos, como jornal impresso, jornal online, rádio e televisão, torna o poder de alcance e difusão desse grupo na sociedade ainda mais expressivo. O Grupo Record, por exemplo, possui canais de TV aberta, veículos na mídia impressa (*Correio do Povo*) e na internet (Portal R7), além de pertencer ao controlador da Igreja Universal do Reino de Deus, dona da Rede Aleluia de rádio e responsável pela publicação do jornal gratuito *Folha Universal*, de orientação religiosa.

Mas a maior expressão da concentração midiática no Brasil está representada pelo Grupo Globo. Com atuação em todo o país e nos mais variados meios (impresso, televisivo, rádio, internet, revistas semanais, mercado fonográfico, cinematográfico e editorial etc.), a empresa possui sozinha, de acordo com o estudo do Media Ownership Monitor, uma audiência maior do que as audiências somadas do 2º, 3º, 4º e 5º maiores grupos brasileiros. Para dar visibilidade a esse alcance, o grupo lançou, em outubro de 2017, uma campanha publicitária na qual anuncia que atinge diariamente 100 milhões de brasileiros, cerca de metade da população do país. Para estudiosos da temática, o cenário de concentração decorre da ausência de um marco legal que combata, de forma eficiente, a monopolização e a oligopolização do setor, com a finalidade de promover a pluralidade de vozes na comunicação brasileira. Nessa perspectiva,

Diferentemente da Europa, que investiu num sistema público de radiodifusão, o Brasil copiou o modelo privado dos EUA, mas sem as ressalvas legais vigentes nesse país desde 1943, que coibiram os monopólios e que só foram atacadas no reinado neoliberal de Bush. A ausência de legislações reguladoras e a relação promíscua com o Estado permitiram um tipo *sui generis* de concentração com a chamada propriedade cruzada [...]. No Brasil, o modelo privado e a propriedade cruzada resultaram numa mídia

---

<sup>8</sup> Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2018-02/uso-de-celular-e-acesso-internet-sao-tendencias-crescentes-no-brasil>. Acesso em 24/06/2019.

extremamente concentrada e historicamente antidemocrática (BORGES, p. 2009, p. 56; grifo do original).

De acordo com Borges (2009), a Constituição Federal de 1988 chegou a estabelecer princípios para evitar distorções. O parágrafo 5º do artigo 220, por exemplo, define que os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio. Outros artigos também estabelecem diretrizes para o setor. Porém, todos eles carecem de uma legislação para regulamentá-los, legislação essa que nunca foi aprovada, por força do lobby dos empresários que comandam a mídia no país. Sempre que o assunto é tratado em público, eles se valem de todos os seus recursos expressivos para denunciar a proposta como uma tentativa de censura<sup>9</sup>. Há uma interdição do debate acerca dessa proposição e, com isso, garante-se o monopólio da fala, a possibilidade de decidir quais vozes serão agenciadas para circular, de forma privilegiada, no espaço público.

A grande mídia privada, impressa e/ou eletrônica, sobretudo o rádio e a televisão, se constitui na forma dominante através da qual a maioria da nossa população ainda hoje recebe, sem possibilidade de interação, as informações que moldam a sua percepção do que é e de como funciona o mundo, próximo e distante. E aí se incluem as construções de longo prazo dos direitos, dos valores e das representações sociais, inclusive de gênero, de etnia e, claro, da política e dos políticos (BORGES, 2009, p. 9).

Ao tecer diversas críticas a um modelo de comunicação predominantemente privado, como ocorre no Brasil, Rothberg (2011) defende a adoção de um serviço público de radiodifusão, a exemplo de países europeus que o fizeram, como a Inglaterra. De acordo com ele, diversos estudos apontam para uma relação direta entre, de um lado, a concentração midiática e, de outro, a ausência de diversidade informativa e uma gama menor de escolhas para os consumidores. O pesquisador pontua que, no cenário em que a mídia comercial predomina, a tendência é que o telespectador passe a ser visto como um consumidor, e não como um cidadão portador de direitos, entre eles o de ser informado a partir das diferentes perspectivas ideológicas vigentes na sociedade. Nesse contexto, a democracia é vista como um espaço para a desimpedida atuação do mercado, e não como um lócus de participação cidadã.

---

<sup>9</sup> Por exemplo, o editorial do jornal *O Globo*, publicado em 7 de abril de 2013, tece críticas à proposta de militantes do PT que prevê a regulação do setor. Segundo o editorial, “a ‘regulação’ do desejo dessa militância visa a interferir no conteúdo jornalístico – censura, a palavra certa. Como tem ocorrido na Venezuela, no Equador, nos países ditos bolivarianos, este objetivo é alcançado pela rota dissimulada da desestabilização empresarial dos grupos de comunicação”.

Daí a necessidade, afirma Rothberg, da atuação do Estado como agente promotor da regulação, a fim de evitar a padronização de conteúdos e o nivelamento de perspectivas ideológicas e estéticas. A presença de um marco regulatório para o setor de radiodifusão tem a finalidade não de censurar, como alega o empresariado, mas sim de fomentar uma maior pluralidade informativa e uma melhor qualidade do conteúdo midiático transmitido à sociedade. Embora aponte as distorções em um ambiente dominado pela iniciativa privada, o que o autor defende não é a exclusão das empresas do mercado de comunicação, mas sim a sua regulação por meio do Estado, bem como uma forte presença de serviços públicos de radiodifusão:

Há, afinal, virtudes no modelo de livre concorrência entre corporações midiáticas. Ocorre, apenas, que elas não podem ser os únicos atores a determinar as opções disponíveis aos diferentes públicos. Provendo comunicações ao público, deve estar não somente o mercado, nem somente o Estado (ROTHBERG, 2011, p. 31).

Por fim, Lima (2004) apresenta a sétima tese, segundo a qual características históricas da população brasileira potencializam o poder da mídia na esfera política, principalmente no processo eleitoral. De acordo com essa tese, o fato de parcela expressiva da sociedade ainda se encontrar em condições precárias do ponto de vista do acesso à educação formal e do desempenho em atividades de leitura e compreensão de textos básicos configura-se como um fenômeno social que favorece o domínio midiático sobre o campo da política. Nesse caso,

Ao contrário de nações com populações quase totalmente alfabetizadas e que tiveram como seu primeiro “produto” cultural de massa os livros de bolso, a grande maioria de nossa população continua sem o domínio da leitura e da escrita, mas convive com as imagens da televisão, para entretenimento e informação. Parece-nos claro, portanto, que as características históricas de nossa população potencializam ainda mais a centralidade e o poder da mídia, não só em relação ao processo político, mas em relação aos demais aspectos da vida cotidiana (LIMA, 2004, p. 56).

As sete teses apresentadas pelo autor que orientam estudos acadêmicos no país acerca da relação entre mídia e política podem ser assim sintetizadas: 1) centralidade da mídia nas sociedades contemporâneas; 2) inexistência da política sem a mídia; 3) a substituição de funções tradicionais dos partidos políticos pela mídia; 4) papel de relevo da mídia nas campanhas eleitorais; 5) mídia como importante ator político na sociedade;

6) oligopólio midiático; 7) domínio midiático sobre o campo da política, potencializado pelas características históricas da população brasileira.

Em meio às questões que emergem dessa relação entre a mídia e a política, retomamos aqui uma das perguntas que nos instiga: como a mídia representa predominantemente a política? Quais estruturas discursivas são colocadas em cena pela instância midiática ao tratar da política? Em que pese a diversidade de análise e leituras, boa parte dos estudos sinaliza a predominância de uma representação enviesada e mais restrita do campo político, visto não como um lócus de participação legítima dos mais variados atores presentes na sociedade, mas sim como uma arena de batalha pelo poder, onde prevalece um tom personalista dessa disputa, ou seja, uma cobertura centrada em personagens da política, em geral membros de entidades partidárias e/ou governamentais que estão no poder ou em seu entorno.

Em um estudo acerca da eleição presidencial de 2002, Rubim (2002) aponta para a emergência de uma visibilidade centrada na construção e na desconstrução dos atores políticos, em aspectos negativos da política, na imagem e nos atributos dos candidatos, em detrimento de uma interpretação da realidade proposta pelos presidenciáveis, nos programas de governo, em suas trajetórias políticas e realizações, ou ainda no perfil das coligações partidárias e sociais que sustentam as candidaturas. Embora reconheça a necessidade de uma pesquisa com mais substância, o autor observa, na análise preliminar que fez, a opção pela exposição das dimensões negativas da disputa política. Tal cenário, conforme ressalta, pode fragilizar um entendimento mais completo do que seja o embate político, uma vez que a disputa entre interpretações poderá ser reduzida a uma competição de personalidades e seus atributos. Assim, em vez de plataformas e propostas de governo diante dos anseios da sociedade, enfatiza-se a cobertura na construção e desconstrução de imagens políticas.

Para Rothberg (2011), é possível estabelecer uma relação entre o conteúdo midiático e a adoção de posturas, por parte da sociedade, de desvalorização das instituições políticas e de descrença na democracia como forma de buscar melhorias para a coletividade. No seu entender, essa conexão torna-se mais factível em países cujo sistema de radiodifusão é dominado pelo mercado e o Estado inexistente como agente regulador. Assim,

Se as próprias emissoras de TV aberta encontram-se desimpedidas para exibir conteúdo de qualidade notadamente discutível como estratégia para atrair consumidores incautos, e se das próprias emissoras não se exige

compromisso com a oferta de programação que informe a experiência democrática e a cidadania, o que dizer da percepção do público em relação à seriedade da própria sociedade em que vive? O descrédito em relação à democracia parecer ser uma decorrência natural desse quadro. Se atualmente não se aceita atribuir aos meios de comunicação a totalidade da culpa pela descrença nas instituições políticas, é igualmente injusto livrá-los de qualquer responsabilidade. Enquanto isso, muitos países com debate público mais amadurecido estão preocupados com as possíveis relações de causa e consequência entre mídia e despolitização, e têm procurado coordenar a ação da mídia para reverter a situação (ROTHBERG, 2011, p. 12).

De acordo com Rothberg, a literatura que trata da relação entre comunicação e política aponta que a cobertura política é, com frequência, orientada por enquadramentos<sup>10</sup> de jogo, estratégico e episódico. O primeiro deles (o de jogo) relaciona-se a uma cobertura centrada nas chances de derrota ou de vitória de um candidato em um pleito eleitoral. Daí o motivo de esse tipo de enquadramento também ser chamado de “corrida de cavalos”, já que o noticiário tende a concentrar-se em mostrar quais políticos têm mais chances de chegar à reta final, quais deles têm condições de vencer. O que se focaliza, então, é o desempenho e as estratégias dos candidatos na corrida eleitoral.

No segundo enquadramento – o estratégico –, as ações dos mandatários e dos candidatos tendem a ser mostradas como parte de uma estratégia, visando a angariar apoios, conquista de adesões ou a buscar vantagens pessoais, poder, prestígio etc. É como se o lançamento de um empreendimento público, como um hospital ou uma linha de trem, estivesse inevitavelmente vinculado a uma estratégia maior, de *marketing*, por exemplo, de olho na visibilidade que aquele ato poderia conferir ao agente político.

Já no enquadramento episódico, a cobertura tende a enfatizar aspectos circunstanciais dos fatos noticiados, não se aprofundando em outras questões, em aspectos políticos relacionados ao fato. Nesse enquadramento, em uma greve de trabalhadores do setor educacional, por exemplo, o que ganha realce são as reivindicações da categoria profissional ou o fato de que a paralisação pode ter

---

<sup>10</sup> Segundo Porto (2002), o conceito de enquadramento tem como fonte o livro *Frame Analysis*, do sociólogo Erving Goffman (1986). Nessa perspectiva, enquadramentos podem ser compreendidos como marcos interpretativos, construídos a partir de mecanismos como a seleção, a ênfase e a exclusão de determinados aspectos da realidade, de forma a organizar e dar a ver um discurso, visual ou verbal. Promove-se, com isso, uma visão particular de um problema, fato ou fenômeno social. Ao discutir o conceito de enquadramento, Rothberg (2011) afirma que não se trata de assumir “a crença de que a mídia determina o pensamento dos indivíduos, posto que eles dispõem rotineiramente de meios de reinterpretação pessoal e apropriação específica dos conteúdos midiáticos de acordo com suas inclinações, vivências e capacidades. Mas também não está envolvida a noção de efeitos mínimos da comunicação, sob a qual os sujeitos estariam livres para usar e recusar à sua maneira as mensagens” (ROTHBERG, 2011, p. 61).

atrapalhado o trânsito ou trazido impactos para a população. Não se busca esclarecer, por exemplo, os motivos e a viabilidade das reivindicações apresentadas, seus impactos para a qualidade do ensino, nem confrontá-las com a posição patronal.

Outro enquadramento que sobressai na cobertura política, segundo Rothberg, é o de conflito, no qual a ênfase recai sobre o potencial de disputa dos atores políticos envolvidos, sejam eles aliados ou adversários. Segundo o autor, conferências nacionais e internacionais costumam receber enquadramentos episódicos e de conflito, como o que se observou na cobertura dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* sobre a Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (Rio + 10), no Rio de Janeiro, em 2002.

Já na cobertura da rotina de instituições políticas, como os partidos e o Parlamento, em geral as editoriais de política dos jornais, revistas e TVs abertas elegem, como critério definitivo para separar o que é notícia e como será noticiado, a procura de significados supostamente ocultos sob a ação manifesta dos personagens centrais. (...) A cobertura da política se torna a cobertura dos bastidores da política. Enquanto isso, a substância da política como negociação democrática a fim de aprimorar as oportunidades de desenvolvimento é subtraída, e o resultado tende a ser a disseminação do ceticismo em relação à política e do descrédito generalizado nos mandatários (ROTHBERG, 2011, p. 63).

Guazina e Motta (2010), em artigo que trata da cobertura do escândalo do mensalão feita pelo Jornal Nacional<sup>11</sup>, afirmam que o conflito é a categoria estruturante da narrativa jornalística sobre a política, funcionando como uma espécie de macroestrutura, de modo a orientar a produção discursiva sobre a realidade política. No seu entender, o conflito, inerente à condição humana e categoria presente nas mais antigas narrativas dramáticas, seria de fácil apreensão e atrairia os olhares do público receptor. Dessa forma, a metacategoria seria útil para os jornalistas, na medida em que se tornaria atraente para a audiência:

O conflito (de interesses, de posições), enquanto um frame cognitivo, estrutura o enredo da narrativa jornalística, torna os acontecimentos isolados em histórias compreensíveis. Colocando continuamente atores uns contra os outros, o narrador-jornal tece as intrigas, promove o conflito que necessita estimular para manter a narrativa jornalística sempre “aquecida” e atraente para o destinatário (GUAZINA; MOTTA, 2010, p. 137).

---

<sup>11</sup> Os pesquisadores analisaram 13 edições do telejornal, totalizando 97 matérias, entre os dias 6 e 20 de junho de 2005. De acordo com o levantamento, o tema “mensalão” foi o principal destaque da maioria das edições do período.

Conforme os autores, para criar suspense e capturar a audiência, o noticiário se valeu, em algumas reportagens, de palavras e expressões que remetem a novelas e séries de televisão, como “capítulos da crise”. Observou-se também uma escolha lexical que corrobora a perspectiva do embate, tais como “defesa”, “recuo”, “ofensiva”, “trégua”, “partiu para o ataque” etc. Houve, pois, uma elaboração que posicionou os atores políticos como protagonistas, antagonistas ou personagens secundários, dentro de um enredo conflituoso: o escândalo do mensalão. Nesse episódio, o parlamentar Roberto Jefferson acusava o governo de pagar valores mensalmente a deputados federais, com a finalidade de comprar o apoio deles a projetos do executivo.

Os autores alertam que a recorrência a essa estrutura narrativa centrada no conflito, embora possa ser cômoda para os jornalistas, na medida em que simplifica a tarefa de reportar os fatos e potencializa a comunicação com a audiência, pode não corresponder à realidade do mundo político e da vida social. Esses campos estão atravessados por outras tantas complexidades que, por vezes, não podem ser apreendidos apenas pela dimensão do conflito entre atores políticos.

A desproporção para esse tipo de referente pode criar uma falsa realidade, uma realidade dualista de confrontos permanentes, vitórias, conquistas, derrotas e punições. Um mundo maniqueísta onde o bem e o mal são princípios quase absolutos que preenchem o noticiário, embora a complexidade do mundo exterior não corresponda a essa simplificação reducionista (GUAZINA E MOTTA, 2010, p. 147).

Em uma breve revisão que faz de estudos sobre os efeitos dos enquadramentos na audiência, Porto (2002) recorre a alguns autores que investigaram a questão. Para ele, o livro *Talking Politics*, do sociólogo William Gamson (1995), é uma obra de referência acerca do tema. Nela, o pesquisador buscou compreender a influência da mídia nas conversas e entendimentos de cidadãos comuns sobre assuntos políticos. Para isso, desenvolveu uma análise de conteúdo de noticiários de televisão, de revistas, de charges e colunas de opinião, em um período de mais de uma década e em torno de quatro temas: ação afirmativa, energia nuclear, políticas industriais e o conflito árabe-israelense. Também foram feitas entrevistas com cidadãos comuns em grupos focais, com a finalidade de investigar seu entendimento sobre os quatro temas e de que forma eles recorreram à mídia.

De acordo com Porto, Gamson refutou a visão de que assuntos e eventos políticos não fariam sentido para trabalhadores e cidadãos comuns. O sociólogo observou que, se por um lado os conteúdos dos meios de comunicação eram uma fonte importante em

alguns assuntos, por outro, eles não foram os únicos utilizados pelos entrevistados, que também se valeram da “sabedoria popular” e de experiências pessoais para desenvolver suas análises. Gamson concluiu que a mídia é um dos recursos mais relevantes, mas que a compreensão das pessoas decorre de um processo de negociação complexo, dependendo do assunto.

Embora destaque a obra de Gamson como uma das mais importantes sobre o assunto, Porto (2002) aponta limitações na pesquisa do referido sociólogo. Uma delas é o fato de ele ter considerado sem relevância saber se as pessoas acessaram ou não o conteúdo de mídia que fez parte do *corpus*. Segundo Porto, o próprio Gamson reconheceu a dificuldade de vincular uma observação feita pelo entrevistado a um conteúdo midiático, já que, em muitas ocasiões, as pessoas não citam a fonte do seu conhecimento.

Ainda de acordo com Porto (2002), outros pesquisadores recorreram a métodos quantitativos, principalmente *surveys* e experimentos controlados, para investigar os efeitos dos enquadramentos no público receptor. Na obra *Is Anyone Responsible?*, por exemplo, o cientista político Shanto Iyengar estudou o papel da televisão na discussão sobre a segurança pública, a política de assistência social e um escândalo político, o episódio “Irã-Contras”, do governo Reagan, nos Estados Unidos. As notícias em torno dos temas foram classificadas de acordo com dois enquadramentos: o episódico e o estratégico. Iyengar concluiu que os enquadramentos episódicos contribuem para uma explicação personalista dos problemas políticos e sociais, uma vez que as pessoas atribuem a indivíduos a responsabilidade por esses problemas, desconsiderando outros fatores, internos e externos, implicados na causa. O cientista político, no entanto, salienta que os efeitos dos enquadramentos tendem a depender do tema, em vez de refletir um padrão.

Em outro estudo citado por Porto, Nelson e outros pesquisadores (1997) demonstraram que a reação das pessoas diante de uma passeata do grupo racista Ku Klux Klan variava conforme o enquadramento apresentado. Quando as notícias enquadraram o ato da organização como uma manifestação de liberdade de expressão, observou-se maior tolerância das pessoas quanto ao direito de esse grupo fazer a passeata. Já nos casos em que o enquadramento focava a perturbação da ordem pública, a tolerância diminuía. Além disso,

Em outra pesquisa sistemática e importante, Cappella e Jamieson (1997) analisaram a relação entre os enquadramentos da mídia e o cinismo político da população. Os autores demonstram que quando o noticiário adota um “enquadramento estratégico”, chamando a atenção da audiência para as motivações manipulatórias dos políticos, o cinismo e a desconfiança do público são ativados (PORTO, 2002, p. 10).

Apesar da existência de pesquisas que apontem para uma correlação entre a cobertura negativa e o desencanto com as instituições democráticas e/ou com a política, Brant (2018) demonstra haver estudos com resultados que relativizam essa associação imediata. O autor pondera que a literatura sobre o assunto sinaliza um razoável consenso quanto à predileção da mídia em representar o campo político de forma negativa, sob a perspectiva de enquadramentos nada favoráveis, em detrimento de uma melhor compreensão da esfera política em toda sua diversidade. No entanto, as reais implicações dessa representação na sociedade ainda permanecem em aberto, e estudos destinados a investigar esse fenômeno apresentam, por vezes, resultados distintos. Assim, se é possível falar em certo consenso quanto a um cenário de descrença da sociedade em relação às instituições democráticas, não se pode ignorar que existem diferentes leituras sobre os impactos da cobertura midiática da política no tecido social.

Brant (2018, p. 73) cita, por exemplo, Nuno Coimbra Mesquita, que identificou associações positivas entre os maiores consumidores do Jornal Nacional e variáveis de confiança, avaliação e satisfação no que tange à democracia e à percepção de corrupção, em pesquisa feita com espectadores do telejornal, após o escândalo do mensalão. Outros dois pesquisadores mencionados, Rachel Meneguello e Rogério Schlegel, constataram, por meio de análise estatística do Estudo Eleitoral Brasileiro de 2002, que o acompanhamento do telejornal não constitui fator relevante para explicar a percepção dos telespectadores em relação a fatores de desempenho da democracia.

Mesmo diante desse quadro complexo, o fato é que a mídia é um ator social muito importante, em termos do funcionamento das democracias, o que exige dela que não economize esforços para cumprir o compromisso ético, estabelecido com a sociedade, em relação a uma cobertura mais ampla dos diversos campos da atividade social, inclusive o da política. Trata-se de uma demanda premente, e a instância midiática não pode escudar-se nas adversidades que enfrenta cotidianamente, como as dificuldades da rotina produtiva, a escassez de tempo, o excesso de informações ou mesmo questões intrínsecas ao campo da linguagem.

Do ponto de vista científico ou filosófico, a neutralidade da linguagem é certamente problemática. Mas é igualmente certo que isso não pode servir de pretexto para a mera resignação diante da proliferação desavergonhada de práticas jornalísticas baseadas na divulgação de versões parciais, fragmentadas e superficiais. A despeito das objeções teóricas no campo da linguagem, a cidadania informada continua a requerer a diversidade de perspectivas como característica essencial e constante no jornalismo (ROTHBERG, 2011, p. 102).

### 1.3 O conceito de política

Para encerrar este capítulo, pretendemos abordar brevemente a noção de política. Afinal, de que trata a política? O que é a política e como se dá o seu emprego? Desde a Antiguidade, pensadores diversos dedicaram esforços para compreender essa prática social. A palavra está no dia a dia das pessoas e instituições, em expressões como “política de cotas”, “política pedagógica”, ou mesmo no imaginário que circula na sociedade, de que uma pessoa agiu de forma “política”, com fins particulares e/ou pouco republicanos, em um sentido pejorativo do termo.

Assim como qualquer noção, a definição dessa atividade social é um empreendimento complexo, pois sabemos que os sentidos que acompanham qualquer termo variam conforme os contextos históricos e situacionais. Muito provavelmente, a compreensão atual sobre a política é diferente daquela que vigorava, por exemplo, na época da ditadura militar no Brasil. Em termos acadêmicos e conceituais, pode ser que não tenha havido alteração. Mas no cotidiano social, é possível que as visões sejam distintas para parcelas expressivas da sociedade. Em *Discurso político* (2015a), Charaudeau aponta a dificuldade de descrever o fenômeno político, tarefa empreendida por diversas áreas do conhecimento, entre elas a Ciência Política, a Filosofia, a Sociologia, sem que o assunto se esgote.

Em uma breve revisão a partir da perspectiva filosófica, Aranha e Martins (2003) nos lembram que, embora a política possa ser compreendida como a arte de governar, de gerir o destino da cidade ou de uma coletividade, a definição dessa prática varia conforme os caminhos e vinculações teóricas a serem feitas, como entre política e poder, entre poder, força e violência, entre autoridade, coerção e persuasão, ou entre Estado e governo. Nesse sentido, as autoras escolhem o caminho do poder e definem a política como luta pela conquista, manutenção e expansão do poder:

A política se refere às relações de poder. Embora haja inúmeras definições e interpretações a respeito do conceito de poder, vamos considerá-lo aqui, genericamente, como a capacidade ou possibilidade de agir, de produzir efeitos desejados sobre indivíduos ou grupos humanos (ARANHA e MARTINS, 2003, p 214).

As autoras apontam que, para que alguém exerça o poder, é preciso que haja força, não necessariamente a posse de meios de coerção violenta, mas sim de mecanismos que permitam influir no comportamento de outros sujeitos. Assim, um partido possui força para mobilizar certa quantidade de filiados e simpatizantes em torno de uma ideia, ou um sindicato tem força para poder iniciar uma greve. Ambas as instituições exercem, dessa maneira, relações de poder inerentes ao campo político. Nesse sentido, o poder do Estado é, desde os tempos modernos, o espaço por excelência do exercício da política.

Para Chauí (2003), a reflexão em torno da política encerra um paradoxo: ela é uma atividade de especialistas e profissionais ou concerne a todos, pois vivemos em sociedade? Segundo a autora, ora se vincula a noção de política a uma prática específica – o governo –, desenvolvida por profissionais, os políticos, ora o termo está relacionado a atividades coletivas, como manifestações estudantis, com a finalidade de reivindicar alguma coisa ou protestar contra decisões dos governos ou do Estado. Um terceiro emprego, desvinculado da referência a atividades de profissionais ou coletivas, pode ser visto em expressões como “política da empresa” ou “política sindical”. A autora propõe, entretanto, que seja feita uma distinção entre esse uso mais generalizado e vago da palavra, e outros três significados do termo. O primeiro refere-se ao significado de governo, na forma do Estado. Nesse entendimento da noção de política inclui-se a ideia de que os membros da sociedade devem respeitar o Estado, mas também têm liberdade de contestá-lo quando julgarem que as decisões tomadas por ele não foram justas, adequadas ou legítimas. Reconhece-se, nesse sentido, o direito de resistência ou de desobediência. Portanto,

A política, nesse primeiro sentido, refere-se [...] à ação dos governantes que possuem a autoridade para dirigir a coletividade organizada em Estado, bem como às ações da coletividade em apoio ou contrárias à autoridade governamental e mesmo à forma de Estado (CHAUI, 2003, p. 347).

Um segundo sentido do termo refere-se à atividade realizada por especialistas (gestores e administradores) ou profissionais (os políticos), integrantes de partidos, que

disputam o poder e ganham o direito de governar, momentaneamente, por meio de cargos no Estado. Um terceiro sentido, enfim, deriva do anterior e está relacionado à compreensão da política como uma atividade obscura, não muito confiável, feita por sujeitos que buscam seus próprios interesses, de forma ilícita ou ilegítima. Segundo Chauí, trata-se de uma visão pejorativa da política, mais frequente no senso comum. Com efeito, a política é vista sob a ótica da desconfiança, que pode referir-se aos que estão dentro e fora do poder:

Essa visão generalizada da política como algo perverso, perigoso, distante de nós (passa-se no Estado), praticada por “eles” (os políticos profissionais) contra “nós”, sob o disfarce de agirem “por nós”, faz com que seja sentida como algo secreto e desconhecido, uma conduta calculista e oportunista, uma força corrupta e, empregando a polícia e o exército, uma força repressora usada contra a sociedade (CHAUI, 2003, p. 348).

De acordo com a autora, essa imagem da política é paradoxal por pelo menos dois motivos. Em primeiro lugar, porque a política, segundo ela, foi criada como meio de os seres humanos expressarem suas diferenças e resolverem seus conflitos sem os transformarem em guerra e se exterminarem. A política seria uma forma de solução ou harmonização dos conflitos sem o uso da violência. Em segundo lugar, porque a política é um meio pelo qual os sujeitos, vivendo em grupos distintos, divididos, tomam decisões sobre as ações que julgam mais adequadas em relação à coletividade. Daí o paradoxo de pensar a política como algo prejudicial, que favorece apenas a interesses escusos. Entre os fatores que contribuem para reforçar essa visão pejorativa, na avaliação da autora, estão a cobertura política feita por jornais, revistas, televisões e outros meios de comunicação, que reportam cotidianamente casos de corrupção, fraudes, mentiras sobre guerras para atender a interesses econômicos de fabricantes de armas, desvios de conduta de atores políticos, etc., e a redação de leis em uma linguagem por vezes extremamente técnica e especializada, que dificulta a compreensão por parte da população e a faz ficar dependente da interpretação de especialistas. Nesse contexto,

As pessoas que, desgostosas e decepcionadas, não querem ouvir falar em política, recusam-se a participar de atividades sociais que possam ter finalidade ou cunho políticos, afastam-se de tudo quanto lembre atividades políticas, mesmo tais pessoas, com seu isolamento e sua recusa, estão fazendo política, pois estão deixando que as coisas fiquem como estão e, portanto, que a política existente continue tal como é. O paradoxo, portanto, está em que, ao recusar a política, a apatia social também é uma forma de fazer política, ainda que uma forma passiva (CHAUI, 2003, p. 348).

Em outra perspectiva teórica, Rancière (2018) reserva à palavra um sentido mais específico. Para ele, política diz respeito à emergência da voz daqueles que não tem vez no espaço social. É quando os “sem-parte” – expressão por ele usada – rompem o silêncio da lógica de dominação e instauram o desentendimento. Essa ruptura faz desaparecer, ao menos momentaneamente, a chamada “democracia consensual”, modelo que, segundo o autor, exclui a imagem de povo, apresentado sob a forma de estatísticas e de sondagens de opiniões, em nome da concordância e em detrimento do conflito. No seu entender,

A atividade política é a que desloca um corpo do lugar que lhe era designado ou muda a destinação de um lugar; ela faz ver o que não cabia ser visto, faz ouvir como discurso o que só era ouvido como ruído. Pode ser a atividade dos plebeus de Ballanche que fazem uso de uma fala que “não têm”. Pode ser desses operários do século XIX que estabelecem razões coletivas para relações de trabalho que dependem tão só de uma infinidade de relações individuais privadas. Ou ainda a desses manifestantes de ruas ou barricadas que literalizam como “espaço público” as vias de comunicação urbanas (RANCIÈRE, 2018, p. 43).

Na perspectiva das Ciências da Linguagem, Charaudeau (2015a) destaca que o campo político é o “governo da palavra”, expressão emprestada de Augé (1994), que é marcado pela existência dos espaços de discussão e persuasão, lugares de construção de valores dos quais depende a ação. É a partir dessa premissa que o semiolinguista se questiona sobre o que produz maior influência diante de um protesto contra um governo: se os slogans e declarações da imprensa ou o número de manifestantes e os distúrbios causados no país.

O governo da palavra não é tudo na política, mas a política não pode agir sem a palavra: a palavra intervém no espaço de discussão para que sejam definidos o ideal dos fins e os meios da ação política; a palavra intervém no espaço da ação para que sejam organizadas e coordenadas a distribuição das tarefas e a promulgação das leis, regras e decisões de todas as ordens; a palavra intervém no espaço da persuasão para que a instância política possa convencer a instância cidadã dos fundamentos de seu programa e das decisões que ela toma ao gerir conflitos de opinião em seu proveito (CHARAUDEAU, 2015a, p. 21).

A partir desse trecho, é possível perceber que o autor realça o papel da dimensão discursiva no espaço da política. De forma constitutiva e intencional, a palavra, em seu viés discursivo, atravessa todos os espaços inerentes ao campo da política.

Naturalmente, isso também se aplica ao campo da mídia, razão que nos leva a abordar, no próximo capítulo, o discurso midiático, articulando-o com a dimensão argumentativa do discurso.

## CAPÍTULO 2

### DISCURSO MIDIÁTICO E DIMENSÃO ARGUMENTATIVA NO DISCURSO EM GERAL E NO DOCUMENTÁRIO

O presente capítulo tem o objetivo de apresentar, com base em autores tanto do campo da Comunicação quanto da Linguística, algumas considerações teóricas acerca da noção de discurso midiático ou de informação e de como ele atua na construção social da realidade, por meio de um complexo processo relacional empreendido pelos diversos atores sociais, dentro e fora da instância midiática. Esta parte do estudo também apresenta o conceito de imaginário sociodiscursivo, de Patrick Charaudeau (2015b), e propõe uma discussão sobre a análise argumentativa do discurso, perspectiva teórica de Ruth Amossy (2008), e, particularmente, sobre a dimensão argumentativa do documentário, gênero de discurso que constitui nosso objeto de estudo.

#### **2.1 Discurso midiático e a construção social da realidade**

No âmbito da atuação da mídia na sociedade, mais especificamente na sua relação com demandas apresentadas por outras instituições, Rodrigues (2002) desenvolve uma análise acerca de funções estratégicas desempenhadas pelo discurso midiático. De acordo com ele, uma dessas funções, a de naturalização, está relacionada a uma constante publicização das pretensões de uma determinada instituição, o que, como consequência, tende a criar um efeito de natural e legítimo em torno dessas demandas de interesses:

A apropriação por parte do discurso midiático de parte da dimensão expressiva das outras instituições tende a naturalizar as pretensões legítimas construídas historicamente pelos corpos autorizados dessas instituições, a apresentá-las como naturalmente fundadas e, por conseguinte, indiscutíveis... (RODRIGUES, 2002, p. 225).

O autor destaca que essa estratégia pressupõe uma determinada relação com a memória, por meio do uso de mecanismos como o “entrelaçamento do esquecimento, resultante da efemeridade dos enunciados, com o seu retorno regular, sob a forma de retrospectivas e de citações” (RODRIGUES, 2002, p.225). Essa alternância entre o

esquecimento e a rememoração representa, segundo o autor, um dos procedimentos mais importantes de geração dos efeitos de habituação e naturalização. No seu entender, o discurso da instituição midiática também desempenha um papel de reforço da legitimidade das demais instituições, garantindo a circulação e a publicização de suas demandas e ações por todo o tecido social, o que ajuda a mantê-las no imaginário social.

Nas situações em que as pretensões das diferentes instituições são conflitantes, o autor aponta que o discurso midiático desempenha um papel de compatibilização entre essas pretensões em disputa. Nesse sentido, o método que garante essa função estratégica consiste na “elaboração de uma retórica destinada a esvaziar os discursos em confronto das formulações mais polêmicas, substituindo-as por enunciados formais com os quais os detentores legítimos das diferentes posições em confronto não podem deixar de concordar” (RODRIGUES, 2002, p. 226).

No entanto, conforme revela o autor, nem sempre o discurso midiático consegue desempenhar um papel de harmonizador de interesses conflitantes. Ao contrário, ele pode exacerbar as pretensões em disputa no tecido social, gerando conflitos em decorrência da visibilidade midiática. Muitos dos conflitos da atualidade somente se constituem após a exibição na arena dos *mass media*. Assim, uma outra estratégia refere-se a uma das funções principais do discurso midiático: a de conferir visibilidade pública às outras instituições.

Rodrigues afirma que as instituições que não conseguem que os seus discursos sejam mediados pela instituição dos *media* não possuem a sua existência social reconhecida. Há, pois, uma necessidade dos outros campos sociais de recorrer ao campo da mídia para adquirir o estatuto de socialmente existentes – quadro que, atualmente, foi alterado (ao menos parcialmente) pela visibilidade proporcionada pela internet. De qualquer forma, algumas indagações permanecem acerca da legitimidade e da consolidação social dessa circulação no ambiente virtual, mesmo que seu alcance seja significativo. Em outras palavras, é preciso saber se um discurso pode se tornar hegemônico no tecido social sem transitar pelo circuito midiático tradicional, mas somente pela internet – aspecto problematizado por alguns pesquisadores que se debruçam sobre o ambiente virtual e suas variadas conexões<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> Há autores que defendem o ambiente virtual como um espaço que permite a circulação e a expressão de vozes marginalizadas na sociedade, o que pode ampliar o debate acerca de um determinado assunto, que não ganha espaço na mídia tradicional. Por outro lado, há pesquisadores que criticam o excesso de vozes que permeiam a internet, fenômeno que seria responsável, entre outras questões, por uma cacofonia, um cenário de pouca troca comunicativa, em que muita se fala, mas pouco se escuta. Em *Discurso e Análise*

Para além dessa discussão sobre as estratégias, Rodrigues aponta que uma das principais características do discurso da mídia é o fato de ele se apresentar como um produto acabado, sem intermitências nem vazios, que flui de maneira ininterrupta e constante, em oposição aos discursos espontâneos das trocas cotidianas, marcados por hesitações e rupturas. Para o autor, esse efeito de completude que o discurso acabado confere à organização midiática é resultado do disfarce dos processos de enunciação, que se dá por meio da utilização prevalente da terceira pessoa. Esse recurso, afirma Rodrigues, assegura ao discurso midiático, assim como aos discursos histórico e científico, uma simbologia de universalidade referencial dos enunciados e uma credibilidade na narração dos acontecimentos. Ele explica que, nos discursos midiáticos, os silêncios são considerados uma falha grave, uma vez que denotam a perda da relação comunicacional com o público receptor, o que coloca em risco o funcionamento do dispositivo de enunciação desses discursos:

Falar, falar sempre, mesmo que seja para não dizer nada; falar apenas para manter a antena aberta, para não perder o contato com o público, para preencher a programação, para encher a página do jornal. É por isso que uma das funções comunicacionais mais importantes do discurso midiático, além da função referencial, que consiste em dar conta dos acontecimentos que ocorrem no mundo, é a função fática, que consiste na manutenção do contato com o público. (RODRIGUES, 2002, p. 218).

Ao discorrer acerca da tarefa complexa de delimitar as fronteiras dos discursos de diversos campos da experiência humana, o autor ressalta a dificuldade encontrada para estabelecer os limites do discurso da mídia. Isso porque, se os discursos dos diversos campos apresentam relativa fluidez e heterogeneidade, com natureza multifacetada e polimórfica, a tarefa de delimitar a região limítrofe do campo midiático torna-se ainda mais difícil, em razão de sua característica intrínseca de permear e circular por todas as demais práticas discursivas. Afirma que é justamente essa característica peculiar de contaminar os outros campos discursivos e de se deixar contaminar, inerente à instituição midiática, que confere ao discurso midiático a sua natureza de mediador por excelência.

---

*do Discurso*, Maingueneau, ao discutir a dificuldade de se definir a existência de alguns locutores em decorrência dos avanços tecnológicos, pontua o seguinte: “Por procedimentos de tipo epidêmico, tal ou tal blogueiro pode emergir por um momento do anonimato, mas a estabilização de uma figura parece problemática. O terceiro que consagra um texto online não é mais uma voz autorizada (um professor, um crítico), mas um enxame de indivíduos pseudônimos que reagem diretamente, sem que eles mesmos estejam credenciados. O que dificulta a constituição de uma imagem consistente de autor” (MAINGUENEAU, 2015, p. 177).

Dessa forma, Rodrigues afirma que a ideia de que o suporte de difusão sirva como um critério para delimitar a fronteira do discurso dos *media* não pode ser aceita, uma vez que uma das características da prática discursiva dessa instituição é exatamente a de ser um domínio da experiência poroso e permeável, passível de contaminações por outros campos discursivos, sem fronteiras previamente delimitadas.

O fato de as relações entre o discurso midiático e as outras modalidades de discurso serem marcadas por todo o tipo de contaminações recíprocas faz com que encontremos discursos midiáticos que não são veiculados pelos órgãos de informação, assim como também encontremos nos órgãos de informação discursos não midiáticos (RODRIGUES, 2002, p. 220).

Charaudeau (2015b) empreende uma rica análise de aspectos da “máquina de processar a informação” – interessante nome sugerido pelo autor para a instância midiática. Para ele, a informação deve ser compreendida como um fenômeno social cuja estrutura fundante é uma questão de linguagem. Assim, qualquer questionamento que se faça sobre a informação volta-se para o aspecto da linguagem, entendida não apenas como um conjunto de signos internos de uma língua, mas também como sistemas de valores que regem as trocas comunicativas em uma sociedade, ou seja, como discurso.

Nesse sentido, a informação não existe em si, tal qual um objeto do mundo exterior, como uma chave ou uma árvore, em que a existência independe da ação humana. “A informação é pura enunciação. Ela constrói saber e, como todo saber, depende ao mesmo tempo do campo de conhecimento que o circunscreve, da situação de enunciação na qual se insere e do dispositivo no qual é posta em funcionamento” (CHARAUDEAU, 2015b, p. 36).

O autor destaca que o discurso de informação midiático possui duas características essenciais: a efemeridade e a a-historicidade, ambas em conexão. A primeira diz respeito à velocidade com que um relato informativo deve surgir e desaparecer na esfera midiática. Deve ser rápida a permanência de uma notícia na mídia, para que o registro seguinte alimente o imaginário do “novo” que está na raiz mesma da instância midiática. O fato relatado até pode ser repetido, desde que envolto em uma atmosfera de novidade, de atualidade do já dito. Já a segunda característica remete à dificuldade que o discurso da mídia enfrenta de abordar o passado e projetar o futuro. Ancorado em imaginários como o da urgência e o da atualidade, o discurso midiático volta-se de forma tímida para a elaboração de uma perspectiva histórica. Esse

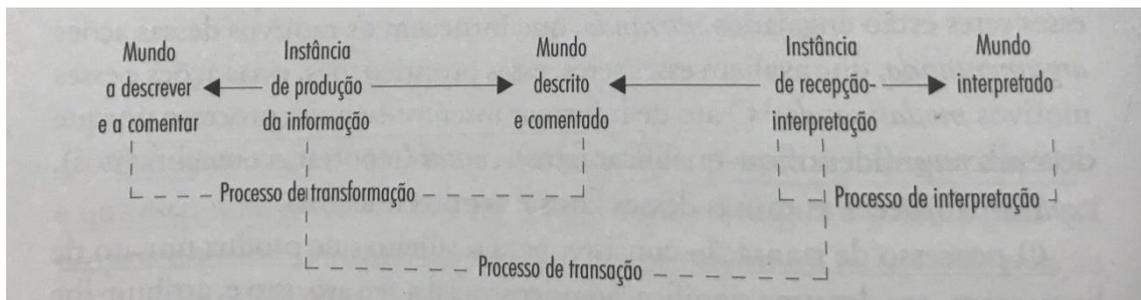
tipo de registro ganha relevo e se torna mais comum quando se tem uma efeméride na sociedade. Mas, no cotidiano das redações, o discurso midiático tem uma dimensão fundamentalmente a-histórica.

O que é, então, essa visão superficial do mundo proposto pelas mídias, na qual não há nenhuma duração, nenhuma (ou quase nenhuma) perspectiva quanto ao passado, nenhuma (ou insignificante) projeção para o futuro? E como é que o homem, que passa sua existência interrogando-se sobre sua origem e seu destino, pode interessar-se por tal superficialidade quanto aos fatos do mundo? Eis um primeiro desafio a levantar para as mídias. Elas o conseguem, a nosso ver, à custa de um blefe, mas um blefe nobre, um blefe pela boa causa do direito do cidadão à informação. Esse blefe é a narrativa. O acontecimento é convertido em notícia através de um processo narrativo que o insere numa interrogação sobre a origem e o devir, conferindo-lhe uma aparência (ilusória) de espessura temporal (CHARAUDEAU, 2015b, p. 135).

Em relação ao tratamento da informação, verifica-se um processo no qual o sujeito informador precisa fazer escolhas, entre as muitas opções possíveis, a fim de produzir os efeitos pretendidos. Essas escolhas, dentro do campo da linguagem, colocam em jogo a inteligibilidade da informação, bem como elide certos aspectos, enquanto salienta outros, projetando sentidos possíveis para o público-receptor – cujo processo interpretativo pode ou não corresponder aos sentidos projetados.

A linguagem é cheia de armadilhas. Isso porque as formas podem ter vários sentidos (polissemia) ou sentidos próximos (sinonímia); tem-se realmente consciência das nuances de sentido de cada uma delas? [...] Comunicar, informar, tudo é escolha. Não somente escolha de conteúdos a transmitir, não somente escolha das formas adequadas para estar de acordo com as normas do bem falar e ter clareza, mas escolha dos efeitos de sentido para influenciar o outro, isto é, no fim das contas, escolha de estratégias discursivas (CHARAUDEAU, 2015b, p. 39).

Nesse sentido, o autor salienta que inexistente o “grau zero” da informação, “entendido este como ausência de todo implícito e de todo valor de crença” (CHARAUDEAU, 2015a, p. 59). As informações que se aproximariam disso são as das páginas de classificados, ou seja, os anúncios dos jornais, bem como a programação cultural, dos cinemas, teatros, espetáculos etc. De qualquer maneira, o discurso informativo está inscrito em um cenário de intersubjetividade, marcado por três processos: o de transformação, o de transação e o de interpretação, conforme mostra o quadro a seguir:



Fonte: Charaudeau (2015b, p. 42).

Daí o postulado do autor segundo o qual nenhuma informação pode pretender à neutralidade, à transparência, já que depende do tratamento e de aspectos envolvidos nesse quadro de transação. O mundo interpretado pode se aproximar ou se distanciar do mundo descrito e comentado, conforme os parâmetros usados no processo de interpretação, que são próprios do receptor. De acordo com Charaudeau (2015b), o discurso informativo também guarda uma relação estreita com dois imaginários: o do saber e o do poder, estando ambos intrinsecamente ligados.

Informar é possuir um saber que o outro ignora (“saber”), ter a aptidão que permite transmiti-lo a esse outro (“poder dizer”), ser legitimado nessa atividade de transmissão (“poder de dizer”). [...] Toda instância de informação, quer queira, quer não, exerce um poder de fato sobre o outro. Considerando a escala coletiva das mídias, isso nos leva a dizer que as mídias constituem uma instância que detém uma parte do poder social (CHARAUDEAU, 2015b, p. 63).

Ainda segundo o autor, o discurso informativo opera sob uma lógica dual presente na instância midiática. Por um lado, assume uma perspectiva de dramatização, com a finalidade de seduzir, de atender a uma demanda de captação da audiência – em decorrência da lógica comercial da empresa midiática. Por outro, responde ao imperativo de uma lógica cívica, de informar com credibilidade o cidadão, como forma de atender a uma demanda social em benefício da cidadania e da sociedade. Verifica-se, assim, uma tensão entre duas visadas: a do fazer saber, ou visada da informação, e a do fazer sentir, ou visada da captação. A primeira nega a possibilidade de espetacularização, enquanto a segunda recorre a essa estratégia, como forma de atrair a atenção do público alvo. Nesse contexto, o discurso midiático busca se equilibrar entre esses dois polos, o da credibilidade e o da captação, em uma disputa tensa entre uma perspectiva dramatizante e outra racionalizante, com riscos para a credibilidade e a composição do relato noticioso.

Ora, a focalização dramatizante do relato midiático, por uma operação de metonímia, reduz o conjunto dos componentes de um acontecimento a uma de suas partes, abolindo momentaneamente o resto do mundo. É ela que pode transformar toda pessoa, entidade ou instituição em herói (“A França obtém a exceção cultural sobre os bens de consumo artístico”) ou em vilão (A Europa, a tecnologia, a corrupção, a imigração, os políticos são as causas de nossos males). Quem não imagina atualmente a camada de ozônio como um “buraco”? Quem não guarda como lembrança quase exclusiva dos grandes movimentos sociais apenas as descrições de confrontos entre policiais e manifestantes, os excessos cometidos, quando as questões fundamentais são outras? [...] O relato midiático constrói seu próprio real negociando com nossos imaginários (CHARAUDEAU, 2015b, p. 272- 273).

Nesse contexto, o pesquisador aponta a existência de efeitos discursivos que ameaçam outra característica do discurso midiático: a vulgarização, compreendida como o processo de simplificação de outros discursos – por vezes herméticos ou técnicos demais –, de modo a torná-los compreensíveis para o público não especializado. Trata-se da escolha de processos de deformação, de amálgama e de psicologização. O primeiro decorre de uma simplificação excessiva, dentro de um jogo entre o explícito e o implícito do discurso, que pode levar à desinformação. Em alguns casos, a pressuposição de que o receptor conhece certo dado e/ou informação, quando na verdade trata-se de algo de conhecimento especializado, de um círculo reduzido de especialistas, pode colocar em risco o processo interpretativo.

O amálgama refere-se ao enquadre de um episódio dentro de rótulos pré-estabelecidos, de maneira a criar aproximações e estabelecer analogias. Expressões como “fundamentalismo” ou a terminação “ão”, recentemente usada em notícias de escândalos na política brasileira (“mensalão” e “petrolão”), funcionam como etiquetas que acionam o imaginário do público receptor, muitas vezes em episódios que guardam pouca ou nenhuma conexão. Já a psicologização, de acordo com Charaudeau, diz respeito à apresentação dos fatos como resultado de um cálculo, devidamente planejado por um terceiro (indivíduo ou grupo), com a finalidade de provocar vítimas.

A explicação de um discurso de informação deveria tentar estabelecer correlações sem necessariamente supor as intenções. Mas sabe-se que descrever os fatos como simples correlações não é muito atraente. Assim sendo, o discurso das mídias procura pôr em cena responsáveis e mesmo eventuais culpados. Assim estaria assegurada uma possível captação, estaria assegurada, em todo caso, a repercussão (CHARAUDEAU, 2015b, p. 272-273).

No contexto desse debate, Gregolin (2007), ao realçar a dimensão interdiscursiva<sup>13</sup> dos enunciados, analisa como redes de memória são acionadas no e pelo discurso midiático para a produção de sentidos e identidades. Conforme a autora, o discurso midiático, como dispositivo social, engendra, a todo momento, reforços ou deslocamentos de identidades, ao projetar na arena pública representações de fenômenos que se desenvolvem na sociedade, em decorrência de ações promovidas pelos diversos atores políticos. Trata-se de um processo que tensiona a memória e o esquecimento e se manifesta “por meio de um insistente retorno de figuras, de sínteses-narrativas, de representações que constituem o imaginário social” (GREGOLIN, 2007, p. 96). Nesse contexto, a autora aponta para a impossibilidade de apreender a totalidade dos percursos de sentido gerados, uma vez que a malha discursiva da qual o discurso midiático se vale não é transparente, nem o sujeito enunciator pode ser considerado a origem dos sentidos. Com efeito, apenas alguns dos fios dessa malha interdiscursiva podem ser interpretados.

Ainda de acordo com Gregolin (2007), um recurso discursivo da mídia é a capacidade de criar uma ilusão de unidade do sentido, com a finalidade de estabelecer uma historicidade do presente. Dessa forma, o discurso midiático coloca em circulação enunciados que projetam formas de ser e agir, por meio do entrecruzamento de determinações coletivas sociais, econômicas, tecnológicas, entre outras. No entanto, observa a autora, os discursos projetados se confrontam e expressam disputas identitárias, uma vez que os sujeitos são seres sociais e os sentidos, históricos. Nessa perspectiva, noções como “ser normal”, “ser louco”, “ser incompetente” e “ser ignorante” são construções discursivas resultantes de uma batalha travada nos contextos social e histórico em que são empregadas. Em outras palavras, trata-se, segundo a autora, de relatividades estabelecidas pelos jogos dos micropoderes que se observam no tecido social. Tendo em vista nosso objeto de estudo, cabe-nos aqui questionar: quais noções de política são agenciadas pelo discurso midiático na contemporaneidade? Em que medida tais noções se aproximam ou se distanciam dos diferentes grupos sociais em disputa na sociedade? No entender de Gregolin,

---

<sup>13</sup> Por interdiscurso, podemos recorrer a Maingueneau (2015), para quem todo discurso só adquire sentido em conexão com outros discursos, que estão em circulação na sociedade. “Para interpretar o menor enunciado, é necessário relacioná-lo, conscientemente ou não, a todos os tipos de outros enunciados sobre os quais ele se apoia de múltiplas maneiras. [...] a menor intervenção política não pode ser compreendida se se ignorarem os discursos concorrentes, os discursos anteriores e os enunciados que então circulam nas mídias” (MAINGUENEAU, 2015, p. 28).

Seria redutor entender que há apenas passividade diante do agenciamento coletivo da subjetividade; pelo contrário, há pontos de fuga, de resistência, de singularização. Não há, nos discursos da mídia, apenas reprodução de modelos – ela também os reconstrói, reformata, propõe novas identidades. Ao mesmo tempo, há uma tensa relação entre a mídia e seus leitores: a subjetividade é fabricada e modelada no registro social, mas os indivíduos vivem essa subjetividade tensivamente, reapropriando-se dos componentes fabricados e produzindo a singularização, criando outras maneiras de ser. Se só houvesse submissão, não haveria produção de novos sentidos. Acontece que não há agenciamento completo das subjetividades, mas um permanente entrelaçamento móvel entre as forças de territorialização e as de desterritorialização, ambas agindo e provocando contradições. Como consequência desses movimentos, as identidades não são rígidas nem acabadas (GREGOLIN, 2007, p. 23).

É importante destacar, neste estudo, que tais premissas devem ser compreendidas a partir da perspectiva crítica da informação enquanto um registro objetivo, imparcial e fiel da realidade. França (1998), por exemplo, afirma que é preciso, previamente, renunciar a essa concepção de informação objetiva, para que possamos entender a complexidade da atividade jornalística. Em seu ponto de vista, uma leitura que se pretenda mais abrangente deve partir da vida social, cenário produtor e reprodutor de relações e interações entre os atores sociais, em uma dinâmica de subjetivação objetivada pela palavra. Na visão da pesquisadora, deve-se, portanto, trabalhar a ideia de comunicação como um processo de interlocução, entendendo-o como uma relação de reciprocidade fundada no simbólico, cuja produção é social.

Primeiramente, os interlocutores são seres sociais, seres sociais em exercício. Existe toda uma experiência, um aprendizado, modelos que, infiltrados em seu papel, instruem seus atos comunicativos. Seres de múltiplas inserções e identificações, eles são impulsionados por hábitos e necessidades condicionados pela vida social. Atos de palavra não são atos isolados, mas são inscritos em contextos que os ultrapassam; atos contíguos a outros atos. Mesmo os atos de comunicação mais pessoais são atravessados pela vida global que os cerca, e não os explicamos em si mesmos, como não explicamos essa vida sem tais atos (FRANÇA, 1998, p. 54).

Em seu texto *As notícias*, Traquina (1987) também faz uma análise crítica do postulado de que as notícias são uma representação objetiva e desinteressada do mundo real e o jornalista, um observador neutro, como um espelho. Na avaliação do autor, as notícias registram as narrativas utilizadas pelos jornalistas para organizar o acontecimento. Dessa maneira, a ênfase dada a uma das seis perguntas básicas de um *lead* – o quê, como, quem, quando, onde e porque –, ou a necessidade de seleção e enquadramento são exemplos de como a notícia, por meio da narrativa, cria o

acontecimento e constrói uma determinada realidade (TRAQUINA, 1987, p. 168). Assim, se a visita de uma autoridade a um bairro para anunciar o início de obras de revitalização urbana for precedida de uma intensa manifestação popular contra a presença dessa autoridade, a maneira como a manchete será construída pode gerar interpretações distintas. Em um primeiro caso, podemos ter um registro como: “Prefeito anuncia obras na região Sul”. Em um segundo caso, a notícia pode ter como enfoque o conflito instaurado na visita da autoridade: “Prefeito é vaiado ao anunciar obras”. Isso elucida a tese de que a narrativa de um mesmo fato, constituída nas notícias, pode ganhar dimensões diferentes, tendo o potencial de construir realidades distintas.

Diante desse quadro, a abordagem que aqui se propõe é a do discurso midiático como instância que atua na construção (pelo menos, parcial) da realidade, em um processo marcado pela presença de um conjunto de atores sociais, instituições e dinâmicas que agem nesse processo<sup>14</sup>. Não há dúvidas de que a mídia detém um considerável potencial de “fabricar sentidos” do/no mundo, embora tais sentidos devam ser pensados sempre num contexto de co-construção. A dimensão de seu alcance e de sua influência encontra-se, pois, em um terreno instável: ora é mais perceptível, ora mais difícil de ser constatada e/ou mensurada, sobretudo nas sociedades contemporâneas, cada vez mais complexas e dinâmicas, marcadas por uma multiplicidade de vozes que penetram a esfera pública, mesmo que, na maioria das vezes, de forma desigual.

Nesse sentido, Charaudeau (2015b, p. 19) destaca que “as mídias não transmitem o que ocorre na realidade social, mas sim impõem o que constroem do espaço público”. Se se imaginam como um espelho, não passam de uma versão deformante, aponta o autor, produzindo recortes da realidade e versões limitadas, mesmo que nem sempre haja nessa atitude uma intenção manipuladora. Para ele, nesse contexto de captura das experiências do mundo empreendida pela “máquina de fabricar sentido social”, lidamos sempre com a construção de um real, e não com a própria realidade. A realidade, em si, depende sempre do olhar de quem se propõe a observá-la e a relatá-la; passa, necessariamente, pelo filtro daquele que observa.

Por trás do discurso midiático não há um espaço social mascarado, deformado ou parcelado por esse discurso. O espaço social é uma realidade

---

<sup>14</sup> Algumas reflexões teóricas presentes neste capítulo acerca da construção social da realidade e da noção de acontecimento seguem, em linhas gerais, discussões apresentadas no artigo *A greve, os jornalistas e os jornais*, de Cajazeiro e Lopes (2018). Nesta dissertação, elas foram reformuladas e acrescidas de outros olhares, com a finalidade de ampliar a discussão em torno desses temas.

compósita, não homogênea, que depende, para sua significação, do olhar lançado sobre ele pelos diferentes atores sociais, através dos discursos que produzem para tentar torná-lo inteligível (CHARAUDEAU, 2015b, p. 39).

A máquina midiática opera, pois, na construção de sentidos por meio de um processo no qual se observam três lugares: o das condições de produção (veículo de informação e seus atores), o da recepção (diferentes públicos, como leitores, ouvintes ou telespectadores) e o do produto (reportagem, telejornal, notícia de rádio etc). Nesse sentido, pontua o autor, a informação é resultante não apenas da intenção da instância de produção, mas sim de um processo relacional entre os três lugares. De fato, “o sentido é resultado de uma cointencionalidade” (CHARAUDEAU, 2015b, p. 27). O jornalista tem por função transmitir informação, em cuja estrutura se observa uma questão de linguagem que, por sua vez, apresenta-se opaca na sua essência. Para o pesquisador, “toda escolha se caracteriza por aquilo que retém ou despreza; a escolha põe em evidência certos fatos, deixando outros à sombra” (CHARAUDEAU, 2015b, p. 38). Como vimos, em citação anterior, tudo – comunicar, informar – é escolha: de conteúdos, de formas adequadas ao bem falar, de efeitos de sentido, enfim, de estratégias discursivas (CHARAUDEAU, 2015a, p. 39).

Em *A construção da opinião na mídia*, Emediato (2013) também problematiza questões inerentes à imprensa de referência. Na obra, que se dedica a investigar como a opinião se expressa nos discursos midiáticos, inclusive naqueles tradicionalmente não marcados por tal propósito, como a notícia e a reportagem, o autor defende a atividade jornalística como essencial para a democracia cidadã. Ressalta, porém, que se trata de um construto simbólico atravessado por forças sociais e intencionalidades.

Em meio a um dispositivo de tamanha tecnologia e alcance econômico e político, é ingenuidade pensar que a objetividade e imparcialidade jornalística sejam ainda um ideal da mídia contemporânea. Assim como também é ingenuidade pensar que a opinião no jornalismo é um desvio da norma deontológica de uma objetividade que nunca esteve de fato na ordem do dia. Assim como não há discurso que não busque agir sobre o outro e influenciá-lo, não se pode acreditar que não faça parte da intencionalidade jornalística agir sobre as representações mentais de seus leitores, influenciá-los de alguma maneira, incitá-los a algum tipo de ação ou mesmo ao conformismo. Assim como não há nenhum discurso sem subjetividade, não se poderia igualmente cobrar da informação jornalística que ela fosse um discurso sem sujeito, um discurso sem intenções (EMEDIATO, 2013, p. 12-13).

A partir dessa sugestão inicial, apontada no prefácio da obra, o autor chama a atenção mais à frente, em artigo de sua autoria (EMEDIATO, 2013, p. 69-103) sobre a

dimensão argumentativa em textos com visada informativa, para um duplo processo constitutivo da informação midiática: uma atitude projetiva (identificadora), que age para manter e reforçar crenças e representações, e outra impositiva (transformadora), que busca alterá-las. Daí a noção de que a informação midiática é, ao mesmo tempo, conservadora e progressista. “Ela esquematiza o mundo reduzindo-o ao conhecido, ao discutível, ao conforme, ao razoável, enfim, ao senso comum (doxa), mas ela também movimenta essas representações propondo o seu debate no cotidiano” (EMEDIATO, 2013, p. 77). Em outro artigo dessa mesma obra, que analisa como a imprensa escrita usa o discurso jornalístico para fazer publicidade, Mello e Emediato (2013) acentuam a crítica ao imaginário da instância midiática como portadora de um bem inexorável, relativizando-o:

A informação como prática social pode colaborar para o engajamento do sujeito no mundo. Porém, a informação jornalística não está voltada apenas para a formação da consciência crítica e cidadã, ela está também vinculada ao conformismo social e ao reforço de estilos de vida e práticas de consumo (MELLO; EMEDIATO, 2013, p. 243).

Turpin (2016), por sua vez, ao abordar a construção da realidade relativa aos ciganos (*roms*) que vivem na França feita pela imprensa daquele país, constata uma elaboração discursiva com ênfase negativa, de discriminação, em que prevalecem temáticas do roubo, da delinquência, da migração, das expulsões, das tensões entre ciganos e moradores. A pesquisadora examinou quatro jornais franceses: *Le Figaro*, *Le Monde*, *Libération* e *Le Parisien*, comparando publicações atuais com aquelas do início do século 20. Segundo apurou, em vários registros da imprensa francesa os ciganos são associados a contextos depreciativos, tanto antigamente como na cobertura jornalística atual, o que mostra que, apesar do lapso temporal, a representação que se faz desses indivíduos permanece basicamente a mesma (embora as estratégias mobilizadas possam variar). Assim,

Na imprensa atual, a estigmatização dos ciganos se dá, sobretudo, a partir do espaço ocupado e de seu hábitat, semiotizado negativamente. Este é qualificado como perigoso tanto para o bairro quanto para os próprios residentes. As designações empregadas são as de campo, acampamento, às vezes favela ou gueto, estas marcando, ao mesmo tempo, uma visibilidade e o problema de um espaço urbano que se quer racional. Os dois primeiros termos, os mais frequentes, remetem a uma “instalação provisória” e, assim, naturalizam sua desocupação: um campo ou um acampamento não têm vocação para tornar-se um hábitat definitivo (TURPIN, 2016, p. 100).

O trecho de Turpin (2016) que reproduzimos remete a outro estudo, de autoria de Emediato (2016), que se destina a refletir sobre representações discursivas da mídia acerca de outro espaço urbano estigmatizado: as favelas. De acordo com o autor, percebe-se uma “normalidade negativa” que atravessa a cobertura midiática sobre as favelas, de modo a naturalizar um espaço de exclusão e reiterar noções como violência, perigo, tráfico de drogas, pobreza, enquanto se elidem outras relações possíveis, como aquelas que incidem sobre família, escola, política, arte, desenvolvimento etc. O olhar que se privilegia passa pela lente da exclusão, tanto na imprensa de referência, quanto nos jornais populares. A partir dessa perspectiva, segundo Emediato, as mídias, por meio da tematização,

circunscrevem e delimitam a pertinência da notícia sobre favelas no campo semântico da violência em seus diversos token, ou ocorrências: tiroteios entre bandidos ou confrontos com policiais, tráfico de drogas, assassinatos, acidentes e tragédias naturais. Nesses “acontecimentos rotineiros”, certos frames (ou scripts) vão sendo naturalizados pela repetição, construindo, na recepção leitora, expectativas comuns e generalizadas: a violência surge da e na favela pela ação dos bandidos e dos favelados; a força policial amplifica a violência no confronto, mas não detém sua iniciativa; seu papel narrativo é de resposta e reação à violência que vem da favela (EMEDIATO, 2016, p. 155).

Ainda no campo de pesquisa sobre a construção da realidade feita pela mídia, Campos e Lara (2013) lançam um olhar sobre o discurso midiático acerca da criminalidade associada ao tráfico de drogas, a partir de três reportagens, veiculadas nas revistas *Veja*, *Isto é* e *Carta Capital*. As autoras partem do pressuposto de que a mídia detém considerável poder na agenda na discussão pública, ao decidir quais vozes serão agenciadas sobre determinado assunto e de que forma elas serão colocadas em cena. A análise das matérias apontou a existência de duas formações discursivas (FDs) em jogo, a do combate à criminalidade, que endossa as ações policiais como políticas de governo, e a dos direitos humanos, que problematiza a perspectiva anterior.

Dessa maneira, verificou-se que a reportagem da *Veja* apagou as vozes pertencentes à FD dos direitos humanos e se filiou à FD do combate à criminalidade. A *Isto é*, por sua vez, embora tenha dado espaço à perspectiva dos direitos humanos, também se filiou à FD do combate à criminalidade. Já a revista *Carta Capital*, embora não tenha negado a FD do combate à criminalidade, se filia mais fortemente à FD dos direitos humanos. No entanto, as pesquisadoras apontam que houve um silenciamento, por exemplo, da perspectiva mencionada por uma leitora, que associa a criminalidade à

falta de oportunidades e à ausência do Estado em prestar assistência aos moradores das favelas, omitindo, dessa maneira, o papel das instituições sociais nesse processo.

Com isso, a mídia, por meio de seus sistemas simbólicos, naturaliza, entre seus leitores, qualquer atitude que possa vir a tomar para combater esse mal, alimentando um conjunto de crenças e estereótipos que relaciona a criminalidade e o seu combate a uma guerra (CAMPOS; LARA, 2013, p. 288-289).

Em uma análise de reportagens de revistas informativas a partir da noção de designação, Guadanini (2013) verifica como se dá a construção da opinião na/e pela mídia. De acordo com a autora, a ação de designar não se restringe à dimensão meramente identificatória. Por meio desse gesto de linguagem, a mídia pode imprimir um posicionamento. Como exemplo, ela cita a designação de “PTBulls”, usada pela revista *Veja*, em sua capa, para se referir a membros de um movimento social que ocuparam o Congresso Nacional. Ao se valer de um neologismo, numa junção entre o nome da legenda partidária e da raça de um cão, a revista aciona o imaginário da irracionalidade, da agressividade e da violência. Trata-se de uma construção designativa que engendra realidades discursivas sobre a realidade social. Assim, a escolha designativa, segundo a pesquisadora, carrega não apenas uma identificação, uma referência, mas, sim, um comentário acerca de determinado acontecimento.

Poderíamos afirmar que a aposta no uso de designações, no campo da mídia, representaria, de certo modo, uma ousadia. Primeiro, porque a designação resguarda um aspecto predicativizador que já contém um viés subjetivo, revelador de posicionamento. Ao fazer opção pela designação, o sujeito designador midiático propõe um projeto de leitura que viabiliza expor sua opinião, diríamos, sub-repticiamente. Como resultado disso, dá-se o primeiro passo na formação da opinião. Segundo, porque o simples uso de um determinado nome e não de outro pode estigmatizar. [...] Nesse sentido, vale ressaltar que a designação, além de favorecer a formação de opinião, ela também (re)cria identidades (GUADANINI, 2013, p. 148).

A citação da pesquisadora e as demais reflexões propostas pelos autores mencionados acerca da construção midiática da realidade reforçam a necessidade de colocar em discussão, no espaço público, o tema da responsabilidade atribuída à mídia e o frequente debate acerca de questões como manipulação, influência, projeção e alcance das mensagens codificadas pelos meios de comunicação, sobretudo quando envolvem temas como economia, cidadania, direitos sociais ou mesmo a política, assunto em destaque no presente trabalho. Afinal, quais fatores são levados em consideração para que um acontecimento político ganhe os holofotes midiáticos? O que podemos entender como acontecimento político?

Pelo viés da Comunicação, Sodré (2009) discorre sobre a natureza da notícia e afirma que o acontecimento jornalístico é um fato marcado semiótica e culturalmente por valores-notícias presentes na rotina profissional, entre os quais se destacam a novidade, a imprevisibilidade, o peso social, a proximidade geográfica, a hierarquia social dos personagens implicados, a quantidade de pessoas e lugares envolvidos, o provável impacto sobre o público-leitor e a possibilidade de evolução do acontecimento. “Fatos não marcados não significam fatos sem importância social, e sim fatos não imediatamente relevantes para o cânone da cultura jornalística” (SODRÉ, 2009, p. 76). O autor compartilha a perspectiva segundo a qual o acontecimento é uma construção coletiva, com a participação de vários atores sociais de campos distintos do circuito interno da esfera midiática, que inclusive se engajam em uma determinada ação, de forma intencional, para que esta se torne visível na cena pública.

Mas relacionado à informação midiática, que é a atualização de um estado de coisas, o acontecimento é uma modalidade clara e visível de tratamento do fato, portanto, é uma construção ou uma produção de real, atravessada pelas representações da vicissitude da vida social, o que equivale a dizer tanto pela fragmentação às vezes paradoxal das ocorrências quanto pelos conflitos em torno da hegemonia das representações (SODRÉ, 2009, p. 37).

Já Moura (2008), a partir de uma perspectiva foucaultiana, estabelece uma relação entre memória e acontecimento jornalístico. A autora trabalha com a ideia de que, envolvido em uma teia discursiva, o acontecimento está referenciado em um já dito, portanto, em uma memória. Dessa forma, “os objetos de significação e os efeitos de sentido são da ordem do interdiscurso, uma vez que um acontecimento é interpretável e pode ser significado por diferentes discursos” (MOURA, 2008, p. 2). De acordo com ela, o acontecimento, situado em uma temporalidade distinta do tempo daquele que enuncia, é uma ocorrência sociolinguageira dentro de um espaço comunicacional próprio cujas dimensões situacionais e linguísticas estão imbricadas. Ao colocar em cena circunstâncias discursivas que extrapolam por natureza a textualidade jornalística, o acontecimento produz o “algo mais dos discursos” de que fala Foucault:

O acontecimento no jornal define, naquilo que o antecede, sua própria filiação discursiva, relata o que escolhe como necessário, excluindo o que não se ajusta a ele. Além disso, confere ao passado status de veracidade, como algo que ocorreu “de fato”, tomado como matéria a transformar, ou, mesmo, como objeto de que se pode falar (MOURA, 2008, p. 11).

Ao discorrer sobre outros aspectos constitutivos do discurso midiático, Charaudeau (2015b) ressalta que o acontecimento é, antes de tudo, uma construção discursiva, cuja significação depende do olhar que os sujeitos envolvidos em um ato de comunicação lançam sobre ele. Ou seja, podemos dizer que o fato somente ganha a dimensão de acontecimento quando é apreendido discursivamente, materializado pela notícia, em se tratando da instância midiática.

Para o autor, o acontecimento será sim selecionado e construído em função de seu potencial de atualidade, de proximidade, de imprevisibilidade e de sociabilidade, estando relacionado à capacidade da mídia de categorizar as experiências do mundo em universos discursivos, tais como política, economia, cultura, ciência, meio ambiente, esportes, internacional etc. Chama, porém, a atenção para o fato de que, em sua estrutura primeira, o acontecimento é fundado por um ato languageiro:

Mortos são mortos, mas para que signifiquem “genocídio”, “purificação étnica”, “solução final”, “vítimas do destino”, é preciso que se insiram em discursos de inteligibilidade do mundo que apontam para sistemas de valores que caracterizam os grupos sociais. Ou seja, para que o acontecimento exista, é necessário nomeá-lo. O acontecimento não significa em si. O acontecimento só significa enquanto acontecimento em um discurso. (CHARAUDEAU, 2015b, p. 131-132).

Dessa forma, ao selecionar e estruturar o acontecimento em um formato noticioso, a instância midiática oferece à recepção certa grade de leitura do mundo, uma visão previamente construída. Operação inevitável de qualquer atividade comunicativa, porém, em se tratando da escala industrial midiática, verifica-se um forte estímulo ao debate social, às vezes por meio de um modo discursivo do “acontecimento provocado” (CHARAUDEAU, 2015b, p. 189). Muitos dos escândalos políticos, por exemplo, surgem no espaço público midiático, ou seja, emergem enquanto assunto entre os atores sociais após tornarem-se públicos pela ação da mídia. Dessa maneira, a seleção dos acontecimentos que serão ofertados ao cidadão cria uma espécie de agenda do mundo social e, como consequência, tudo aquilo que está fora não teria relevância para ser discutido na sociedade:

Ela [a agenda] é imposta num jogo de oferta que leva a crer que corresponde a uma demanda. Como em todo mercado, é a oferta que dita a demanda, uma demanda que constrói uma circularidade, não se podendo dizer se corresponde à necessidade (e muito menos ao desejo). Escolher anunciar uma notícia incerta em vez de nada dizer, mesmo com todas as precauções

habituais, é fazê-la existir e registrar como tal. O cidadão, não nos esqueçamos, só pode consumir a informação que lhe é servida (CHARAUDEAU, 2015b, p. 271).

Ressalte-se que, não raras vezes, a seleção e o tratamento dos acontecimentos suscitam questões pertinentes ao adequado funcionamento da democracia, sobretudo quando se trata de publicizar acontecimentos relativos a minorias sociais e pontos de vista de cidadãos comuns referentes a problemas que os afetam. Com frequência, críticos da cobertura midiática apontam para a recorrência a visões de mundo de fontes oficiais ou autoridades e especialistas instituídos, em detrimento de demais pontos de vista presentes na sociedade. Como consequência, certos atores sociais são secundarizados ou ofuscados, uma prática que resulta em prejuízos para a pluralidade presente no tecido social. Nessa perspectiva,

Se nos voltarmos agora para o lado dos cidadãos ou de seus diversos representantes, o problema que se coloca é o de sua aparição na cena midiática, pois diante da posição de poder de representantes do aparelho do Estado, eles são vistos como minorias. [...] Assim sendo, como fazer falar os anônimos que, ao que parece, não interessam a ninguém? Observando-se a presença do cidadão de base nas mídias, percebe-se que ele aparece essencialmente sob duas figuras: o do cidadão vítima ou reivindicador, ou o do cidadão testemunha (CHARAUDEAU, 2015b, p. 195).

Essas reflexões de Charaudeau (2015b) nos fazem pensar no objeto em questão neste estudo: o episódio do programa documental *Galáxias – Olhares sobre o Brasil* que aborda a política. Parece-nos, em um exame prévio dos depoimentos, que os entrevistados, assumindo prioritariamente a figura de “cidadãos testemunha” do seu tempo, buscam relatar, a partir de pontos de vista distintos, nuances da política brasileira, tais como a representatividade do povo no Congresso Nacional e o financiamento de campanhas eleitorais. Com efeito, como veremos ao longo das análises, os depoimentos parecem provocar uma espécie de fissura na estrutura narrativa da mídia tradicional, criando outras conexões para os acontecimentos da política costumeiramente projetados na e pela cena midiática.

## **2.2 Os imaginários sociodiscursivos**

Portanto, se partimos da premissa de que um acontecimento, para que exista enquanto tal na/para a instância midiática, precisa se tornar inteligível discursivamente

dentro de um sistema de valores compartilhados socialmente, podemos entender que tal processo de inteligibilidade se estabeleça em íntima conexão com os imaginários sociodiscursivos, mesmo que estes não sejam, em muitas ocasiões, o elemento determinante, uma vez que, como se sabe, outros fatores contribuem de forma ativa nesse processo<sup>15</sup>.

Nessa discussão, Charaudeau (2015a) aponta que a significação da realidade decorre de uma dupla interação: a do homem com o mundo e a do homem com os outros, e é a atividade de percepção resultante desse processo interativo que engendra os imaginários. De natureza instável e fragmentada, os imaginários estão depositados na memória coletiva e funcionam como modos de apreensão do mundo, desempenhando um papel de espelho identitário compartilhado por grupos sociais: “Os imaginários sociodiscursivos circulam, portanto, em um espaço de interdiscursividade. Eles dão testemunho das identidades coletivas, da percepção que os indivíduos e os grupos têm dos acontecimentos, dos julgamentos que fazem de suas atividades sociais” (CHARAUDEAU, 2015a, p. 207).

A partir do conceito de imaginário social de Castoriadis (2000), Charaudeau o relaciona com o quadro teórico da análise do discurso e afirma que, para desempenhar o papel de espelhos identitários, esses imaginários têm de ser materializados, o que ocorre de diferentes maneiras, como nos tipos de comportamentos, nas atividades coletivas, ou mesmo na produção de manufaturados e tecnologias. Como não pensar, nesse último caso, na simbologia que a tecnologia do telefone celular alcançou contemporaneamente? Há muito este deixou de ser apenas um objeto de comunicação para ativar vários outros imaginários.

Nesse processo de materialização dos imaginários, o discurso desempenha um papel fundamental. Daí serem eles “rebatizados” como *imaginários sociodiscursivos*:

Mas mesmo essa materialização tem necessidade de ser sustentada por uma racionalização discursiva, sem que se saiba de fato quem precede quem, nem se a segunda desempenha um papel de promoção ou de justificação da primeira. Os grupos sociais produzem discursos de configuração diversa que dão sentido a essas materializações. Uns se fixam em textos escritos (ou na

---

<sup>15</sup> Aspectos da rotina profissional, como o tempo e o espaço, também são levados em consideração durante a construção do acontecimento e sua sucessiva formatação em termos noticiosos. Traquina (1987) expõe fatores ligados aos constrangimentos institucionais que trazem implicações diretas no processo de produção das notícias. Segundo o autor, as decisões tomadas pelos jornalistas serão, nesse contexto, intimamente relacionadas com a organização em que trabalham. Ele cita um estudo no qual se constata que os jornalistas apreendem a política editorial da empresa por meio de um trabalho contínuo e sutil de socialização do profissional que envolve mecanismos de punição e recompensa.

tradição oral) de maneira mais ou menos imutável e assim podem ser transmitidos de geração para geração: as doutrinas religiosas, as teorias científicas, os manifestos políticos ou literários. Outros circulam nas comunidades sob configurações variáveis, às vezes mais estáveis, como os provérbios, as máximas e os ditados, às vezes menos, como os torneios de linguagem ou as frases circunstanciais, mas cuja variedade não altera seu sentido base contido em uma espécie de núcleo semântico mais estável... (CHARAUDEAU, 2015a, p. 206)

Para o autor, a construção dos imaginários sociodiscursivos se fundamenta em dois tipos de saberes: os saberes de conhecimento, que visam a estabelecer uma verdade acerca dos fenômenos do mundo, e os saberes de crença, que pertencem a um modo de explicação do mundo proveniente de apreciações dos sujeitos e pretendem sustentar um julgamento sobre o mundo. Nos saberes de conhecimento, busca-se construir a legitimação do argumento a partir da verificação ou da experimentação; é o mundo que se sobrepõe ao sujeito de discurso. Em uma relação inversa estão os saberes de crença, que são marcados pelo julgamento subjetivo, em que não há possibilidade de verificação. Trata-se de tipos de saberes que fundamentam os imaginários e discursos circulantes no tecido social. De acordo com Charaudeau (2007), os saberes de conhecimento podem ser divididos em:

- a) Saber científico, cujas explicações sobre o mundo são construídas por meio de procedimentos como a experimentação, a observação e o cálculo. Esses procedimentos podem ser usados por outra pessoa com a mesma competência para fazê-lo, de modo a obter os mesmos resultados. Transita-se, dessa forma, na esfera da comprovação, e um exemplo desse tipo de saber são as teorias – elas são forçadas a aceitar o confronto com a empiria e a crítica, mas, quando anunciadas como tais, têm a força de um discurso demonstrativo.
- b) Saber de experiência, cujas explicações sobre o mundo advêm da relação empírica com este, mas sem garantia de comprovação por métodos particulares. Charaudeau (2007) afirma, porém, que uma experiência simples, como deixar de segurar um objeto para perceber que ele cairá, pode ser repetida por outras pessoas com o mesmo resultado. Trata-se, segundo o autor, do domínio da experiência socialmente partilhada, em que a capacidade de realizá-la não demanda erudição. Não é necessário, nesse caso, conhecer as leis da gravidade para saber que, ao soltar um objeto

qualquer, ele vai cair. O saber de experiência é, pois, apoiado por um discurso natural de causalidade, mesmo que em contraposição ao discurso acadêmico. Como exemplo disso, pode ser citada a nossa percepção de que o sol nasce e se põe (experiência), enquanto sabemos que quem gira é a terra e não o sol (conhecimento científico).

Os saberes de crença, por sua vez, podem ser subdivididos em:

- a) Saberes de revelação, cujas explicações são fundamentadas em uma verdade exterior ao sujeito, mas sem necessidade de ser provada ou verificada. Por isso, requer um movimento de adesão total do sujeito. Baseiam-se em textos que testemunham essa verdade e que assumem um caráter de referência absoluta dos valores aos quais se busca aderir. As doutrinas e ideologias representam esse tipo de saber.
- b) Saberes de opinião, cujos argumentos partem da posição do sujeito acerca de fatos do mundo. Como em todos os saberes de crença, o sujeito se impõe ao mundo, mas não há um discurso de referência absoluto. Dessa forma, ele está inscrito em um universo em que se admitem juízos possíveis sobre os fatos do mundo, na esfera do necessário, do provável, do possível, do verosímil. A opinião resulta de uma apropriação que o sujeito faz do conhecimento que circula nos grupos sociais. Os saberes de opinião se subdividem, por sua vez, em opinião comum, relativa e coletiva.

Charaudeau (2015b) afirma que é difícil determinar a fronteira entre os saberes de conhecimento e os de crença. Ela pode ser tênue, variável e se deslocar. Isso significa que um enunciado como “esta mulher é poderosa” depende, para sua interpretação, de entrecruzamentos dos discursos reproduzidos, em uma determinada sociedade, sobre a mulher e o poder.

Nessas condições, é nosso direito indagar sobre os efeitos interpretativos produzidos por algumas manchetes de jornais (ou mesmo sobre determinada maneira de comentar a atualidade) quando estas, em vez de inclinar-se para saberes de conhecimento (“o presidente da comissão entrega o relatório ao primeiro-ministro”), põem em cena saberes de crença que apelam para a reação avaliativa do leitor (“o presidente da comissão entrega uma bomba ao primeiro-ministro”). Assim, como se vê, são as palavras que apontam para as representações. No debate político a respeito dos trabalhadores, e segundo o contexto em que se insere, o emprego dos qualificativos “estrangeiros”, “imigrantes”, “clandestinos”, “pardos”, revela as crenças em que se baseia o pensamento em foco (CHARAUDEAU, 2015b, p. 47-48).

Ainda segundo Charaudeau (2007), os imaginários sociodiscursivos não estão preocupados em fixar uma ideia como verdadeira ou falsa, certa ou errada. Eles visam demonstrar visões de mundo diante de uma determinada situação comunicativa. Em sua obra *Discurso político*, Charaudeau (2015a) discorre acerca de alguns imaginários sociodiscursivos presentes no tecido social, que por vezes são acionados pelos atores sociais do campo político. Um deles é o imaginário da tradição, ancorado em discursos que se referem a um passado no qual os indivíduos teriam vivenciado um estado de pureza, uma vida distinta, marcada por identidades e valores fundadores que necessitam ser preservados. “Esse mundo é evocado como um paraíso perdido (a idade de ouro da Antiguidade, o Éden da Bíblia) ao qual seria precioso voltar para reencontrar uma origem, fonte de autenticidade” (CHARAUDEAU, 2015a, p. 211). Por meio desse imaginário, observa o autor, é que surgem discursos fóbicos contra o outro, muito em voga na atualidade em relação aos imigrantes no cenário europeu.

Outro imaginário bem recorrente é o da modernidade, compreendido não no sentido histórico, da época moderna, mas sim como algo pertencente à ideia de novo e melhor, em oposição ao que estaria ultrapassado, e de valorização positiva do presente, em contraste com o tempo que o precede. Assim, o discurso liberal defende ser moderna a concepção de Estado mínimo, já que a proposição de um Estado regulador é vista como ultrapassada e ineficaz para produzir riqueza. Além da economia, outra área que se vale bem do uso desse imaginário é a da tecnologia, que lança constantemente produtos investidos de um valor de modernidade.

Esse imaginário se define inicialmente contra um passado que seria percebido sempre como uma era, senão de obscurantismo, ao menos de um saber menor, de um saber “de uma outra idade”. O tempo presente se beneficiaria de um estado de saber superior, primeira caução dessa modernidade. Do mesmo modo, esse estado de saber permitiria a libertação do peso da herança legada pela época anterior, liberação mais ou menos iconoclasta, ela própria criadora de novos modelos, modelos de pensamento e de comportamento. Nisso, o imaginário da modernidade se opõe ao da tradição (CHARAUDEAU, 2015a, p. 216).

Um terceiro imaginário descrito pelo autor é o da soberania popular, sustentado por um discurso segundo o qual o povo é responsável por seu bem-estar. É, segundo Charaudeau, o mito da democracia, em que o povo é alçado a uma condição de entidade coletiva abstrata e soberana, que possui capacidade e condições para definir os melhores caminhos para a coletividade. Do seu ponto de vista, três discursos correlatos estão

inscritos nesse imaginário: o do direito à identidade, o do igualitarismo e o da solidariedade.

No entanto, o autor chama a atenção para os riscos de desvio desse imaginário, quando ele é interpretado de maneira extremista. Trata-se da ideia de recorrer a uma noção abstrata de soberania popular, de vontade das massas, para impor os desvios de protecionismo (negar o direito a voto a estrangeiros que residem ou trabalham no país), de poder pessoal (para atender a interesses particulares ou de pequenos grupos, defende-se alguma política, em nome do povo, que não teria conhecimento suficiente para tomar a decisão) ou de exclusão (massacres ou perseguições contra povos considerados impuros ou infiéis).

O recurso ao imaginário de soberania, qualquer que seja o desvio, repousa sobre uma ideia – uma ideologia, poderíamos dizer – já antiga, descrita por Maquiavel: as massas não podem saber nem conhecer tudo, portanto, devem ser influenciadas para o seu próprio bem. Seu suposto estado de não competência, aliado à indeterminação, na verdade, à heterogeneidade de opiniões que elas encerram, as tornam manipuláveis, e a luta para adquirir uma posição de soberania ou para exercê-la torna-se, nesse momento, a arte de manipular as massas. Evidentemente, isso não pode ser dito explicitamente; nenhum político poderia se valer de tal ideologia, dado o risco de se ver desacreditado (CHARAUDEAU, 2015a, p. 216).

Com base nos postulados de Charaudeau, Morais (2014) investiga quais imaginários circulam nos discursos acerca do Nordeste brasileiro. O autor analisou mensagens produzidas em redes sociais sobre os nordestinos em novembro de 2010, no contexto das eleições presidenciais daquele ano no Brasil, e em maio de 2011, período de realização de um torneio de futebol no país. De acordo com ele, a identificação do nordestino no *corpus* analisado se ancorou em imaginários sociodiscursivos que o diminuem enquanto cidadão e que estabelecem, discursivamente, uma associação da região ao atraso econômico, a deficiências educacionais, ao parasitismo político, entre outros aspectos relacionados ao atraso, como se o Nordeste e os nordestinos funcionassem como um empecilho ao desenvolvimento do país.

Também partindo das reflexões de Charaudeau, Barcelos (2013) empreende um exame de fotografias que retratam a África para identificar quais imaginários sociodiscursivos emergem acerca dos povos e do continente africanos. Como objeto de análise, foram escolhidas oito fotografias vencedoras do concurso internacional World Press Photo. Quatro apresentam a fome como tema; três, a guerra civil; e uma, um protesto de civis. Segundo a pesquisadora, a construção discursiva da realidade africana

nos registros fotojornalísticos estudados corrobora uma visão de mundo eurocêntrica que vê a África como espaço de um povo negro (embora haja africanos de origens e etnias diversas), distante, marcado por conflitos, “pobre, sofrido, vítima de catástrofes naturais, sociais e políticas” (BARCELOS, 2013, p. 235). Pelas lentes das câmeras, reforça-se uma imagem reduzida e distorcida da continente, como um lócus geográfico e social impregnado pela miséria, por guerras étnicas e pela instabilidade política e econômica – na esteira da tradição da imprensa ocidental de retratar os africanos.

Ao reproduzir imagens que contribuem para cristalizar a visão de um povo sob um aspecto redutor de suas diferenças, colabora-se para a perpetuação de opiniões generalizantes, que limitam a compreensão da identidade do outro, que não considerem que, assim como toda a humanidade, os africanos possuem uma história de sobrevivência não só material, mas espiritual, intelectual e artística, com toda a riqueza e diversidade que ela abarca (BARCELOS, 2013, p. 235).

Dessa maneira, ao partirmos do pressuposto de que todo discurso está ancorado em um ou mais imaginários, conforme aponta Charaudeau, surge-nos aqui como consequência a questão (que buscaremos problematizar) sobre quais imaginários sustentam os discursos no Brasil acerca da política, conceito de difícil apreensão, dada a complexidade que o envolve.

### **2.3 A dimensão argumentativa do discurso e do documentário**

Tendo em vista a trajetória teórica até aqui percorrida, destacamos que a perspectiva que assumimos neste trabalho é a que considera o discurso como uma instância inerentemente argumentativa, conforme propõe Amossy (2008). Para a autora, a argumentação é parte do funcionamento discursivo.

Da conversação corrente aos textos literários, muitos são os discursos que não têm objetivo argumentativo, no sentido de que eles não veiculam nenhuma intenção de persuadir e não esperam fazer o alocutário aderir a uma posição claramente definida por estratégias programadas. Todavia, mesmo a fala que não ambiciona convencer busca ainda exercer alguma influência, orientando modos de ver e de pensar (AMOSSY, 2008, p. 129).

Nesse sentido, ciente de que algumas teorias contemporâneas da argumentação restringem o conceito à perspectiva de adesão a uma tese, ao convencimento de um auditório, a autora propõe ampliá-lo, entendendo-o também como “a tentativa de modificar, de reorientar, ou mais simplesmente, de reforçar, pelos recursos da

linguagem, a visão das coisas da parte do alocutário” (AMOSSY, 2008, p. 130). Ao discorrer sobre a divergência de pontos de vista, questão que está na base da argumentação, Amossy considera que a expressão de uma posição contrária não precisa, necessariamente, estar explicitada ou ser apresentada na íntegra, na medida em que a palavra mantém sempre uma conexão com o dito do outro, seja para reiterar, refutar ou alterar. Nesse aspecto, a autora diverge de Plantin (2005), para quem a situação argumentativa padrão é o “desenvolvimento e o confronto de pontos de vista em contradição, em resposta a uma questão” (PLANTIN, 2005, p. 53).

Nessa perspectiva dialógica, a argumentação está, pois, *a priori* no discurso, na escala de um *continuum* que vai do confronto explícito de teses à coconstrução de uma resposta a uma dada questão e à expressão espontânea de um ponto de vista pessoal (AMOSSY, 2008, p. 131).

Percebe-se, dessa maneira, que Amossy trabalha com uma concepção mais abrangente da noção de argumentação, da mesma forma que autores como Grize e Vignaux, ambos citados pela autora. Grize (2004), por exemplo, defende o postulado da lógica natural, segundo a qual todo discurso é essencialmente argumentativo, e toda argumentação não tem outro objetivo senão o de influenciar, intervir sobre a opinião, a atitude e o comportamento de outra pessoa. Para esse autor, a lógica natural pode ser definida como o estudo das operações lógico-discursivas (como a de seleção, de determinação, de julgamento, de qualificação), acionadas durante uma situação comunicacional, que permitem construir e reconstruir uma esquematização.

Conceito central na perspectiva teórica de Grize (2004), a esquematização, resultante da aplicação dessas operações, seria uma representação discursiva que constrói uma visão de mundo acerca de um objeto. Uma esquematização deve fazer ver, iluminar, focalizar uma de suas facetas e ocultar outras, bem como parecer verdadeira para aquele que a reconstrói. Ela cria noções para influenciar os modos de ver dos outros, para fazer emergir uma perspectiva e sustentar a sua permanência enquanto elide outras. Para o autor, esquematizar é necessariamente assegurar um “pensado”, mas sem a certeza de que tal “pensado” encontrará correspondência no processo interlocutivo, de como será interpretado.

Em consonância com suas posições, Amossy propõe a integração da retórica à Análise do Discurso, considerando que a inscrição da argumentação no discurso deve considerar a junção entre as dimensões argumentativa, linguageira, sócio-histórica e

comunicacional. Essas dimensões se articulam em um todo discursivo, de forma indissociável. De fato, deve-se considerar não somente os modelos argumentativos aos quais o enunciador recorre, mas também aspectos como o gênero em questão, a imagem que se constrói do interlocutor ou do auditório, a situação concreta de enunciação, o contexto, o estatuto dos participantes, as escolhas lexicais, as modalizações, os qualificadores, entre outros elementos que integram a cena discursiva. “Em resumo, não se trata de identificar e etiquetar os argumentos com a ajuda de taxonomia predefinida, muito menos de avaliá-los, mas de ver como eles são colocados em discurso” (AMOSSY, 2016, p. 171.) Além disso, pondera a autora, é preciso atentar para a articulação entre a argumentação e a dimensão interdiscursiva, de modo a extrair a relação entre os discursos que circulam no tecido social.

A heterogeneidade constitutiva<sup>16</sup> é um dos fundamentos da fala argumentativa, na medida em que esta, necessariamente, reage à palavra do outro, quer seja para retomá-la, modificá-la ou refutá-la. Por isso, é importante conhecer a essência do que é dito ou escrito em uma determinada sociedade sobre o tema posto em questão. Ainda que o locutor não se refira diretamente a ela, isso não significa que o seu discurso não se alimente do que foi dito ou escrito anteriormente: o ponto de vista que ele expõe situa-se sempre em uma constelação preexistente (AMOSSY, 2008, p. 133).

Nesse contexto de reflexões acerca da argumentação, a autora chama a atenção para a necessidade de distinguir entre a intenção e a dimensão argumentativa. O primeiro conceito: o de intenção argumentativa implica um desejo manifesto de tentar agir sobre o outro, de orientar o seu modo de ver o mundo, como se observa em discursos políticos, publicitários, panfletários. Quanto ao segundo conceito: o de dimensão argumentativa não se observa uma intenção declarada, e a estratégia de persuasão é indireta e, muitas vezes, não admitida, como pode ser visto em uma notícia de jornal, uma conversa informal do cotidiano ou em grande parte das narrativas ficcionais; em outras palavras, em discursos de informação, em uma descrição, narração ou testemunho. Nesses discursos, o importante é analisar como o olhar do interlocutor é direcionado para perceber o mundo a partir de uma determinada perspectiva, de um enquadramento proposto por aquele que enuncia.

---

<sup>16</sup> Noção fundamental para a Análise do Discurso Francesa (ADF), teoria em que se esteia o presente trabalho, a heterogeneidade enunciativa pode ser mostrada ou constitutiva. Aquela “incide sobre as manifestações explícitas, recuperáveis a partir de uma diversidade de fontes de enunciação”, ao passo que esta “aborda uma heterogeneidade que não é marcada em superfície” (MAINGUENEAU, 1993, p. 75), ou seja, trata-se de uma heterogeneidade que está na base mesma do discurso.

Nesse sentido, tendo em vista o objeto de estudo desta dissertação, propomos aqui tecer algumas considerações acerca de aspectos intrínsecos ao gênero documentário. Seria ele estruturado a partir de uma intenção ou de uma dimensão argumentativa? O que poderíamos chamar de filme documentário?

Para estudiosos do cinema, uma premissa básica desse tipo de narrativa audiovisual refere-se ao registro do que acontece no mundo real, em contraposição ao mundo imaginário, ficcional, presente nos filmes de ficção. A distinção é produtiva, embora seja possível observar, em muitos filmes de épocas distintas, uma junção de elementos ficcionais e elementos do mundo real, o que torna difícil definir em qual modelo encaixá-los. Por exemplo, no documentário *Jogo de Cena*, lançado em 2007, do cineasta brasileiro Eduardo Coutinho, atrizes interpretam relatos verídicos de outras mulheres, de modo a embaralhar a percepção entre o real e o fictício. Do mesmo modo, há produções cinematográficas de ficção que recorrem a fatos e documentos históricos ou reproduções de acontecimentos. Com frequência, observa-se entre os teóricos certa dificuldade em definir documentário, diante dos diferentes traços estilísticos assumidos por essa narrativa fílmica, conforme aponta Lucena (2012):

Para alguns, é o filme que aborda a realidade; para outros, é o que lida com a verdade; há ainda aqueles que o definem com base na filmagem em locações autênticas. Todas essas definições, segundo Da-Rin, independentemente de serem ou não apropriadas, são simplistas e, por isso, insuficientes para qualificar certos filmes, que vêm sucessivamente negando esses conceitos fechados (LUCENA, 2012, p. 14).

Da mesma forma que Lucena, Ramos (2008) empreende uma análise acerca do termo. Para o autor, o documentário estabelece asserções ou proposições sobre o mundo histórico, enunciadas por meio de estilos diversos, que variam historicamente (RAMOS, 2008, p. 22). Nesse contexto, há sempre uma voz que enuncia nos documentários. Segundo Ramos, no modelo clássico, até o final dos anos 1950, predomina a chamada voz *over* ou voz *de Deus*, também conhecida como locução fora-de-campo. Trata-se de um recurso típico dos documentários, em que a voz de um sujeito que não participa da cena se projeta na narrativa, a fim de apontar algum aspecto, direcionar o olhar do espectador, elucidar a sequência dos fatos etc. A partir dos anos 1960, aponta Ramos, “o documentário mais autoral passa a enunciar por asserções dialógicas” (RAMOS, 2008, p. 23).

No documentário contemporâneo clássico, o qual denomino *documentário cabo*, as vozes aparecem misturadas na maneira de postular. A voz do saber, em sua nova forma, perde a exclusividade da modalidade *over*. Ainda temos a voz *over*, mas os enunciados assertivos são assumidos por entrevistas, depoimentos de especialistas, diálogos, filmes de arquivo (flexionados para enunciar as asserções de que a narrativa necessita). O documentário, portanto, se caracteriza como narrativa que possui vozes diversas que falam do mundo, ou de si (RAMOS, 2008, p. 24).

Dessa maneira, ao considerarmos a tradição do cinema documental brasileiro ou mundial, que busca problematizar as realidades sociais, enxergando a sociedade sob outros prismas, mostra-se pertinente pensarmos na conexão entre o documentário e a argumentação, como bem mostra Arcanjo (2017). Em seu trabalho (*A argumentação retórica no gênero fílmico documental*), ele convoca diversos autores, entre eles Bill Nichols (apud ARCANJO, 2017, p.1-17), para quem a “voz do documentário é, com muita frequência, a voz da oratória. É a voz do cineasta que tenciona assumir uma posição a respeito de um aspecto do mundo histórico e convencer-nos de seus méritos”.

Segundo Nichols (2005), ao representar aspectos do mundo histórico, os documentários dão a ver pontos de vista de indivíduos, instituições e grupos. Também fazem representações, elaboram argumentos e constroem suas próprias estratégias argumentativas, como forma de convencer os destinatários de suas opiniões. De acordo com o autor, o documentário engaja-se no mundo pela representação, a partir de três caminhos. Em primeiro lugar, oferece-nos um retrato ou uma representação reconhecível do mundo, o que, por si só, em muitas ocasiões, fornece uma base para a crença: o que está diante das câmeras carrega, portanto, uma força de verdade. Embora saibamos que a imagem pode ser alterada, ela ainda possui uma forte carga simbólica de retratar o mundo como se fosse “a verdade”. Com isso, confunde-se imagem com realidade.

Em segundo lugar, os documentários também significam ou representam os interesses de outros. Nesse aspecto, Nichols observa que os documentaristas muitas vezes assumem o papel de representantes do público. “Eles falam em favor dos interesses de outros, tanto dos sujeitos tema de seus filmes quanto da instituição ou agência que patrocina sua atividade cinematográfica” (NICHOLS, 2005, p. 28). Em terceiro lugar, os documentários podem não somente representar os outros, mas, principalmente, assumir um ponto de vista, uma perspectiva a ser defendida acerca de um aspecto da realidade social.

Nesse sentido, os documentários não defendem simplesmente os outros, representando-os de maneiras que eles próprios não poderiam; os documentários intervêm mais ativamente, afirmam qual é a natureza do assunto, para conquistar consentimento ou influenciar opiniões. *O Pentágono à venda* advoga a causa de que as forças armadas norte-americanas estimulam agressivamente a ideia de sua própria indispensabilidade e de sua enorme necessidade de financiamento contínuo, preferivelmente multiplicado (NICHOLS, 2005, p. 30).

Ao discorrer acerca do conceito de documentário, o autor, além de postular que a definição do termo deve sempre ser compreendida por uma perspectiva relativa ou comparada, observa que esse tipo de produção audiovisual não pode ser visto como uma reprodução da realidade, mas sim como uma representação dela, marcada por uma determinada visão de mundo. Dessa forma, Nichols identifica os seis modos principais de fazer cinema documentário, mesmo sabendo que não se trata de modelos fechados, mas sim de referências de normas e convenções nas quais os filmes se baseiam, em maior ou menor grau. São eles: poético, expositivo, observativo, participativo, reflexivo e performático. Todos eles buscam enfatizar algum aspecto, conforme se observa no quadro abaixo, e, em um mesmo filme, pode-se verificar a existência de mais de um modo em destaque na narrativa.

<b>Modo</b>	<b>Ênfase</b>	<b>Exemplos</b>
Poético	Associações visuais, qualidades tonais ou rítmicas, passagens descritivas e organização formal. É um modo próximo do cinema experimental, pessoal ou de vanguarda.	<i>A ponte</i> (1928) <i>Listen to Britain</i> (1941) <i>Song of Ceylon</i> (1934)
Expositivo	Comentário verbal e uma lógica argumentativa. É o modo que a maioria das pessoas identifica com o documentário em geral.	<i>A terra espanhola</i> (1937), <i>Os loucos senhores</i> (1955), noticiários de televisão
Observativo	Engajamento direto no cotidiano das pessoas que representam o tema do cineasta, conforme são observadas por uma câmera discreta.	<i>A escola</i> (1968) <i>Salesman</i> (1969) <i>Primárias</i> (1960)
Participativo	Interação de cineasta e tema. A filmagem acontece em entrevistas ou outras formas de envolvimento ainda mais direto. Frequentemente, une-se à imagem de arquivo para examinar questões históricas.	<i>Crônica de um verão</i> (1960) <i>Solovetsky vlast</i> (1988) <i>Shoah</i> (1985)
Reflexivo	Hipóteses e convenções que regem o cinema documentário. Aguça nossa consciência sobre a construção da representação da realidade feita pelo filme.	<i>O homem da câmera</i> (1929) <i>Terra em pão</i> (1932) <i>Reagrupamento</i> (1982)

Performático	Aspecto subjetivo ou expressivo do próprio engajamento do cineasta com seu tema e a receptividade do público a esse engajamento. Rejeita ideias de objetividade em favor de evocações e afetos.	<i>Diário inconcluso</i> (1983) <i>História e memória</i> (1991) <i>Línguas desatadas</i> (1989)
--------------	---	--

Fonte: Nichols (2015, p. 62-63).

No caso do programa documental *Galáxias – Olhares sobre o Brasil*, podemos dizer que ele pertence ao modo expositivo, cujas características centrais são os comentários verbais e a lógica argumentativa que guia as perspectivas discursivas acerca da política brasileira. De fato, no documentário em questão, os entrevistados articulam argumentos para convencer o público receptor de seus pontos de vista sobre a cena política no país.

Ainda no contexto de discussão acerca dos modos de fazer cinema documentário, Nichols chama a atenção para o fato de que, ao nos depararmos com um documentário, uma dupla relação é estabelecida: de um lado, as imagens, os sons dos ambientes, os depoimentos, as cenas e sequências são elementos que carregam uma força indexadora com a realidade, com os acontecimentos históricos demonstrados na tela. Por outro lado, somos capazes de reconhecer a transformação poética ou retórica do relato apresentado, como uma construção, um olhar lançado sobre determinada realidade, ou seja, uma representação daquela realidade histórica, a fim de nos convencer acerca do ponto de vista defendido.

Como esses outros discursos [ciência, economia, medicina, estratégia militar, política externa e política educacional], o documentário reivindica uma abordagem do mundo histórico e a capacidade de intervenção nele, moldando a maneira pela qual o vemos. [...] Por essa razão a ideia de “aula de história” funciona como uma característica frequente do documentário. Esperamos mais do que uma série de documentos; esperamos aprender ou nos emocionar, descobrir as possibilidades do mundo histórico ou sermos persuadidos delas. Os documentários recorrem às provas para fazer uma reivindicação, algo como a afirmação “isto é assim”, acoplada a um tácito “não é mesmo?”. Essa reivindicação é transmitida pela força retórica ou persuasiva da representação (NICHOLS, 2005, p. 69).

De acordo com o autor, essa representação empreendida pelo cineasta é a chamada voz do documentário, ou seja, o meio pelo qual essa visão particular se dá a conhecer. Essa voz, segundo Nichols, pode defender uma causa, apresentar um argumento, bem como transmitir um ponto de vista. “A voz do documentário é a

maneira especial de expressar um argumento ou perspectiva. Assim como a trama, o argumento pode ser apresentado de diferentes maneiras” (NICHOLS, 2005, p. 73).

Segundo o pesquisador, a voz também está ligada à ideia de uma lógica informativa que orienta a organização do documentário e não se limita ao que é dito verbalmente por aqueles que falam no filme. Deve ser compreendida também como a seleção e o arranjo de todos os elementos colocados em cena pelo documentarista, como o som ambiente, a montagem, a trilha escolhida, as imagens de arquivo ou fotografia, a sequência dos acontecimentos apresentados, o modo escolhido para representar, entre outros aspectos. Com isso, imprime-se uma perspectiva acerca da realidade retratada, que deve ser inferida por quem assiste ao documentário. Do público, espera-se a capacidade de inferência do ponto de vista do cineasta.

Uma vez inferida a perspectiva, sabemos que não nos defrontamos com réplicas do mundo histórico isentas de valores. Mesmo que a voz do filme adote a transparência de testemunha acrílica, imparcial, desinteressada ou objetiva, ela dá uma opinião sobre o mundo. No mínimo, a estratégia de discrição atesta a importância do mundo em si e a ideia singular de um cineasta acerca da responsabilidade solene de fazer relatos sobre o mundo de maneira razoável e precisa (NICHOLS, 2005, p. 79).

Vale mencionar que o programa documental em foco, neste trabalho, está inserido em outro dispositivo midiático-tecnológico, a televisão. No contexto brasileiro, o documentário ganhou espaço na televisão no início da década de 1970, com o programa Globo Shell Especial, que depois deu origem ao Globo Repórter, ambos veiculados pela Rede Globo. Em artigo que analisa o pensamento do documentário à época nesses dois programas, França (2011) filia-os à tradição cinematográfica do documentário como instrumento de educação pública. O que se observou naquele período, de acordo com a pesquisadora, foi o trabalho de um grupo de cineastas que propôs um “tratamento criativo da realidade”, com produções que imprimiam um tom mais reflexivo e abrangente, pessoal e artístico, em relação ao material jornalístico tradicional, o que despertava a curiosidade dos telespectadores.

Assim, verificou-se um processo de reinscrição de “uma parte do não visível” na atmosfera do “Brasil grande” que se queria fazer notar à época, durante o regime militar, por meio de documentários como *Theodorico – o imperador do sertão*, de Eduardo Coutinho; *Tubarão – vinte anos depois*, de Walter Lima Jr.; *Retrato de Classe*, de Gregório Basic; *Mulheres no Cangaço*, de Hermano Penna; *O Caso Norte*, de João

Batista de Andrade; e *O último dia de Lampião*, de Maurício Capovilla. De acordo com a autora, os telespectadores puderam assistir, em rede nacional, a temas como “o que faziam os sertanejos quando estavam com fome, o que pensavam baianos de suas relações com o continente africano, como viviam as empregadas domésticas nos grandes centros urbanos” (FRANÇA, 2011, p. 137), entre outros.

O casamento temporário do documentário com a televisão brasileira, na década de 70, viria a legitimar uma variedade imensa de assuntos, todos eles tornando-se ou com possibilidade de tornarem-se “verdadeiros assuntos”, isto é, com poder de interferir na arena pública, produzir críticas, debates, justificativas, de modo a envolver ainda mais o público no julgamento dos filmes e dos programas. As matérias da revista *Veja*, do jornal *O Globo*, do *Jornal do Brasil*, por exemplo, dão prova dessa engrenagem que vê o documentário como um gênero que modula e é modulado pelo espaço público, lugar onde circulam imagens consideradas legítimas para falar do mundo, informar e comunicar acontecimentos (FRANÇA, 2011, p. 137).

Roldão, Bazi e Oliveira (2007), ao refletirem sobre a presença do documentário e da vídeo-reportagem na televisão brasileira, elencam algumas características desse gênero cinematográfico. Segundo eles, o documentário pode ser pensado como um produto audiovisual que busca o aprofundamento em suas abordagens temáticas e que tem um caráter autoral, mesmo quando não é realizado por um diretor cinematográfico, e sim por uma emissora ou produtora independente. Outro elemento, de acordo com os autores, é o fato de o documentário não ter a necessidade de vinculação com o registro factual, podendo também muitas vezes ser reconhecido por sua dimensão histórica, no sentido de recontar algum episódio, com base em documentos orais e escritos. “A procura é exatamente pela descoberta de histórias e pessoas que deixaram de ser contadas e mostradas e que possuem importância para a sociedade” (ROLDÃO, BAZI e OLIVEIRA, 2007, p. 117). Ainda segundo os autores, os documentários também têm como premissa provocar questionamentos e reflexões, enquanto o vídeo-reportagem estaria mais voltado para responder a questões pré-elaboradas em uma pauta, um roteiro. Outro fator de distinção entre os dois gêneros é o tempo de duração, que, no caso do documentário, costuma ser bem maior, em função da necessidade de aprofundamento da abordagem.

A menção ao trabalho autoral nos remete à reflexão empreendida por Arcanjo (2016), que busca entender se o documentarista pode ser considerado um autor. Segundo ele, a resposta é positiva em duas hipóteses: se o trabalho do documentarista se inserir em um tipo de cânone, cujo *status* está condicionado ao reconhecimento de uma

“comunidade de notáveis” (teóricos, pesquisadores, professores, cinéfilos, etc), e se ele “encontrar ressonância junto a seus pares, ou seja, se produzir marcas nos trabalhos de outros documentaristas” (ARCANJO, 2016, p. 14). Segundo o pesquisador,

uma obra fílmica não é independente, de forma que não se deve analisá-la apenas em uma visada formalista, uma vez que as estratégias presentes nessa obra são resultado de uma organização construída pelo documentarista. A escolha da temática; o tipo de fotografia; a trilha sonora condutora; a seleção dos atores sociais; entre outros elementos, não são processos “soltos”, mas, ao contrário, eles são pensados anteriormente por um sujeito que pode ser identificado como um autor. Além disso, esse sujeito está inserido em um interdiscurso, no sentido de que existe um universo que direciona suas escolhas. Há relação dialógica estabelecida entre esse documentarista e os cineastas que o antecederam (ARCANJO, 2016, p. 7).

Dito isso, podemos perceber que o programa em análise neste estudo, o episódio sobre política da série documental *Galáxias – Olhares sobre o Brasil*, carrega alguns dos elementos e reflexões apresentados anteriormente – como a busca por aprofundar a abordagem temática, a dimensão autoral, a problematização da realidade, os enunciados assertivos assumidos nas entrevistas e depoimentos de especialistas, a narrativa atravessada por vozes diversas que dão a ver o mundo, entre outros –, o que enseja sua abordagem no próximo capítulo, após apresentarmos as categorias de análise e os procedimentos metodológicos que vão nos auxiliar em sua apreensão.

### CAPÍTULO 3

## DA CONSTRUÇÃO DO DISPOSITIVO ANALÍTICO

### AO EXAME DOS DEPOIMENTOS

O presente capítulo objetiva, em um primeiro momento, apresentar o dispositivo de análise por meio do qual examinaremos os depoimentos presentes no episódio sobre política do programa documental *Galáxias – Olhares sobre o Brasil*, exibido no SescTV, em agosto de 2015. Em seguida, virão as análises.

#### 3.1. Contextualizando e construindo o dispositivo de análise

No âmbito da análise do discurso, não existe nenhuma metodologia pronta. Cada pesquisador, em função do seu objeto específico, de seus objetivos, de suas hipóteses de trabalho, enfim, do material que tem em mãos, constrói, a partir do dispositivo teórico em que se insere, o seu próprio dispositivo de análise. Como afirma Orlandi (1999), cada *corpus* exige que seu analista, de acordo com as questões que formula, mobilize conceitos que outro analista não mobilizaria, face a suas (outras) questões.

Antes, porém, de apresentar nosso “dispositivo individualizado de análise”, descrevendo os procedimentos e as categorias que nos servirão de base, acreditamos ser pertinente discorrer brevemente sobre o propósito do programa, bem como sobre algumas diretrizes do canal de televisão.

Inaugurado em novembro de 1996, com transmissão iniciada em maio do ano seguinte, o SescTV é mantido pelo Sesc São Paulo e tem o objetivo, conforme informações institucionais publicadas em sua página na internet, de promover a educação e o desenvolvimento cultural do telespectador. Com transmissão a cabo, pela internet e por emissoras educativas e operadoras de televisão por assinatura, o SescTV possui uma programação que funciona 24 horas no ar e dedica-se a assuntos culturais, documentários, filmes nacionais, séries e programas de dança, teatro, literatura, artes visuais, música, arquitetura, exposições e espetáculos, entre outros. Nesse sentido, o SescTV “é o canal cultural do Sesc São Paulo que enxerga a ideia de televisão não apenas como um veículo, mas como uma manifestação da arte audiovisual”<sup>17</sup>.

---

<sup>17</sup> Disponível em <https://sesctv.org.br/sobre/>. Acesso em 25/06/2019.

Para além do campo cultural, percebe-se que o canal abre espaço em sua grade para programas que transitam em torno de áreas das ciências humanas. A série documental *Estilhaços*<sup>18</sup>, por exemplo, apresentou reflexões sobre a noção de ética, a partir do ponto de vista de pessoas de diferentes grupos sociais. Em um dos episódios, intitulado *Entre o asfalto e o muro*, corretores de imóveis e moradores de rua emitiram suas opiniões sobre o assunto. Enquanto uns abordaram a crise no setor imobiliário e a competitividade no mercado de trabalho, outros falaram sobre as dificuldades que enfrentam cotidianamente por morarem em vias públicas. Em outro programa, chamado *Filosofia Pop*<sup>19</sup>, apresentado e idealizado pela filósofa Márcia Tiburi, convidados discorreram sobre temas como corrupção, depressão e felicidade, futebol, Deus, masculinidade, pedofilia, entre outros. A série documental *Habitar Habitat*, por sua vez, apresentou diversas formas de viver dos brasileiros, por meio da conexão entre arquitetura e modos de vida. Entre os programas exibidos nessa série estão os que abordaram a moradia estudantil, os quilombos, o circo, os sem-terra, os sem-teto, o cortiço, a favela, o apartamento, entre outros assuntos.

Já o programa em análise neste trabalho, *Galáxias – Olhares sobre o Brasil*<sup>20</sup>, é uma série documental composta por 12 episódios que trataram dos seguintes temas: produção estética, cidades, mídia, movimentos sociais, educação, meio ambiente, indivíduos e comportamento, economia, ciência e universidade, identidade nacional, o Brasil no mundo e política, esse último nosso objeto de estudo.

Fruto de uma parceria com o Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (USP), o programa, cujos episódios duram cerca de 25 minutos cada, é dirigido pela socióloga e cineasta brasileira Isa Grinspum Ferraz, responsável por séries como *O povo brasileiro*, baseada na obra do intelectual brasileiro Darcy Ribeiro, entre outras produções audiovisuais. O roteiro é assinado por ela e por Marcelo Macca e João Grinspum Ferraz.

De acordo com os organizadores da iniciativa, a ideia era percorrer temas contemporâneos, com o objetivo de problematizar o pensamento atual sobre o Brasil, os discursos mais estabelecidos acerca do país e as perspectivas, por meio da construção de diálogos interculturais, entre saberes acadêmicos e de fora da academia. Com esse objetivo, o programa traz depoimentos de profissionais de diferentes áreas, como

---

<sup>18</sup> Disponível em <https://sesctv.org.br/programas-e-series/estilhacos/>. Acesso em 25/06/2019.

<sup>19</sup> Disponível em <https://sesctv.org.br/programas-e-series/filosofiapop/>. Acesso em 25/06/2019.

<sup>20</sup> Disponível em <https://sesctv.org.br/programas-e-series/galaxias/>. Acesso em 25/06/2019.

jornalista, rapper, economista, filósofo, músico, antropólogo, artista plástico, cineasta, crítico de arte, entre outros.

Como o foco deste trabalho é a representação construída no/pelo discurso sobre política, os depoimentos serão editados, ou seja, elementos como pausas, ênfases, entonações etc., não serão considerados, embora possam ser importantes para outros tipos de análise<sup>21</sup>. Nesse sentido, analisaremos todos os textos/depoimentos presentes no programa documental, privilegiando o seu plano de conteúdo. Também não será o objetivo neste estudo analisar detidamente os elementos do campo estético/visual, como os vídeos e registros fotográficos inseridos na narrativa, embora saibamos da importância deles para a composição argumentativa do programa como um todo<sup>22</sup>. O exame desses recursos imagéticos será feito como complemento do plano de conteúdo verbal, dentro do jogo de reforço ou não de perspectivas discursivas.

Dessa forma, buscamos investigar neste estudo quais representações sobre a política emergem no episódio que trata desse assunto no programa documental *Galáxias – Olhares sobre o Brasil*. Para tanto, examinaremos as construções discursivas empreendidas pelos sujeitos que enunciam, a partir dos imaginários acionados, das relações de intertextualidade estabelecidas no tecido discursivo e de estratégias argumentativas agenciadas pelos locutores durante suas falas.

O conceito de representação que usamos deriva da obra de Charaudeau (2015a). Segundo o autor, as representações sociais, entendidas como um conjunto de crenças, opiniões e compreensões compartilhadas pelos indivíduos pertencentes a um grupo social, estão inscritas em uma tripla dimensão – cognitiva, simbólica e ideológica. Nesse sentido, elas sinalizam uma forma de ver, diretrizes de como perceber a realidade social, mesmo que em constante processo de (re)negociação no interior de uma mesma

---

<sup>21</sup> Buscaremos, porém, manter marcas de oralidade, palavrões e mesmo “erros” relativos à norma padrão que se fazem presentes nas falas dos entrevistados.

<sup>22</sup> O uso de imagens de outros ambientes; trechos de filmes; câmera lenta, com a finalidade de buscar a atenção do telespectador; mudanças de ângulo de filmagem; uso de planos variados, criando efeitos de proximidade ou de distância do locutor ou daquilo de que se fala; a própria sequência escolhida na montagem, que contém forte potencial argumentativo; enfim, há uma série de estratégias de que se pode lançar mão para criar certas atmosferas, trazer pontos de vista diferentes e atuar na tese que se pretende defender. No que tange ao programa documental em análise neste estudo, observamos que os entrevistados se alternam ora à direita, ora à esquerda da tela, numa espécie de diálogo entre os pontos de vista projetados acerca das temáticas em discussão. Além disso, o enquadramento próximo, que, às vezes, se verifica em relação a alguns entrevistados, cria um efeito de intimidade entre aquele que fala e o público. Também podemos destacar que as imagens de arte apresentadas na abertura e entre os blocos do programa, assim como em algumas locações das entrevistas, mostram a relevância da cultura na concepção da iniciativa audiovisual.

sociedade. Dessa forma, no entender do autor, é impossível separá-las de uma teoria do sujeito:

Sujeito individual ou sujeito coletivo, este é sobredeterminado – ao menos em parte – pelas representações do grupo ao qual ele pertence ou deseja pertencer. Todo ato de comunicação, sendo um ato de troca entre dois ou mais parceiros, cria um elo social que parte de normas de comportamentos e estabelece representações necessariamente partilhadas. Isso explica por que estas podem variar de um grupo a outro e mudar no interior de um mesmo [grupo] (CHARAUDEAU, 2015a, p. 195).

Em relação às categorias analíticas que serão usadas para nos auxiliar a apreender nosso objeto de estudo, vamos trabalhar com as noções de temas, intertextualidade e vocabulário, oriundas da semântica global de Maingueneau (2008), e com os procedimentos discursivos apresentados por Charaudeau (2016), ao discorrer sobre o modo de organização argumentativo.

Segundo Maingueneau, a semântica global considera a prática discursiva em suas múltiplas dimensões, tanto na ordem do enunciado quanto na da enunciação. Os diferentes planos (vocabulário, intertextualidade, tema, estatuto do enunciador e do destinatário, dêixis enunciativa, modo de coesão e modo de enunciação) estão, dessa forma, articulados entre si, não havendo um plano que possa ser considerado central. Neste trabalho, os três planos que serão priorizados são os temas, a intertextualidade e o vocabulário, uma vez que, em um primeiro olhar sobre o *corpus*, eles nos pareceram mais produtivos para o desenvolvimento das análises. Isso, porém, não nos impede de recorrer aos demais planos, se for necessário, bem como a outras categorias que possam complementar e enriquecer as análises.

Quanto ao conceito de tema, Maingueneau (2008) o define como “aquilo de que um discurso trata”. O autor ressalta, porém, que o tema em si não é importante, mas seu tratamento semântico e que, em um dado discurso, os temas podem ser impostos ou específicos. Com o objetivo de apresentar a análise de forma mais didática, optamos por examinar os depoimentos a partir dos temas que emergem no próprio documentário. Percebemos, a partir de uma análise prévia, que quase todos os depoimentos estão dispostos em sequência temática, o que motivou essa escolha e facilitou o trabalho investigativo. Esclarecemos, porém, que os depoimentos poderão aparecer em mais de um grupo temático, pelo fato de abarcarem mais de um assunto, e que alguns temas distintos poderão ser agrupados para análise, em decorrência da conexão que pode ser estabelecida entre eles.

Por intertextualidade, Maingueneau (2008, p. 77-79) compreende as relações que um discurso estabelece com outros, no interior de um mesmo campo discursivo (intertextualidade interna) ou em relação com outros campos (intertextualidade externa), como entre um discurso religioso e outro, publicitário. Para o autor e Charaudeau, a intertextualidade “designa ao mesmo tempo uma *propriedade constitutiva* de qualquer texto e o conjunto de *relações* explícitas ou implícitas que *um texto ou um grupo de textos determinado* mantém com outros textos” (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004, p. 288, grifos do original). Em nossa análise, não estabeleceremos uma distinção muito rígida entre intertextualidade interna e externa, pois partimos do princípio de que todos os depoimentos estão dentro do mesmo campo discursivo, o da política. Dessa forma, apenas apontaremos a relação de intertextualidade estabelecida pelos sujeitos de discurso, que ocorre com graus variados de evidenciação. Para Maingueneau (2008, p. 78):

Todo campo discursivo define certa maneira de citar os discursos anteriores do mesmo campo. A maneira segundo a qual um físico moderno se refere a Galileu ou a Newton não é comparável à maneira pela qual um discurso católico se reporta à produção de São Paulo. Mas, ao lado dessas restrições compartilhadas pelos diversos membros de um campo, há também o passado específico que cada discurso particular constrói para si, atribuindo-se certas filiações e recusando outras.

Por vocabulário, Maingueneau concebe o uso de unidades lexicais a partir de explorações semânticas no contexto de um campo discursivo. Nesse sentido, o emprego de uma palavra, em dada circunstância de comunicação, estabelece os vínculos necessários e deixa entrever sua rede de pertencimento. Sobre esse aspecto, Maingueneau pondera:

[...] seria um erro pensar que, em um discurso, as palavras não são empregadas a não ser em razão de suas virtualidades de sentido em língua. Porque, além de seu estrito valor semântico, as unidades lexicais tendem a adquirir o estatuto de signos de pertencimento. Entre vários termos a priori equivalentes, os enunciadores serão levados a utilizar aqueles que marcam sua posição no campo discursivo. Conhecemos, por exemplo, a voga extraordinária que teve uma palavra como *estrutura* na crítica literária dos anos 1960 em contextos em que sistema, organização, totalidade, ou, mais trivialmente, plano, teriam dito a mesma coisa. É que a restrição do universo lexical é inseparável da constituição de um território de convivência (MAINGUENEAU, 2008, p. 81).

Vale mencionar que o plano do vocabulário de Maingueneau (2008) está em consonância com a proposição de Charaudeau (2016) sobre o procedimento discursivo

da definição – como veremos adiante – uma vez que este consiste em “descrever os traços semânticos que caracterizam uma palavra, num certo tipo de contexto” (CHARAUDEAU, 2016, p. 236).

Os procedimentos discursivos, segundo Charaudeau (2016), pertencem ao modo de organização argumentativo e consistem em recorrer a categorias da língua ou procedimentos de outros modos de organização do discurso (narrativo, descritivo ou enunciativo) para produzir certos efeitos, a fim de validar uma argumentação e provocar a adesão a um determinado ponto de vista. Trata-se de um recurso usado com fins estratégicos. O autor destaca cinco procedimentos, que serão utilizados neste trabalho: a definição, a comparação, a citação, a descrição narrativa e o questionamento.

De acordo com autor, a definição, além de descrever os traços semânticos de uma palavra, é uma atividade de linguagem que pertence à categoria da qualificação e ao modo de organização descritivo. Distinguem-se dois tipos, conforme a definição seja de um ser (objeto, pessoa, noção abstrata, palavra etc.) ou de um comportamento (“Abster-se é **uma má ação**”). A definição serve para produzir um efeito de evidência e de saber para o sujeito que argumenta. Além disso, “não pode ser posta em causa, uma vez que é, por definição, consensual (saber popular) ou científica (saber do conhecimento)” (CHARAUDEAU, 2016, p. 236; grifo do original).

A comparação, por sua vez, pode ser por semelhança, por dessemelhança, objetiva ou subjetiva. Essa última procede de uma analogia imagética, destinada a produzir no interlocutor uma atmosfera de evidência. São marcas de comparação vocábulos gramaticais (como, tal, tal como, assim como, da mesma forma, como se, mais que, menos que...) e vocábulos lexicais (assemelhar-se, parecer, corresponder, aproximar, ter em comum).

A descrição narrativa, de acordo com Charaudeau (2016), é um procedimento que consiste em descrever um fato ou contar uma história para reforçar uma prova ou produzi-la, com efeito de exemplificação:

É encontrado na imprensa, principalmente nas análises e comentários de correspondentes no estrangeiro, nas críticas de cinema ou de teatro, na literatura policial: os retratos destinados a fornecer indícios ou pistas falsas; no ensino: as histórias contadas para explicar melhor, assim como as alegorias e parábolas no ensino religioso ou na transmissão da palavra sagrada (CHARAUDEAU, 2016, p. 239).

O procedimento de citação consiste em referir-se a emissões orais ou a escritos de outros locutores para gerar na argumentação um efeito de autenticidade. Dessa forma, a citação não tem o sentido empregado, recorrentemente, de mencionar fatos, dados, precisões, cifras, detalhes para reforçar um argumento, nomes etc. Esse sentido mais usual corresponde, segundo o autor, ao modo de organização do discurso descritivo.

De acordo com Charaudeau, no plano argumentativo a citação funciona como uma fonte de verdade e pode ser acionada a partir de três modos: a) a citação de um dizer, com a finalidade de constatar algo, provar sua exatidão ou veracidade (quando se refere a declarações de alguém, como: “O próprio presidente da comissão disse que a votação será feita amanhã”); b) a citação de uma experiência (declarações de outra pessoa sobre algo que tenha visto, ouvido ou experimentado: “Ele disse ter visto dois homens suspeitos no local” ou “Eu ouvi do presidente, quando ele falou na reunião”); c) a citação de um saber (quando se relata uma proposta científica ou menciona-se a declaração de uma pessoa que representa autoridade, muito comumente usada no discurso científico: “Para Charaudeau, o contrato de comunicação é determinado por circunstâncias de ordem socioinstitucional”). Ainda em relação a esse procedimento, Charaudeau faz a seguinte observação:

A citação de máximas, provérbios e ditados é um modo de relatar um discurso que pertence ao “consenso social”. Seu efeito de autenticidade, porém, é ambíguo, na medida em que o saber popular é ambíguo, pois a toda máxima ou provérbio citado pode se opor uma outra máxima ou um outro provérbio...(CHARAUDEAU, 2016, p. 241)

Outro procedimento discursivo, o da acumulação, consiste em utilizar vários argumentos para servir a uma mesma prova. Pode funcionar por meio de uma simples acumulação de argumentos, de uma gradação (por meio de locuções conjuntivas correlativas, do tipo *não somente... como também*) ou de uma tautologia (“É assim porque é assim”). “Observa-se que esse procedimento [tautologia] é, de alguma forma, uma recusa em argumentar, pois o que se faz, no caso, é impor uma evidência ou uma autenticidade que tem valor de verdade” (CHARAUDEAU, 2016, p. 242; grifo do original).

Por fim, o procedimento de questionamento argumentativo consiste em colocar em questão uma proposta, podendo assumir diferentes visadas, como a de incitação a

fazer, de proposta de uma escolha, de verificação do saber, de provocação ou de denegação.

Embora haja, nos depoimentos, diversos procedimentos discursivos passíveis de ser investigados, procuraremos concentrar nossa análise naqueles que se destacam, a fim de ilustrar o percurso argumentativo mobilizado. Nesse sentido, nossa intenção não é produzir um quadro quantitativo, pormenorizando todos os procedimentos agenciados pelos sujeitos, mas sim privilegiar o aspecto qualitativo, ao examinar elementos recorrentes ou que se sobressaem na cena enunciativa, enquanto componentes argumentativos.

Dessa forma, os seguintes questionamentos nos servirão de norte neste estudo: quais perspectivas discursivas se sobressaem nos depoimentos? Os discursos se situam em uma posição de disputa ou de reiteração de sentidos? Quais imaginários sociodiscursivos são acionados pelos locutores? As representações da política que emergem no programa documental conseguem problematizar visões hegemônicas construídas pela e na imprensa de referência? Em que medida essas representações ampliam a visão de mundo acerca da política ou reproduzem as posições dominantes em curso na sociedade? Essas são perguntas que buscaremos responder ao longo da próxima seção, na análise a ser empreendida.

### **3.2. Examinando os depoimentos**

Nesta seção, examinaremos os depoimentos do programa documental *Galáxias – Olhares sobre o Brasil* que aborda a política, a partir do dispositivo de análise apresentado na seção anterior. O episódio em questão reuniu 11 entrevistados, que articularam seus pontos de vista acerca de diferentes temas pertinentes ao campo político, ao longo da produção audiovisual. Foram eles: o rapper Emicida, o cineasta Kleber Mendonça, o economista Luiz Carlos Bresser Pereira, o filósofo e ensaísta Francisco Bosco, o músico e compositor José Miguel Wisnik, o sociólogo Jessé Souza, o artista plástico Daniel Melim, o dirigente do Movimento dos Sem-Terra (MST) Jaime Amorim, o jornalista Mário Magalhães, o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro e o curador e crítico de arte Moacir dos Anjos. Antes de prosseguir para o exame dos depoimentos, convém tecermos rápidas considerações acerca das asserções que aparecem no início do programa (de 0 a 0:37).

Os breves depoimentos de abertura cumprem a função de criar uma expectativa no receptor, de modo a reter sua atenção para o que está por vir. Eles são destacados de seu conjunto, ou seja, dos depoimentos dos entrevistados, e fundam, discursivamente, realidades acerca de temas do campo político. Sintéticas, as asserções produzem olhares generalizantes e assumem um efeito de verdade, sem necessidade de que sejam apresentados argumentos que possam fundamentá-las. Antecipam, assim, assuntos a serem abordados, direta ou indiretamente, no programa, funcionando à semelhança de manchetes de jornais impressos ou de chamada de telejornais, com a intenção de aguçar a curiosidade do receptor e integrá-lo em uma rede comunicativa da qual o programa faz parte. Analisadas em seu conjunto, as breves asserções constroem uma representação da política como um espaço de poder monopolizado, cujas ideias circulam de forma hegemônica na arena pública, sem que haja a intenção de mudar esse quadro. Ao agenciar essas vozes logo no início do programa, a documentarista cria uma atmosfera, de certa forma, contraditória em relação aos temas e a seus enquadramentos discursivos que virão em sequência, abrindo espaço para o questionamento e a polêmica.

Dito isso, seguem as reflexões sobre as abordagens empreendidas pelos entrevistados, conforme os temas que foram surgindo no programa, como já foi mencionado na parte referente ao aporte metodológico.

### **3.2.1 A política da exclusão**

Os discursos que seguem, elaborados pelo rapper Emicida, pelo cineasta Kleber Mendonça e pelo jornalista Mário Magalhães, projetam na cena enunciativa dois temas: a questão da representatividade da população no parlamento brasileiro e a escravidão, como produtora da exclusão e da desigualdade social. Nessa parte, a união dos dois temas mostrou-se pertinente para a análise, em função da conexão que pode ser estabelecida entre eles, como apontaremos mais à frente. Vejamos os depoimentos<sup>23</sup>:

1a) “É, refletir sobre a política brasileira é extremamente complexo, primeiro porque o Brasil não está lá dentro, entendeu? Não raro o Brasil está do lado de fora apanhando, brigando porque a decisão que está sendo tomada lá dentro não valoriza quem tá do lado de fora”. Rapper Emicida (de 1:01 a 1:18)

---

<sup>23</sup> Para efeito didático, os depoimentos serão numerados a partir dos blocos de análise. Assim, o primeiro bloco analisado será numerado como 1 e cada depoimento (ou trecho de depoimento) se fará acompanhar de uma letra. E assim sucessivamente.

1b) “Vai, vai ter que se reconfigurar completamente. Primeiro porque nós não está dentro do Congresso. Se a sociedade não se vê dentro do Congresso, ela não leva aquilo a sério. Existe o pensamento de que só tem ladrão lá, e aí transforma o honesto em inútil”. Rapper Emicida (de 1:49 a 2:05)

1c) “Tem um abismo gigante, gigantesco. Pega uma foto do Congresso, os preto não tá lá. Eu já fui lá, pessoalmente, tá ligado? Não tinha nada. Eu vi hoje isso. 9% do Congresso é de afrodescendente, num país que tem 51% declarado de afrodescendente”. Rapper Emicida (de 9:27 a 9:49)

1d) “As nossas grandes tragédias nacionais estão ancoradas na maldição da escravidão longa e da ditadura que vigorou por 21 anos, que tem como as principais consequências ainda hoje a desigualdade social, que vem dos tempos da escravidão, mas a desigualdade que a ditadura radicalizou, e a impunidade”. Jornalista Mário Magalhães (de 9:50 a 10:15)

1e) “No filme *O som ao redor*, você tem uma rua moderna, de zona sul da cidade do Recife, mas aquela rua na verdade é um engenho de cana. O filme não diz isso, mas se você olhar para cada detalhe da rua, aquilo é um engenho de cana. Por quê? Porque o estado de Pernambuco, no seu jeito muito peculiar, ele ainda funciona e vai funcionar durante muitas gerações com a lógica, a ética e a aspreza de um engenho de cana”. Cineasta Kleber Mendonça (de 10:16 a 10:50)

Os enunciados do rapper Emicida (1a, 1b e 1c) tematizam a representatividade da sociedade brasileira na política institucional, a partir da perspectiva da exclusão de parcela da população e da violência. Assim, a imagem do Congresso Nacional construída pelo locutor é a de um dos espaços que mais simbolizam a política, sendo, porém, marcado pela pequena participação de parlamentares negros, em um país cuja maioria é afrodescendente, e pela repressão daqueles que estão do lado de fora, protestando contra decisões da Casa legislativa.

Com efeito, parece-nos possível pensar que o discurso do rapper estabelece uma relação interdiscursiva de questionamento com dois imaginários: o da representatividade do povo no âmbito do poder e o da política enquanto prática social de resolução pacífica de conflitos. Se pensarmos que um dos objetivos de um dicionário é registrar os sentidos mais sedimentados no tecido social das palavras de uma língua, podemos perceber a presença desses imaginários. Uma das acepções da palavra “política”, de acordo com o *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa* (2008), da Academia Brasileira de Letras, é: “habilidade para comerciar e harmonizar interesses diferentes ou divergentes”. Já a palavra “representação” apresenta o seguinte registro: “Representação política: conjunto dos membros do Poder Legislativo, eleitos pelo voto popular, para defender e proteger os direitos da coletividade”. Esse imaginário da representação também pode ser percebido em declarações de autoridades públicas. Em maio deste ano, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, disse, em um

evento na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que o “governo representa uma parte e o parlamento representa toda a sociedade”<sup>24</sup>.

A perspectiva, empreendida pelo rapper, se reforça se considerarmos duas inserções de recursos estéticos/audiovisuais que são feitas ao longo do primeiro bloco do programa, entre os enunciados produzidos por ele. Na primeira delas, a trilha sonora vem acompanhada de ilustrações antigas, em preto e branco, que evocam, pela indumentária, figuras aristocráticas, de um passado distante, colonial, complementando a ideia da política como espaço de poucos, daqueles privilegiados por pertencerem a uma elite. Verificamos, além disso, que essas ilustrações estão partidas e que o recurso ao movimento empregado para sua apresentação não chega a ajustá-las, o que sugere uma fragmentação das forças de poder no tecido social. A introdução da trilha sonora, que carrega um tom dramático, colabora para a construção da perspectiva defendida.

Da mesma forma, há a inserção de um trecho do filme *Ex-Isto*, do cineasta Cao Guimarães, em que aparecem, na tela, monumentos arquitetônicos de Brasília ofuscados pelo excesso de branco, e um personagem que caminha solitariamente diante de tais monumentos, em meio a uma trilha sonora que se assemelha a um ruído. Cria-se assim, com o excesso de branco, um cenário de opacidade, o que pode ser interpretado como uma espécie de alusão crítica à ideia da pouca transparência das decisões em Brasília, onde está a elite política brasileira, em sua maioria branca.

Outros dois depoimentos, o do jornalista Mário Magalhães (1d) e o do cineasta Kleber Mendonça (1e), embora apareçam no final do primeiro bloco do programa documental, podem ser apreendidos dentro do mesmo quadro argumentativo, em função da vinculação temática com o discurso do rapper Emicida. Assumimos aqui a possibilidade de conexão, já que ambos os temas (representatividade e escravidão) podem ser abordados pela ótica da exclusão, da violência, da reprodução da desigualdade e da questão racial. É importante dizer que, embora o discurso do jornalista (1d) também mencione a ditadura, enfocamos, nesta parte, a perspectiva da escravidão, uma vez que outros depoimentos no programa abordam o regime militar, tema que será analisado mais adiante. Além disso, conforme se pode inferir da argumentação do jornalista, na origem dos nossos problemas sociais está a escravidão.

Nesse sentido, os enunciados do cineasta e do jornalista problematizam a questão dos legados de processos históricos presentes na estrutura social brasileira. Kleber

---

<sup>24</sup> Disponível em <https://www.valor.com.br/politica/6266935/maia-critica-apoiadores-de-bolsonaro-congresso-representa-sociedade>. Acesso em 22/6/19.

Mendonça, ao recorrer em 1e) ao procedimento de comparação subjetiva, estabelece uma analogia com a memória discursiva do engenho de cana. Com efeito, projeta-se discursivamente a ideia de que as relações sociais em Pernambuco são ainda hoje perpassadas por uma lógica do Brasil colônia, fundada na exploração dos negros escravizados pelo homem branco, dono de grandes extensões de terras e dos meios de produção; é a simbologia da casa-grande e da senzala, na qual a ética que vigora é a da violência institucionalizada, da exploração e da exclusão engendradas por uma elite, das práticas desumanas, embora socialmente aceitas. Se pensarmos que toda troca comunicativa faz uma representação do objeto, de si mesmo e do outro, nos parece possível imaginar que o excerto em questão produz uma representação do interlocutor como alguém capaz de inferir que tal *modus operandi*, oriundo da escravidão, possa se estender para a organização social e política brasileira, como se nossa maneira de ser e agir politicamente estivesse atravessada por essa lógica.

Logo após o depoimento do cineasta Kleber Mendonça, um trecho do filme “O Som ao redor” é exibido e finaliza o primeiro bloco. A cena retrata uma reunião de condomínio em que se discute a possibilidade de demissão do porteiro do edifício, cujo comportamento é desaprovado por alguns moradores. De fato, reproduzem-se, em âmbito particular, as relações de poder e de exploração que atravessam a sociedade, sintetizadas pela relação opressor *versus* oprimido. É como se o modelo do engenho de cana permanecesse entranhado em nossas estruturas sociais, porém sob outros formatos. Portanto, o trecho exibido funciona como um reforço de perspectiva do discurso do cineasta Kleber Mendonça e da visão de mundo que emerge no conjunto dos depoimentos desta parte. Assim, o primeiro bloco do programa encerra-se com um forte tom de crítica social.

Em relação aos procedimentos discursivos usados como estratégia argumentativa, chama a atenção, logo no início, a operação de definição de um comportamento (“refletir sobre a política brasileira é extremamente complexo” – 1a), com o recurso de um modalizador discursivo (“extremamente”), assinalando a posição do locutor e uma orientação argumentativa, como forma de reforçar a complexidade do empreendimento analítico ao qual se lança. Observamos também o uso da citação de uma experiência, a fim de produzir um efeito de verdade e legitimar o argumento (“Eu já fui lá, pessoalmente, tá ligado?” – 1c), procedimento ao qual segue a citação de um dado percentual, como forma de o locutor validar seu argumento e corroborar seu ponto de vista.

Dessa forma, uma representação que se pode depreender do percurso argumentativo, a partir dos enunciados selecionados, evidencia a política como um espaço de exclusão do negro, pouco voltado para a participação de parcela expressiva da sociedade, e de decisões que, por vezes, fomentam até a violência. Com isso, estabelecem-se vínculos de sentido entre política, exclusão racial, desigualdade e herança social.

### 3.2.2 Político é tudo igual?

Nos enunciados a seguir, os locutores elaboram seus pontos de vista a partir do tema da representação sobre a política e os políticos. Nessa parte, a documentarista agenciou as “leituras de mundo” do economista Luiz Carlos Bresser Pereira e do rapper Emicida para abordar o assunto. Vejamos:

2a) “E o que é muito preocupante e ruim no Brasil é que há um processo sistemático de desmoralização da política, não é? Quer dizer, de repente o que nós aprendemos é que todos os políticos são corruptos, se interessam pelos seus próprios interesses, não trabalham, não fazem nada, e assim por diante. Isso é um absurdo, é uma mentira, não tem nenhuma verdade nisso”. Economista Luiz Carlos Bresser Pereira (de 1:19 a 1:48)

2b) “Existe o pensamento de que só tem ladrão lá, e aí transforma o honesto em inútil”. Rapper Emicida (de 1:49 a 2:05)

2c) “A gente é ensinado desde pequeno que política não tem importância, não vale, a nossa representatividade é nula. Que é como: tinha um grêmio na minha escola que não apitava porra nenhuma no funcionamento da escola. Ajudando ou fodendo os alunos, era inútil, entendeu? E isso foi o primeiro contato que a gente teve com organização política. Aí depois você vai pra vida adulta pensando: que porra, a coisa nunca muda, porque foi sempre assim, o Brasil é foda, e os políticos é tudo bandido. E tem bandido pra caralho mesmo, mas tem umas pessoas que trabalha sério”. Rapper Emicida (de 7:59 a 8:33)

Por meio de seus discursos, os locutores projetam na cena enunciativa, desde o início, uma visão de mundo que confronta outro discurso hegemônico na sociedade, segundo o qual todos os políticos são corruptos ou defendem os próprios interesses<sup>25</sup>. As

---

<sup>25</sup> De acordo com pesquisa do Instituto Locomotiva/Ideia Big Data, divulgada no ano passado, 95% dos brasileiros entrevistados dizem que os atuais políticos não são transparentes, e 89% acreditam que os políticos não pensam na população para tomar decisões que dizem respeito à coletividade. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/brasileiros-nao-se-sentem-representados-por-politicos-em-exercicio-aponta-pesquisa.ghtml>. Acesso em 23/06/2019.

Em outra pesquisa de opinião, publicada neste ano, que foi coordenada pela Universidade Vanderbilt, nos Estados Unidos, e feita em parceria com a Fundação Getúlio Vargas e o Ibope, Congresso e partidos políticos são as instituições políticas que inspiram menor confiança dos brasileiros entrevistados, com 31% e 13%, respectivamente. À frente deles estão as eleições (33%), o Supremo Tribunal Federal (45%)

marcas linguísticas que evidenciam a presença desse outro na rede (inter)discursiva podem ser observadas nos trechos: “há um processo sistemático” (2a), “nós aprendemos” (2a), “Existe o pensamento” (2b) e “A gente é ensinado desde pequeno” (2c).

No depoimento do economista (2a), verificamos também o uso de um recurso discursivo que reforça a perspectiva de discordância e evidencia a elaboração que o locutor opera, no fio do discurso, ao simbolizar o real. Trata-se do uso de um enunciado negativo, em que se percebe a emergência de um outro, divergente. Sinaliza-se, dessa forma, uma disputa de vozes (a do senso comum, da doxa: “o que nós aprendemos...” e a do locutor: “Isso é um absurdo, uma mentira, não tem nenhuma verdade nisso”), em um jogo de negociação conflituosa de sentidos.

Partindo do postulado de que todo discurso é inerentemente heterogêneo, como pontua Maingueneau (2008), a negação, no trecho em análise (que vem reforçada por dois vocábulos também de cunho negativo: *mentira* e *absurdo*), configura-se como um mecanismo que explicita a polifonia: são duas “vozes” que polemizam. Ela se inscreve, portanto, na cena enunciativa como um fenômeno por meio do qual concorrem duas posições: uma que afirma um ponto de vista, e outra que o rechaça. Nessas circunstâncias, o locutor não retoma um enunciado afirmativo efetivamente dito por outrem para negá-lo; aciona uma perspectiva de objeção a uma afirmação por meio do marcador “não”<sup>26</sup>.

A negação entre enunciados que polemizam se insere no campo da apreciação, da subjetivação, instaurando, no plano enunciativo, um espaço de conflito entre duas opiniões, dois pontos de vista distintos. Assim, o locutor vai instanciar dois julgamentos conflitantes em um mesmo enunciado. Nesse contexto, podemos verificar que o enunciado em questão instaura, na cena discursiva, um confronto direto com um outro discurso (o dóxico, o do senso comum), segundo o qual seria verdade que todos os políticos são corruptos e sem qualquer interesse pelas causas da população. Reforça-se, com efeito, uma posição de contrariedade que vai permear os demais enunciados.

---

e as Forças Armadas (70%). Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/06/confianca-na-democracia-sobe-mas-insatisfacao-com-seu-funcionamento-e-de-58.shtml>. Acesso em 23/6/2019.

<sup>26</sup> Estamos aqui diante do que Ducrot (1987, p. 192), no âmbito de sua pragmática semântica, chama de “enunciadores”: perspectivas, pontos de vista, ou seja, “seres” que “falam” sem que se lhes possam atribuir palavras, no sentido material do termo. Nesse caso, o locutor, assimilando-se ao enunciador da recusa, opõem-se não a um outro locutor, mas a um enunciador responsável pelo ponto de vista afirmativo.

Outra marca dialógica inscrita na atividade enunciativa pode ser verificada no enunciado “E tem bandido pra caralho mesmo (p), *mas* tem umas pessoas que trabalha sério (q)” (2c). O “mas” é um operador argumentativo que evidencia, nesse trecho, a presença da polifonia, também responsável por agenciar duas “vozes”, duas posições em conflito. Nesse fragmento, a conjunção adversativa constrói o embate entre dois pontos de vista e marca a sequência que possui mais validade para o locutor, ou seja, seguindo Ducrot (1987), diremos que de (p) tira-se a conclusão possível R: “nenhum político é honesto”; de (q), a conclusão possível  $\sim$ R: “há políticos honestos”, que vale para o conjunto *p*, *mas* *q*. Como recurso argumentativo, o sujeito recorre à visão hegemônica de que a política é atravessada por atores sociais corruptos, mas faz uma ponderação em seguida, por meio do operador “mas”, para introduzir um ponto de vista distinto, que problematiza a tese anterior.

Trata-se de uma estratégia da lógica argumentativa, conforme aponta Charaudeau (2016), definida como concessão restritiva. Em outras palavras, consiste em aceitar a primeira asserção e, ao mesmo tempo, retificá-la, como forma de levar à conclusão proposta, operação frequente em trocas polêmicas e, segundo o autor, um procedimento menos agressivo do que uma negação completa. Entre outros procedimentos discursivos agenciados pelos sujeitos que enunciam, podemos destacar ações de qualificação. Logo no início, o economista define o comportamento de desmoralização da política como algo “muito preocupante e ruim” (2a), já demarcando uma posição de crítica. Da mesma forma, o rapper define um comportamento, em 2b), ao dizer que o ato de pensar a política como espaço ocupado apenas por corruptos produz um resultado, qual seja, o de transformar honestos em inúteis.

Também chama a atenção a descrição narrativa no trecho 2c), em que o rapper Emicida conta uma história vivenciada por ele e aciona, dessa maneira, um efeito de verdade a partir da experiência. A estratégia objetiva criar um efeito de veracidade, de exemplificação, e fortalece o percurso argumentativo por ele desenvolvido. No trecho em questão, a história narrada exemplifica a asserção anterior, na qual o rapper diz que, desde pequeno, aprende-se que a política é algo sem importância – tese que ele vai contrariar em seguida.

Dessa forma, verificamos que alguns procedimentos argumentativos são estrategicamente colocados em cena como mecanismos de fomento à constituição de sujeitos marcados por trocas polêmicas. Com efeito, refuta-se um imaginário sociodiscursivo de que a política institucional, aquela que se faz em parlamentos e

órgãos dos executivos, seja um espaço marcado pela presença apenas de corruptos e sem transparência. Em outras palavras, de que “político é tudo igual”. Dessa maneira, constrói-se uma representação menos negativa da política, mesmo que um dos locutores, o rapper Emicida, concorde, em parte, com a visão hegemônica. Portanto, a perspectiva discursiva assumida pelo rapper e pelo economista deixa margem para a crença no agir político do ambiente institucional.

### 3.2.3 O povo unido jamais será vencido?

Em um primeiro momento, o que chama a atenção no conjunto dos excertos a seguir, que tematizam a participação popular na vida política brasileira, é a existência de uma disputa de sentidos acerca de uma experiência social, ou seja, a ocorrência de distintas construções discursivas da realidade social. Como entrevistados, nessa parte temos o filósofo e ensaísta Francisco Bosco, o músico e compositor José Miguel Wisnik e o sociólogo Jessé Souza. Vejamos:

3a) “Eu acho que é consensual que o Brasil saiu de uma ausência de democracia formal, nos anos da ditadura, para uma democracia formal, mas pouco aprofundada efetivamente. Mas ao mesmo tempo, a quantidade de movimentos sociais pressionando o sistema político, acho que isso está criando uma luta de palmo a palmo, de conquista de direito por direito. Então eu acho que isso é o sentido de atuação dos brasileiros da minha geração, e é um sentido que só se revelou muito recentemente, eu diria que até a partir dos protestos do ano passado”. Filósofo e ensaísta Francisco Bosco (de 3:07 a 3:45)

3b) “O poder político como um todo foi questionado, quer dizer, e as questões, aí todas elas vieram à tona, quer dizer, educação, saúde, corrupção, impunidade, o mal barateamento dos recursos na construção dos estádios, os interesses, a questão das prioridades, todos esses dados vieram”. Músico, compositor e ensaísta José Miguel Wisnik (de 3:46 a 4:05)

3c) “E eu fico muito triste com o fracasso das jornadas de junho, porque foi exatamente isso, ele começou também como um movimento desses jovens tanto da classe média, mas também do que se chama de classe C, por mobilidade urbana etc., mas que foi um movimento que foi sequestrado pelas porções, quer dizer, a classe média não é uma coisa só, mas a maior parte dela é muito conservadora, e essa classe foi chamada às ruas, né, houve um chamamento da mídia, ‘tome as ruas’, né, e foi um chamamento claro com um único tema, recorrente, é um único tema existente, efetivamente, do conservadorismo brasileiro, que é o moralismo do tema absurdo da corrupção só estatal, o mercado só tem santo, ninguém corrompe ninguém”. Sociólogo Jessé Souza (de 4:06 a 5:02)

3d) “92% dos brasileiros, a gente fez pesquisa empírica sobre isso, dizem que o grande problema do Brasil é a corrupção estatal, né? Então você cria o mercado como o reino da virtude e o Estado como o reino da maldade, né? Para quem serve isso? Para menos de 1% da população brasileira, que é quem fica com quase 70% do PIB com taxa de lucro, taxa de juro, renda da terra e aluguéis. Não existe praticamente em lugar nenhum do mundo. Cria-se uma ideologia para desfocar essa questão de um capitalismo selvagem, concentrador, absurdo, e que nunca é visto, nunca é sequer discutido, nunca se discute isso, a classe média é feita de tola pelos endinheirados, né?, e essa classe média sai às ruas, como em julho, para protestar contra o avião que o Renan aluga, e pá pá pá, entendeu? Quer dizer, obviamente que eu sou contra a pessoa fazer isso, mas isso é uma

extraordinária distorção sobre o que é importante e o que é secundário”. Sociólogo Jessé Souza (de 5:50 a 6:50)

Antes de abordarmos esse embate, vale dizer que os enunciados em questão acionam uma memória coletiva, que demanda do interlocutor uma competência discursiva para inferir que se trata das manifestações populares de 2013. Também chamada de “jornadas de junho”, os protestos começaram na capital paulista, no início daquele mês, liderados por jovens do Movimento Passe Livre (MPL), que questionavam o aumento das tarifas de ônibus e a qualidade do transporte público. Em pouco tempo, os atos se espalharam por outras cidades, sobretudo nas capitais do país, ganharam outras bandeiras de reivindicações e tornaram-se as maiores manifestações de rua desde o *impeachment* do então presidente Fernando Collor, ocorrido em 1992.

Nesse contexto, é possível observar que a relação entre as “falas” dos entrevistados está inscrita em um quadro de embate pela definição das “jornadas de junho”. De um lado, uma leitura que relaciona o acontecimento a um cenário de luta por direitos, de participação de parcela da sociedade, pertencente aos movimentos sociais, no campo da política, pressionando os atores políticos com cobranças sobre temas importantes para o conjunto da população; de outro, uma construção discursiva que enquadra o movimento dos jovens que foram às ruas como um fracasso, marcado pela cooptação por outros agentes sociais que, deliberadamente, passaram a pautar a agenda a ser publicizada na sociedade, centrando-a na corrupção de agentes públicos e, paralelamente, desvinculando-a da participação de atores privados: os do mercado. Nessa perspectiva, a soberania popular foi sequestrada por forças sociais da elite financeira e econômica, como forma desviar o foco de atenção e mascarar a corrupção dos agentes privados.

Por esse enquadramento, o desvio de recursos dos cofres públicos seria um problema decorrente da ação apenas de agentes públicos, sem qualquer conexão com o setor privado – dinâmica de construção da realidade social que, em última instância, atende a uma lógica do neoliberalismo, segundo a qual o Estado deve ser mínimo, por meio de políticas de privatização e redução da máquina pública, com o objetivo de reduzir casos de corrupção<sup>27</sup>. As imagens exibidas na sequência (de 5:03 a 5:49)

---

<sup>27</sup> O discurso que associa tamanho do Estado e corrupção, comum em teses liberais, pode ser exemplificado em artigo de Reinaldo Azevedo, jornalista de inclinação política conversadora, como ele próprio se define, publicado no site da revista *Veja*. Diz ele: “O Brasil precisa de mais transparência? O Brasil precisa de mais democracia? O Brasil precisa de menos corrupção? O Brasil precisa de menos

parecem reforçar essa perspectiva do sociólogo Jessé Souza. As fotografias feitas pelo coletivo *Mídia Ninja* mostram manifestantes protestando em frente a edifícios que representam a política institucional, como o Congresso Nacional, ministérios e câmaras municipais. Exercendo um papel fundamental na construção da narrativa sobre tal acontecimento estaria, de acordo com o discurso do sociólogo (3c), a ação desempenhada pela mídia.

Nesse sentido, parece-nos possível dizer que o que está em disputa é o imaginário sociodiscursivo da soberania popular – inscrito em nossa Constituição Federal de 1988, em seu artigo 45, que assegura que “todo o poder emana do povo”. O país vivenciou naquelas manifestações de junho de 2013 um momento de soberania popular, com cobranças por melhorias nos serviços públicos destinados à população? Ou a ideia de soberania popular não foi efetivada, já que o movimento popular teria sido “sequestrado” por outras forças da sociedade, com o auxílio da mídia, a fim de promover a pauta única da corrupção estatal e do sistema político<sup>28</sup>?

Percebe-se que a documentarista, enquanto sujeito que agencia as vozes que enunciam e que, portanto, também contribui para construir discursivamente uma dada visão da realidade, buscou manter o equilíbrio entre os pontos de vista e explorar o contraditório, como forma de apresentar lados apostos de um mesmo fenômeno social. Assume-se, com isso, uma postura de não tomada de posição frente às proposições apresentadas. A contradição, como pontua Charaudeau (2015a), objetiva colocar em causa pontos de vista e mostrar que a verdade é parcial, deixando a cargo daquele que a observa o cuidado de utilizá-la para construir a sua própria opinião.

---

impunidade? O Brasil precisa de mais vergonha na cara? Então não tem jeito: o estado tem de diminuir! Dado o seu tamanho, é ingovernável segundo padrões mínimos de moralidade e decência”. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/o-mal-essencial-do-brasil-e-o-tamanho-do-estado-ou-ate-o-liberalismo-foi-estatizado-no-brasil/>. Acesso em 20/06/2019.

<sup>28</sup> Essa disputa de sentidos ainda hoje está presente no debate entre intelectuais e pesquisadores acerca do que foram as “jornadas de junho” e o seu legado. Em reportagem de André Antunes para o site da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o historiador Felipe Demier diz que a “classe dominante brasileira passa a disputar junho com um sentido de modificar as suas pautas, de capturá-las, e finalmente encerrar o movimento. E ela vai conseguir pautar boa parte do movimento chamando às ruas setores recrutados em grande parte nos estratos médios mais conservadores, que saem com pautas determinadas nas editorias jornalísticas. As lutas que num primeiro momento clamavam por uma melhoria do sistema educacional, do sistema de saúde, do transporte, da moradia, vão se converter numa luta abstrata contra a corrupção, dissociação, claro, corrupção de capitalismo”. No entanto, ele ressalta que essa mudança não “altera o caráter de um movimento que eclode como uma luta pela ampliação dos gastos públicos para as áreas sociais e também contra a repressão brutal por parte do aparelho policial do Estado brasileiro sobre os setores populares”. Disponível em: <http://www.epsvj.fiocruz.br/noticias/reportagem/cinco-anos-das-jornadas-de-junho-um-legado-em-disputa>. Acesso em 20/06/2019.

Com relação aos procedimentos da encenação argumentativa acionados pelos sujeitos, a fim de produzir certos efeitos de persuasão e/ou embasar seus argumentos, vemos que o depoimento do filósofo e ensaísta Francisco Bosco (3a) qualifica a democracia como “pouco aprofundada”, embora conte com a presença recente de movimentos sociais que pressionam o sistema político – comportamento definido como o “sentido de atuação” da geração dele. Bosco recorre ainda ao modo de raciocínio da concessão restritiva (3a), com o uso do operador “mas”, com o objetivo de problematizar as asserções precedentes e instaurar um novo ponto de vista.

Já no discurso do músico e compositor José Miguel Wisnik (3b), constatamos o recurso ao procedimento da acumulação, em que a locução “quer dizer” é usada como meio de encadear explicações, com a finalidade de reforçar o argumento primeiro, segundo o qual o poder político foi colocado sob suspeição. Lembremos também que “quer dizer” funciona como introdutor de paráfrases, nesse caso, aquelas feitas pelo próprio locutor, que são as que interessam à Análise do Discurso. De acordo com Maingueneau (1993, p. 96-97), a paráfrase serve para identificar, no discurso, dois termos (ou – diríamos – dois enunciados) X e Y, cuja equivalência não é dada pela língua, mas construída na própria enunciação. Isso mostra que nenhuma parafrasegem é discursivamente neutra. Assim, recorrendo duas vezes à expressão “quer dizer”, Wisnik instaura equivalências que não são dadas *a priori*, mas construídas no/pelo discurso.

Também podemos observar, no discurso do sociólogo (3c), as escolhas lexicais como produtoras de orientações argumentativas. Nesse sentido, o uso de “sequestrada” para qualificar a ação sofrida pelo movimento das “jornadas de junho” remete à memória discursiva de uma ação condenável, ou seja, o lexema pertence ao campo semântico da violência, da ilicitude. Da mesma forma, o locutor define o comportamento da mídia como “chamamento”, em oposição à ideia de cobertura jornalística, e atrela ao capitalismo adjetivos como “selvagem”, “concentrador” e “absurdo”. Com isso, reforça a argumentação polêmica com a qual inicia o seu discurso, ao descrever as manifestações como um fracasso. Destaca-se também, em seu depoimento, o uso do procedimento discursivo de citação de um saber e de um dizer, que funcionam como fontes de verdade: “92% dos brasileiros, a gente fez pesquisa empírica sobre isso, dizem que o grande problema do Brasil é a corrupção estatal, né?” (3d).

São escolhas que evidenciam a posição de engajamento do sujeito ao defender seu ponto de vista, finalizado com um posicionamento irônico – “o mercado só tem santo,

ninguém corrompe ninguém” (3c) –, por meio do qual assume, dialogicamente, um tom de crítica a vozes que isentam entes privados de participação em episódios de corrupção no sistema político brasileiro<sup>29</sup>. Dessa forma, percebe-se que os discursos apresentados nessa parte, em seu conjunto, constroem uma representação da política enquanto prática social atravessada por disputas, seja de sentidos das manifestações sociais e da noção de corrupção, seja dos diversos atores políticos – entre eles os movimentos sociais – envolvidos nas dinâmicas da sociedade.

### 3.2.4 Quem doa investe

Os depoimentos, a seguir, do rapper Emicida, do economista Luiz Carlos Bresser Pereira e do artista plástico Daniel Melim, são elaborados discursivamente a partir do tema do financiamento de campanhas eleitorais no país, assunto recorrente no debate político brasileiro. Vejamos:

4a) “Os empresários financiam a política e ninguém financia um barato para trabalhar contra o seu bolso”. Rapper Emicida (de 6:51 a 6:57)

4b) “Financiando suas campanhas, eles ficam devedores nossos. Se nós os desmoralizamos, eles podem fazer menos coisas, e o que nos interessa é que eles façam o mínimo. Isso é uma coisa muito perversa. Claro que os liberais vão dizer: ‘não é verdade, nunca foi assim’. Mas é isso”. Economista Luiz Carlos Bresser Pereira (de 6:58 a 7:16)

4c) “Tem esse lance das grandes corporações, seja através da mídia, ou seja através da indústria, né? São elas que financiam os partidos, né? Então, a meu ver, quem continua mandando é a mesma forma, assim, mas, muda-se as táticas, mas as formas, de uma maneira bem geral, assim, são as mesmas”. Artista plástico Daniel Melim (de 7:17 a 7:41)

4d) “Você poderia diminuir substancialmente a importância do dinheiro se você tivesse um sistema de financiamento público de campanhas, e se você tivesse, além disso, a proibição de que as empresas privadas financiassem campanhas”. Economista Luiz Carlos Bresser Pereira (de 7:42 a 7:58)

Ao analisarmos esses trechos, verificamos o diálogo (interdiscursividade) que se estabelece com um discurso bem presente na sociedade atual, no qual se condena o financiamento de campanhas eleitorais por empresas. A ideia subjacente é a de que

---

<sup>29</sup> Ao recorrermos mais uma vez ao dicionário, podemos perceber a presença desse discurso ao qual o sociólogo tece críticas. No *Michaelis online*, a sexta acepção da palavra “corrupção” traz o seguinte: “Uso de meios ilícitos, por parte de pessoas do serviço público, para obtenção de informações sigilosas, a fim de conseguir benefícios para si ou para terceiros”. No *Dicionário Escolar da Língua Portuguesa* (2008), da Academia Brasileira de Letras, a palavra “corrupto” traz o seguinte registro: “que se deixa subornar: político corrupto” (p. 370). Em ambos os dicionários, não há menção a qualquer agente privado em relação a essas palavras.

quem doa recursos a políticos ou partidos não financia, mas investe e espera algum tipo de retorno. De fato, o que se critica é a possibilidade de que o financiamento privado, além de tornar desigual a disputa em um pleito, oculte uma prática de compra de apoio dos políticos às causas dos doadores, o que desvirtua o processo político e coloca em risco a democracia. Associa-se, com isso, o financiamento à corrupção. Uma pesquisa do *Datafolha*, de 2015, encomendada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), revela que 74% dos brasileiros são contrários ao financiamento empresarial de partidos e políticos, e 79% disseram que a corrupção é estimulada por doações de empresários para financiar campanhas<sup>30</sup>.

Dessa forma, pode-se verificar a existência de um imaginário sociodiscursivo que se constrói em torno do “caixa 2” de campanha. O termo se refere ao uso por políticos de recursos financeiros não contabilizados nem declarados aos órgãos de fiscalização eleitoral, prática ilegal de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro. Nesse sentido, o conjunto de enunciados de 4a a 4d reforça, de certa forma, a perspectiva do sociólogo Jessé Oliveira, que problematiza a noção de corrupção, ao ressaltar a participação de agentes privados<sup>31</sup>. O economista Bresser Pereira (4d), por sua vez, confronta um ponto de vista liberal, para o qual o financiamento privado não seria responsável por provocar distorções. Já no discurso do artista plástico Daniel Melim (4c), a mídia, mais uma vez, é referenciada como um ator social que é acionado para defender interesses de um grupo específico, nesse caso, as grandes corporações, responsáveis pelas doações de campanha.

Ainda em relação às estratégias discursivas/argumentativas mobilizadas pelos locutores nesse bloco, observamos que, no enunciado do rapper Emicida (4a), a conjunção “e” expressa uma relação que soma argumentos a favor de uma mesma conclusão: quem financia o faz em proveito próprio. Já Bresser Pereira, em sua primeira fala (4b), faz uso da estratégia de acumulação de argumentos, em um processo gradativo de exposição, por meio do qual se fica sabendo que a intenção daqueles que financiam

---

<sup>30</sup> Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/07/1652280-maioria-e-contra-doacoes-de-empresas-a-campanhas-politicas-diz-datafolha.shtml>. Acesso em 20/06/2019.

<sup>31</sup> Em artigo no jornal norte-americano *The New York Times*, o prêmio Nobel de Economia Paul Krugman aborda a influência na política exercida por um pequeno grupo de pessoas – aquele que está no topo da pirâmide social, algo em torno de 0,1% da sociedade. Segundo ele, as contribuições de campanha são apenas um meio de influência, mas há outros modos de corrupção, como a capacidade desse reduzido grupo de definir, por meio de canais como a mídia, a agenda de discussão política, que pode estar em desacordo com prioridades da opinião pública em geral. O artigo está disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/06/22/opinion/notes-on-excessive-wealth-disorder.html?searchResultPosition=1>. Acesso em 23/06/2019.

as campanhas é, em última análise, reduzir o escopo de atuação dos políticos, para que eles “façam o mínimo”. Essa ação é definida pelo locutor como “uma coisa muito perversa” (4b), por meio da qual ele qualifica o comportamento dos financiadores e se posiciona na arena discursiva como um sujeito crítico a essa postura. Há que se observar ainda o uso do discurso direto para criar um efeito de sentido de fidedignidade em relação ao discurso dos ditos “liberais” (“Claro que os liberais vão dizer: ‘não é verdade, nunca foi assim’”), o que parece tornar a contestação que vem em seguida, introduzida pelo conector *mas* (no sentido de reafirmar o que foi dito antes), ainda mais incisiva: “Mas é isso.”. É como se o locutor desse uma cartada final, assumindo um posicionamento que não dá margem à discussão.

Dessa forma, podemos dizer que os depoimentos desse 4º bloco engendram uma representação da política como prática social atrelada aos interesses do poder econômico. Por essa perspectiva, os agentes do mercado, simbolizado pelas grandes corporações, conseguem defender e aprovar suas agendas na política institucional, por meio do financiamento de campanhas eleitorais e com o auxílio de canais como a mídia.

### 3.2.5 A política da repressão

Os discursos, a seguir, tematizam a questão da violência policial, e os depoimentos selecionados pela documentarista para tratar do assunto foram os do artista plástico Daniel Melim, do filósofo e ensaísta Francisco Bosco e do dirigente do Movimento dos Sem-Terra (MST) Jaime Amorin. Vejamos:

5a) “Na região aqui, principalmente em São Bernardo, a gente, até meados da década, comecinho da década de 90, a gente sofreu muito aqui com a questão dos justiceiros, né? A polícia não conseguia agir nos bairros, então os delegados, a polícia nomeava, ou ex-policiais e tal, e hoje virou segurança privada. Esses justiceiros começaram a dominar os bairros, a cuidar dos comércios, a inibir pequenos furtos, isso foi gerando uma coisa tão lucrativa, de tanto que se gerou dinheiro, um desses justiceiros conseguiu fazer o próprio filme, né? E ele rodou um filme que se chama ‘Esquerdinha, o braço forte da lei’”. Artista plástico Daniel Melim (de 12:41 a 13:34)

5b) “Eu acho que a questão da violência hoje no Brasil não pode ser pensada sem que se pensem certas medidas que devem ser tomadas para enfrentá-la neste momento. Uma delas é a reforma da segurança pública e, dentro dessa reforma, a desmilitarização da PM. A Polícia Militar brasileira é uma polícia formada na ditadura e tendo, portanto, uma lógica militar. Uma lógica militar é aquela que vê o cidadão como inimigo, não qualquer cidadão, mas precisamente aquele cidadão que o próprio Estado considera como inimigo, em geral preto, pobre, favelado etc., etc. Então a polícia, atualmente, ela não age como instrumento igualitário, ela é mais uma instituição brasileira perpetuadora de desigualdades. Filósofo e ensaísta Francisco Bosco (de 14:30 a 15:16)

5c) “As polícias estaduais têm sido repressoras, têm sido violentas contra os trabalhadores, não é só contra as manifestações de rua. É, hoje, pelos dados, nós sofremos mais despejo, atualmente, do que sofremos em 2000, 2001, 2002. Além disso, tem toda uma humilhação, né?, do poder

judiciário, que prontamente dá a reintegração de posse, de companheiros que têm processos espalhados no Brasil inteiro. Então são todas essas formas de repressão utilizadas pelo Estado e pelos governos estaduais”. Jaime Amorim – dirigente do MST (de 15:17 a 15:48)

Os três depoimentos abordam a temática da violência policial, porém por meio de perspectivas distintas. O artista plástico Daniel Melim (5a) problematiza o assunto pelo viés da ação de justiceiros, ou seja, policiais que, à margem da lei, começam a atuar em bairros e comunidades – sob a alegação de combater a criminalidade – e a auferir ganhos financeiros dessa atividade ilegal. Na ausência do Estado, como bem observa o artista (“A polícia não consegue agir nos bairros” – 5a), eles se infiltram e passam a dominar os locais, para obter retorno financeiro. No contexto atual, um paralelo pode ser estabelecido com a atuação das milícias em comunidades do Rio de Janeiro. Nesses locais, os grupos de milicianos, geralmente formados por policiais ou ex-policiais, sob o pretexto de proteger a população contra a ação de traficantes, passam a extorquir moradores e comerciantes, cobrando o que seria uma taxa de proteção. Eles também comandam nessas comunidades a oferta de outros serviços, como fornecimento de gás e transporte clandestino, o que deixa refém os cidadãos que nelas residem. Em seguida ao depoimento do artista plástico Daniel Melim, um trecho do filme que ele cita (fazendo, portanto, uso da intertextualidade) é exibido (de 13:35 a 14:29). Na cena, que se passa em uma comunidade pobre, como é possível inferir, o policial “Esquerdinha” mata assaltantes que tentavam roubar algumas mulheres. A exibição do trecho reforça o argumento do artista, como se confirmasse o relato por ele apresentado.

Em outra perspectiva, o filósofo e ensaísta Francisco Bosco aborda a questão a partir do enquadramento discursivo da violência policial destinada a parcelas da sociedade, por meio de uma atuação seletiva. Nesse contexto, apenas aqueles grupos sociais considerados como inimigos pelo Estado, “em geral preto, pobre, favelado” (5b), seriam os alvos dessa lógica militar, que representa, segundo o filósofo, um legado da ditadura no país. Em relação a esse fenômeno social, há diversos levantamentos que confirmam a perspectiva de Francisco Bosco. Um estudo lançado no ano passado<sup>32</sup> pela socióloga Samira Bueno, diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, apontou que, entre 2013 e 2016, 67% dos mortos por policiais em 20 cidades de São Paulo eram negros. A análise foi feita com base em 3.107 registros, e a pesquisadora também entrevistou 16 ex-policiais militares no Presídio Militar Romão Gomes, na

---

<sup>32</sup> Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/05/21/raca-e-idade-determinam-uso-da-forca-letal-pelas-policias/>. Acesso em 24/06/2019.

capital paulista. Outro levantamento<sup>33</sup>, do Instituto de Segurança Pública (ISP) do Rio de Janeiro, mostrou que o estado, que está sob intervenção militar, registrou, no ano passado, o maior número de mortes por policiais em 16 anos. Foram 1.444 vítimas até novembro, sendo 77% pardos e pretos. Em abril deste ano, causou indignação em todo o país a execução do músico Evaldo dos Santos Rosa e do catador de material reciclado Luciano Macedo, no Rio de Janeiro. Ambos eram negros e foram vítimas de militares do Exército que dispararam 257 tiros contra eles, em Deodoro, na Zona Oeste da cidade.

Por fim, a terceira perspectiva empreendida neste quinto bloco de análise, a do integrante do Movimento dos Sem-Terra (MST) Jaime Amorin (5c), enquadra a violência policial como uma prática de repressão a trabalhadores, manifestantes e membros do movimento de luta pela reforma agrária, em ações de reintegração de posse. A essa postura da polícia se soma a atuação do poder judiciário que, de acordo com o locutor, também age pelo viés da repressão, da humilhação, ao conceder ordens judiciais desfavoráveis aos sem-terra. Logo após o depoimento de Jaime Amorin (5c), fotos do coletivo Mídia Ninja são inseridas (de 15:49 a 16:47), em um jogo de reforço de perspectivas. Nos registros, mostram-se imagens de conflitos violentos, em que os manifestantes são fortemente reprimidos por policiais militares. O uso abusivo da força é uma marca que caracteriza aqueles agentes do Estado retratados pelas lentes dos fotógrafos do coletivo.

Nesse sentido, é possível observar que todos os discursos desta parte são perpassados por uma crítica ao imaginário do Estado opressor – seja por omissão ou por ação –, que exerce a violência por meio do aparato policial. Esse imaginário é acionado para ser posto em causa e denunciado. Não se trata de um Estado que, por possuir legalmente o monopólio da força, age para garantir a segurança da sociedade. Trata-se de um Estado que atua como mecanismo reprodutor das desigualdades sociais, ao agir seletivamente. Ressalte-se que a opressão tem um público-alvo bem definido: os grupos com menor poder aquisitivo na pirâmide social ou aqueles que, de alguma forma, contestam normas do sistema vigente – o caso dos sem-terra, por exemplo, ou dos manifestantes das “jornadas de junho” (no dia 13 daquele mês, os protestos foram fortemente reprimidos pela Polícia Militar de São Paulo, sob o argumento de que era preciso proteger a sociedade e os bens públicos e privados da ação de baderneiros e garantir a ordem pública). Há uma quebra do contrato social, a partir do qual se espera

---

<sup>33</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/12/sob-intervencao-rio-tem-maior-numero-de-mortos-por-policiais-em-16-anos.shtml>. Acesso em 24/06/2019.

que o Estado aja de forma igual com toda a sociedade, sem distinção. Com efeito, pode-se dizer que o Estado reproduz, de forma violenta e por meio de seus quadros de polícia, a lógica excludente do sistema capitalista.

Entre os procedimentos que chamam a atenção nesta parte, podemos mencionar o vocabulário mobilizado pelos locutores para definir as polícias enquanto agentes de opressão: “repressoras”, “violentas”, “lógica militar”, “cidadão como inimigo”, “instituição brasileira perpetuadora de desigualdades”. Em seu discurso, o artista plástico Daniel Melim (5a) recorre ao procedimento da descrição narrativa, contando uma história para criar um efeito de verdade e substanciar sua intenção argumentativa. Já as construções discursivas do filósofo Francisco Bosco (5b) e do dirigente do MST Jaime Amorim (5c) ancoram-se no procedimento discursivo da acumulação, em que os diversos argumentos são dispostos em sequência, como estratégia de reforço da perspectiva assumida. Dessa forma, o conjunto de enunciados agenciado pela documentarista aponta para uma representação do Estado – e, por conexão, da política – enquanto uma instituição incapaz de solucionar, de forma pacífica, os conflitos e problemas sociais. Emerge, dessa forma, a concepção de um Estado beligerante, violento e excludente, que evidencia e reproduz as desigualdades e tensões presentes na sociedade. Vale mencionar que a documentarista termina o primeiro bloco do programa documental com o tema da escravidão e inicia o segundo com essa abordagem sobre a violência policial, aprofundando uma visão acerca de práticas sociais herdadas de períodos históricos que permanecem na estrutura do Estado brasileiro.

### **3.2.6. A política militarizada**

Vejamos alguns trechos que abordam essa temática:

6a) “As nossas grandes tragédias nacionais estão ancoradas na maldição da escravidão longa e da ditadura que vigorou por 21 anos, que tem como as principais consequências ainda hoje a desigualdade social, que vem dos tempos da escravidão, mas a desigualdade que a ditadura radicalizou, e a impunidade”. Jornalista Mário Magalhães (de 9:50 a 10:15)

6b) “O Brasil hoje está sendo governado por um pacto que consiste em os militares toleram que o governo governe, e o governo tolera que os militares continuem soltos, livres pelos crimes que cometeram durante a ditadura”. Antropólogo Eduardo Viveiros de Castro (de 16:48 a 17:11)

6c) “É por isso que quando a gente discute a punição dos violadores dos direitos humanos na ditadura, na forma a gente está discutindo passado, mas o conteúdo não é de quem fica cavoucando o que passou para entender melhor o conteúdo ou futuro. Qual é país que a gente quer construir? Jornalista Mário Magalhães (de 17:12 a 17:32)

d) “Então você tem, de um lado, acho que esse pacto entre a ditadura que na verdade não acabou completamente e uma democracia que não se implantou completamente, e você tem um outro pacto, que acho que igualmente inaceitável, no meu entender, que a única maneira de tornar o país governável era, só se poderia diminuir a desigualdade social se encontrássemos um meio de fazer isso sem tocar no bolso dos ricos”. Antropólogo Eduardo Viveiros de Castro (de 17:33 a 17:57)

O conjunto de depoimentos do jornalista Mário Magalhães (6a e 6c) e do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro (6b e 6d) tematiza a ditadura militar no Brasil, a partir de ao menos duas macroperspectivas discursivas. A primeira delas (6a) estabelece uma conexão entre o regime militar e outros dois fenômenos: a desigualdade social e a impunidade. A segunda perspectiva postula que os militares, embora oficialmente tenham deixado de governar o país desde 1985, com o fim da ditadura, ainda exercem influência na estrutura atual de poder. Por meio de uma espécie de pacto de não agressão, ambas as forças (militares e de governo) convivem entre si, cada qual com seus objetivos específicos. Nesse contexto, a atuação dos militares, enquanto força social, mantém a democracia sob tutela, para não permitir que se discuta uma possível punição para os agentes do Estado que violaram direitos humanos durante a ditadura militar. Com efeito, o país vive uma situação de não lugar, entre uma “ditadura que na verdade não acabou completamente e uma democracia que não se implantou completamente”, conforme observa o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro (6d); uma espécie de transição infinda, que impede o país de planejar seu futuro. Logo após o depoimento do antropólogo, imagens do acervo do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo são inseridas no programa (de 17:58 a 18:58). Em um primeiro momento, as ilustrações apresentam três homens, que se assemelham a soldados, destinando um olhar ameaçador para um quarto homem, bem menor no plano e que está preso nas mãos de um deles, sob a mira de uma faca. Em um segundo momento, as ilustrações remetem a episódios da exploração de negros durante a escravidão no Brasil. Dessa forma, verificamos um diálogo, pelo viés de reforço de perspectivas, com as construções discursivas elaboradas pelos sujeitos nesta parte do programa, cujo tema é a ditadura militar.

Os locutores estabelecem, pois, um diálogo, por um viés de problematização e de crítica, com um imaginário sociodiscursivo referente ao governo militar, que busca ressignificar as heranças da ditadura de 1964 no Brasil e reescrever a historiografia oficial. Nessa perspectiva, há uma parcela da sociedade<sup>34</sup> que defende a tese de que o

---

<sup>34</sup> Segundo pesquisa *Datafolha*, publicada em abril deste ano, 36% dos entrevistados disseram que a data do golpe militar de 1964 deve ser comemorada. A celebração foi incentivada pelo presidente Jair

regime militar representou avanços para o país, em áreas como segurança, administração pública, educação e economia, e de que ele teria impedido o Brasil de se tornar uma nova Cuba, ou seja, um país comunista.

Por meio dessa interpretação, já manifestada publicamente pelo atual presidente da República<sup>35</sup>, o regime militar é discursivamente construído como um período de paz e prosperidade, e rediscutir a punição dos crimes praticados por militares à época, em episódios de tortura e desaparecimento de pessoas, como defende o jornalista Mário Magalhães em seu depoimento (6c), seria um ato de revanchismo<sup>36</sup>, desnecessário para o país. Esse debate voltou a ganhar força na arena pública, durante a campanha presidencial e após a eleição do presidente Jair Bolsonaro, militar da reserva que montou um governo com a participação de diversos membros das Forças Armadas em importantes cargos e ministérios.

Em relação aos procedimentos argumentativos acionados pelos locutores para falar da ditadura, podemos destacar a escolha lexical para definir seres e comportamentos, o que marca a posição de crítica dos sujeitos entrevistados em relação aos militares: “maldição” (6a), “crimes” (b), “violadores de direitos humanos” (6c). Tais escolhas inscrevem a ditadura militar em um campo semântico bem distinto daqueles que defendem, por exemplo, a intervenção militar. O uso da expressão “violadores de direitos humanos”, embora seja menos agressiva que torturadores, situa o debate em um âmbito mais amplo, ao projetar uma memória discursiva que remete à Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento que prescreve uma série de direitos considerados universais, assinado pela Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU), em 1948. Diremos, pois, que a formação discursiva (FD) de onde falam os locutores estabelece como pertinentes, como legítimas, relações intertextuais com esse documento.

Na construção argumentativa elaborada pelo jornalista Mário Magalhães (6c), destaca-se também o procedimento discursivo do questionamento (“Qual é o país que a

---

Bolsonaro. Disponível em <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/04/06/para-57percent-data-do-golpe-de-1964-deveria-ser-desprezada-aponta-datafolha.ghtml>. Acesso em 28/06/2019.

<sup>35</sup> Durante a campanha presidencial, no ano passado, Jair Bolsonaro disse que o objetivo do seu governo é fazer “o Brasil semelhante àquele que tínhamos há 40, 50 anos atrás”, em uma referência ao período militar. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/objetivo-e-fazer-brasil-como-era-a-40-50-anos-atras-diz-bolsonaro.shtml>. Acesso em 28/06/2019.

<sup>36</sup> “Olhar para trás impede que a gente convirja. É ridículo. De 1964 para cá, se passaram 54 anos. Imagine se em 1954 estivessem discutindo 1900”. A declaração é do general Eduardo Villas Bôas, em entrevista publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, em novembro do ano passado. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/bolsonaro-nao-e-volta-dos-militares-mas-ha-o-risco-de-politizacao-de-quarteis-diz-villas-boas.shtml>. Acesso em 27/06/2019.

gente quer construir?”), por meio do qual o sujeito interroga o interlocutor não para obter uma resposta imediata, mas sim para expressar uma crítica social e estimular a reflexão sobre o assunto. Trata-se, pois, de uma pergunta retórica.

Dessa forma, constatamos que os discursos colocados em cena pela documentarista instauram uma disputa de narrativas acerca dos legados do regime de exceção instaurado no país, de 1964 a 1985, após o golpe militar<sup>37</sup>. Nesse sentido, há uma representação da política enquanto espaço paradoxal, marcado pela convivência contraditória, por meio de um pacto entre governo democrático e militares no poder, esses últimos responsáveis por legar ao país, por meio da ditadura militar, ao menos dois graves problemas: a desigualdade social e a impunidade. É a ideia de que a redemocratização brasileira, embora tenha afastado os militares do poder político, não acabou com a influência deles nos governos que se seguiram ao término do regime.

### 3.2.7 Oposição ou governo?

O conjunto de depoimentos, a seguir, do curador e crítico de arte Moacir dos Anjos, do jornalista Mário Magalhães, do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, do economista Luiz Carlos Bresser Pereira e do artista plástico Daniel Melin, insere na cena enunciativa, de forma explícita, o tema de direita e esquerda, assunto recorrente no campo político. Percebemos, ao analisar o percurso discursivo/argumentativo dos sujeitos entrevistados, a projeção de duas macroperspectivas discursivas, que constroem visões bem distintas da realidade social e que estabelecem entre si um diálogo, por meio de troca polêmica. Vejamos os depoimentos:

7a) “Virou moda um pouco dizer que não existe mais diferença entre esquerda, direita, que a história acabou, que agora simplesmente temos que gerir o que está aí. Eu acho uma bobagem isso. Chame-se de direita ou esquerda, campo progressista ou campo conservador, eu acho que o importante é reconhecer que existe uma clivagem, uma clivagem entre aqueles que estão satisfeitos com aquilo que aí está e aqueles que não estão satisfeitos com o que aí está, porque são postos na posição de subalternidade frente aos outros nesse arranjo de coisas no qual vivemos”. Curador e crítico de arte Moacir dos Anjos (de 18:59 a 19:39)

7b) “O problema de esquerda e de direita continua sendo absolutamente relevante. Eu leio sempre nos jornais que isso não tem mais importância, isso é conversa mole. Continua, por que continua importante? Porque o conservador, ele não está disposto a arriscar em nada a ordem em nome da

---

<sup>37</sup> No contexto dessa disputa de narrativas, bem presente no país na atual conjuntura, chama atenção a busca de atores políticos por tentar revisar o termo “golpe militar”. Em outubro do ano passado, por exemplo, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli disse que, na atualidade, prefere a expressão “movimento de 1964” a “golpe militar”, o que de certa forma sinaliza a influência dos militares nas instituições políticas brasileiras.

igualdade e da justiça social. Enquanto que a pessoa de esquerda, a pessoa progressista, ele está disposto a arriscar a ordem, um pouco, em nome da justiça social”. Economista Luiz Carlos Bresser Pereira (de 19:40 a 20:11)

7c) “O Brasil é o estranho país em que poucos se dizem de direita. Então é uma questão fundamental, é um direito do cidadão pensar como quiser e se expressar nos marcos da lei e da civilização da maneira como bem entender. Por isso é estranho que pouca gente se diga de direita, tão pouca gente se diga de direita no Brasil. E acho também, tenho convicção, quando eu ouço a ladainha de que direita e esquerda não existem, eu não tenho dúvida: está falando alguém de direita”. Jornalista Mário Magalhães (de 20:12 a 20:47)

7d) “A esquerda vai ser da esquerda quando for pertinente, a direita vai ser da direita quando for pertinente. Quando não for eles vão trocar os papéis, né, pra ter esse revezamento e continuar mandando no país, assim, né? Eu acho que as táticas mudaram, mas a forma é praticamente a mesma, assim sabe, né?, a mesma forma perversa, assim, de você escravizar as pessoas, assim”. Artista plástico Daniel Melim (de 20:48 a 21:12)

7e) “Então acho que é um pacto entre a esquerda no poder e a direita que nunca sai do poder, que é o pacto de desde que não toque nos bolsos dos ricos a gente pode aumentar o número de migalhas que caem da mesa dos ricos pro pessoal que está embaixo comer. E é esse o Brasil, né? É, existe uma vontade tibia, uma vontade meio fraca, por parte da nossa esquerda no poder de melhorar a vida das pessoas, uma vontade muito digna, muito nobre, mas que depende, ao mesmo tempo, de um certo realismo um pouco timorato é, de que só dá pra fazer isso se não cutucar a onça com vara curta, não meter a mão no bolso dos milionários, não botar imposto sobre grandes fortunas, não fazer sobretudo nenhuma desapropriação, para com essa coisa de estatização, nada disso, né? Em suma, jogar segundo as regras do mercado internacional, segundo as regras do capitalismo internacional, do neoliberalismo. Então nessas condições, isso junto com as condições de um país que tem uma herança de cinco séculos de opressão, de estupidificação da sua população, né?, e de escravidão, produz um país extremamente contraditório, extremamente complexo e, enfim, muito difícil de imaginar qual vai ser o futuro dele neste século”. Antropólogo Eduardo Viveiros de Castro (de 21:13 a 22:39)

Ao analisarmos os depoimentos de 7a) a 7e), percebemos que a primeira perspectiva discursiva reafirma a existência da direita e da esquerda enquanto formas distintas de se pensar o arranjo social e gerir a distribuição dos recursos na sociedade. Por meio dessa perspectiva, construída com graus variados de evidenciação nos depoimentos do curador e crítico de arte Moacir dos Anjos (7a), do economista Bresser Pereira (7b) e do jornalista Mário Magalhães (7c), direita e esquerda existem tanto por uma posição de satisfação ou insatisfação com a atual ordem social quanto pela disposição de arriscar essa ordem em nome da igualdade e da justiça social. Nesse contexto, a afirmação de que não existiriam diferenças seria uma postura de direita, para elidir as posições distintas que os caracterizariam pela finalidade de que não haja mudanças no cenário social.

Confronta-se, nessa perspectiva, a ideia de que “a história acabou, que agora simplesmente temos que gerir o que está aí” (7a). A asserção é uma referência (intertextualidade implícita) ao postulado do sociólogo americano Francis Fukuyama, cujo ensaio de 1989, intitulado “O fim da história”, ganhou repercussão mundial à

época. Nele, Fukuyama desenvolve a tese de que, com a queda do Muro de Berlim, a derrocada do socialismo e o fim da Guerra Fria, o capitalismo e a democracia liberal seriam os últimos estágios de evolução da humanidade. O diálogo com esse dizer/saber também se explicita em expressões como “virou moda um pouco dizer” (7a), “eu leio sempre nos jornais” (7b), “quando eu ouço a ladainha” (7c), por meio das quais os sujeitos apontam, em seus discursos, a presença de um outro discurso.

A segunda perspectiva discursiva problematiza a visão anterior, embora não explicita a discordância quanto à existência de diferenças. Por esse viés, direita e esquerda integram um pacto de divisão do comando do país, com a finalidade de exercer o poder, o que, em última instância, resulta na “mesma forma perversa de escravizar as pessoas” (7d). Há, dessa forma, um posicionamento bem crítico em relação a ambas as posições políticas. No discurso engendrado pelo antropólogo Eduardo Viveiros de Castro (7e), a esquerda até pode se empenhar e produzir melhorias sociais, desde que não altere regras impostas pela direita e atue dentro dos limites do capitalismo internacional, do neoliberalismo. Em sequência ao depoimento do antropólogo, é exibido um trecho do filme “O fim do sem fim”, do cineasta Cao Guimarães (de 22:40 a 23:34). Na tela, são expostas, sob uma narração em *off*, imagens com contornos não muito definidos, de um local inabitado, com cores pálidas, em uma perspectiva de opacidade, como se fosse mantido um diálogo com a consideração feita pelo antropólogo em seu depoimento (7e), no qual ele afirma ser muito difícil imaginar o futuro do país neste século.

Nesse contexto, verificamos que a troca polêmica<sup>38</sup> é reforçada a partir da disposição dos depoimentos feita pela documentarista. Há uma disputa em torno do imaginário sociodiscursivo das noções de direita e de esquerda, seja como posições políticas distintas em oposição – uma conservadora e outra progressista –, que travam uma batalha constante por conquista de espaço na sociedade e que possuem diferentes formas de pensar e administrar o arranjo social, seja como forças que participam de um consórcio para gerir o poder político, a partir das normas estabelecidas pelos agentes do

---

<sup>38</sup> Em *Apologie de la polémique* (2014), Amossy defende a polêmica como um debate em torno de um tema da atualidade e de interesse público. Dessa forma, a autora contraria a visão do dissenso como algo negativo e o inscreve em uma perspectiva de projeção pública da discussão de temas de relevância social, a partir de visões de mundo distintas, de posições antagônicas, conflituosas. Assim, a polêmica é vinculada à noção de espaço público e pode ser interpretada como uma dimensão pluralista de se fazer política. No seu entender, “le *dissensus* est sans doute le moteur incontesté de la démocratie” [“o *dissensus* é sem dúvida o motor incontestável da democracia”](AMOSSY, 2014, p.19; grifo do original).

capitalismo internacional, no contexto do neoliberalismo<sup>39</sup>, processo esse desfavorável às classes sociais mais pobres.

Nesse conjunto de depoimentos, ressaltamos, entre os procedimentos discursivos/argumentativos acionados pelos sujeitos na cena enunciativa, a operação de definição empreendida pelos locutores para desqualificar o discurso que nega a existência de diferenças entre direita e esquerda: “bobagem” (7a), “conversa mole” (7b) e “ladainha” (7c). São termos qualificadores que denotam um forte despreço pelo outro ponto de vista, estabelecendo um confronto direto. Também podemos mencionar aqui como estratégia discursiva o uso do procedimento de questionamento argumentativo pelo economista Luiz Carlos Bresser Pereira. Em seu discurso (7b), ele faz um questionamento como forma de criar um quadro de expectativa, apresentando, em seguida, um argumento para justificar a importância da diferença entre esquerda e direita. Trata-se de um mecanismo recorrente não somente para evidenciar que o locutor detém conhecimento, mas também para chamar a atenção do interlocutor e buscar sua adesão a um determinado ponto de vista.

Outro procedimento que se destaca é o da acumulação, que aparece no depoimento do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro (7e). Por meio dele, Castro tece uma rede discursiva, ao encadear argumentos para corroborar o seu ponto de vista. Para tanto, lança mão de marcadores como “então”, “em suma”, entre outros, criando um percurso de sentidos que pode ser retratado como: pacto entre direita e esquerda >> segundo regras do sistema capitalista >> gera um país extremamente contraditório.

Ressalte-se, nessa construção (7e), o uso do operador argumentativo “mas”, que exerce um papel importante, ao introduzir uma reformulação da asserção anterior, de modo a perspectivá-la por outro ângulo. No caso em questão, o locutor problematiza o seu posicionamento acerca da postura da esquerda no Brasil, marcada por um acordo tácito de não alteração em questões de interesses do poder econômico, o da direita. Por essa perspectiva, infere-se que a ação da esquerda estaria sempre condicionada a uma vontade da direita, por meio do estabelecimento de um pacto. Também chama atenção o posicionamento crítico do locutor em relação ao resultado desse pacto, ao recorrer ao procedimento discursivo de definição (metafórica) de políticas sociais, destinadas a

---

<sup>39</sup> Em linhas gerais, o neoliberalismo defende a agenda do Estado mínimo, com cortes drásticos nos encargos sociais e nos investimentos estatais na economia. De acordo com essa perspectiva, quanto mais distante o Estado estiver da regulação da atividade econômica, melhor para o desenvolvimento.

parcelas da população menos favorecidas, como “migalhas que caem da mesa dos riscos pro pessoal que está embaixo comer” (7e).

Nesse sentido, é possível perceber que os entrevistados projetam uma representação da política como um espaço caracterizado por duas dinâmicas bem distintas: ora ocupado por um pacto entre esquerda e direita na administração do governo, ora marcado pela presença dessas duas forças na arena social, cada qual com formas distintas de pensar as soluções dos conflitos sociais e de conduzir a coletividade.

### 3.2.8 O futuro à política pertence

Vejamos os depoimentos que podem ser relacionados a essa questão:

8a) “Então a grande tarefa da presente geração é mudar o sistema político brasileiro. Não sei se isso vai ser possível, pelo menos a curto ou a médio prazo, por meio de uma reforma política que, afinal, é difícil fazer, né? Porque se você faz isso por meios institucionais, é como você pedir que a raposa faça uma reforma no galinheiro.” Filósofo e ensaísta Francisco Bosco (de 23:35 a 23:56)

8b) “Eu acho que faz sim todo sentido pensar num projeto, um projeto de nação, não sei que projeto é esse. Eu acho que hoje não há, ao contrário talvez do que houvesse nos anos 50, 60, as grandes certezas.” Curador e crítico de arte Moacir dos Anjos (de 23:57 a 24:08)

8c) “O que está acontecendo hoje no Brasil, eu acho que é a grande novidade, é que resolveu-se encarar os desafios sociais, civilizatórios do Brasil neles mesmos e por eles mesmos.” Filósofo e ensaísta Francisco Bosco (de 24:09 a 24:21)

8d) “Nós queremos resolver esse problema da concentração da terra, da concentração da riqueza, melhorar a vida do povo, para que a gente possa ter, no seu conjunto, um país livre. Esse é o sentimento, vamos dizer assim, que nos move.” Dirigente do MST Jaime Amorim (de 24:22 a 24:34)

Os quatro depoimentos acima, do filósofo e ensaísta Francisco Bosco, do dirigente do Movimento dos Sem-Terra (MST) Jaime Amorim e do curador e crítico de arte Moacir dos Anjos, constroem realidades discursivas a partir de temas distintos: reforma política (8a), projeto de nação (8b), desafios sociais e civilizatórios do Brasil (8c) e desigualdades no acesso à terra e às riquezas (8d). O filósofo Francisco Bosco (8a) assume uma perspectiva discursiva que condiciona a mudança do sistema político brasileiro, “grande tarefa da presente geração”, a uma reforma política. Trata-se, segundo ele, de um empreendimento difícil de ser alcançado pela via institucional, ou seja, por meio do Congresso Nacional, visto que os membros da Casa legislativa não teriam interesses em aprovar regras que sinalizem uma ameaça a seu *status quo*, como se pode depreender do enunciado: “é como você pedir que a raposa faça uma reforma no galinheiro” (8a). Com efeito, percebe-se que o sujeito estabelece um diálogo, em

uma rede interdiscursiva, com uma perspectiva muito presente na sociedade, que desconfia da atuação dos atores da política institucional brasileira: deputados, senadores, presidente, governadores, vereadores, secretários e ministros de Estado.

A perspectiva discursiva do curador e crítico de arte Moacir dos Anjos (8b), por sua vez, afirma a necessidade de se pensar um projeto de nação para o país, embora tenha dúvidas quanto ao rumo dele, em função da inexistência de “grandes certezas” no cenário atual, que talvez tenham existido nas décadas de 1950 e 1960, conforme pondera. Em um plano interdiscursivo, verificamos um viés de disputa com um discurso presente no campo político, segundo o qual a ideia de um projeto de nação não mais faria tanto sentido, pois caberia aos países integrarem-se à ordem liberal globalizada, em seus campos políticos, jurídicos, econômicos, culturais, entre outros. Em síntese, por essa perspectiva, de cunho neoliberal, o Estado deve abandonar a adoção de um projeto de nação sustentado na ideia de soberania nacional, em nome da adesão à lógica globalizada, a uma dinâmica do capital internacional<sup>40</sup>.

O depoimento do crítico de arte Moacir dos Anjos (8b) menciona a dúvida quanto à existência, no contexto atual, das “grandes certezas” dos anos 1950 e 1960 no país. Nessa época, o Brasil foi marcado pela presença de um ideário nacional-desenvolvimentista, consubstanciado, por exemplo, na criação da Petrobras, em 1953 – cuja fundação está relacionada ao movimento popular “O petróleo é nosso”, do início da década –, e nas chamadas “reformas de base” de João Goulart, no início dos anos 1960, que objetivavam promover mudanças estruturais no país, com vistas à superação do subdesenvolvimento e redução das desigualdades sociais. As reformas consistiam em um conjunto de iniciativas nas áreas bancária, fiscal, urbana, administrativa, universitária e agrária, essa última considerada a principal delas à época.

O segundo depoimento do filósofo e ensaísta Francisco Bosco (8c) nesta parte do estudo apresenta um panorama positivo do cenário político brasileiro na atualidade, o que, de certa forma, problematiza a perspectiva discursiva anterior. Se o crítico de arte

---

<sup>40</sup> Sobre essa discussão, a pesquisadora Daniella Dias (2012), em artigo no qual aborda o conceito de nação no contexto atual, apresenta a seguinte reflexão: “Lvovich (2004, p. 78), ao estudar a obra de Anderson, argumenta que, com a transnacionalização das forças produtivas – fruto do capitalismo avançado –, há a deterioração do sentido de Nação. Ainda que exista a vontade, o desejo de pertencer a uma classe, a uma identidade, as pautas culturais e econômicas frustram essa vontade. Se, como leciona Beck (1998, p. 19), a globalização gera o deslocamento do político – antes diretamente relacionado ao espaço nacional – para o espaço do mercado, uma redefinição ideológica do conceito de Nação precisa ser estruturada como forma de justificação do poder político. Em outras palavras, a ideologia da Nação sobre os limites territoriais do Estado não serve mais a contento como conteúdo ideológico justificador das ações políticas estatais”.

Moacir dos Anjos demonstra, em seu discurso (8b), dúvida quanto à existência de “grandes certezas” que subsidiariam um projeto de nação, o filósofo e ensaísta Francisco Bosco apresenta convicção em relação ao fato de o país estar, na atualidade, enfrentado seus desafios sociais e civilizatórios. O discurso de Bosco deve ser compreendido no contexto das ações de movimentos sociais e manifestações de rua, entendidas como mecanismos que pressionam o sistema político por mudanças, como ele próprio observa, em depoimento anterior no documentário, que aborda as “jornadas de junho”.

Por fim, o depoimento do dirigente do MST Jaime Amorim (8d) assume a orientação discursiva do movimento social do qual faz parte, ou seja, a perspectiva da reforma agrária. Em seu discurso, ele elenca dois problemas a serem enfrentados para que o país possa ser livre: a concentração de terras e da riqueza produzida socialmente. Dessa maneira, embora partam de temas distintos ao construírem suas visões de mundo, os sujeitos projetam na cena discursiva um mesmo imaginário, que podemos chamar de perspectivas, no sentido de apontar soluções para o país, ações a serem encaminhadas para garantir o futuro da sociedade, o que pode ser apreendido pela escolha dos verbos nas enunciações: “*mudar* o sistema político brasileiro” (8a), “*pensar* num projeto de nação” (8b), “*encarar* os desafios sociais, civilizatórios” (8c), “queremos *resolver*” (8d), “*melhorar* a vida do povo” (8d).

Entre os procedimentos agenciados pelos sujeitos, chama atenção o recurso de comparação subjetiva no depoimento do sociólogo Francisco Bosco (8a): “Porque, se você faz isso por meios institucionais, é como você pedir que a raposa faça uma reforma no galinheiro”. Cria-se um efeito argumentativo de evidência, com a intenção de afastar qualquer possibilidade de questionamento. Da mesma forma, ao recorrer ao procedimento de citação de uma máxima, extraída de uma fábula, mantém-se uma relação de intertextualidade com o saber popular, que funciona como uma fonte de verdade e reforça o tom de crítica ao papel desempenhado pelo legislativo brasileiro.

Dessa maneira, verificamos que as produções discursivas dos entrevistados, nesta parte do documentário, projetam na cena argumentativa uma representação da política enquanto espaço aberto à ação dos sujeitos, como forma de construir o futuro. Em outras palavras, a política é compreendida como prática social capaz de nutrir sentimento de esperança, expectativas quanto ao porvir, embora apresente adversidades conjunturais, como a dificuldade quanto à capacidade de promover mudanças pela via institucional e a dúvida em relação à existência de um projeto de nação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos mostrar, ao longo deste trabalho, quais representações sobre a política emergem no programa documental *Galáxias – Olhares sobre o Brasil*, veiculado pelo canal SescTV, em 2015, a partir dos imaginários sociodiscursivos e dos procedimentos argumentativos acionados pelos sujeitos. Em um primeiro momento, traçamos um percurso teórico, composto por dois capítulos, que subsidiou a análise qualitativa do *corpus*. No primeiro capítulo, propusemos uma discussão sobre os conceitos de espaço público, midiaticização, mídia e política, bem como acerca da relação entre esses dois últimos campos. No segundo capítulo, apresentamos uma abordagem sobre o discurso midiático, os imaginários sociodiscursivos e a dimensão argumentativa do discurso e do documentário. No terceiro capítulo, apresentamos o dispositivo de análise e examinamos os discursos do *corpus* por meio das categorias descritas.

Em uma análise de conjunto, verificamos que os discursos colocados em cena no programa problematizaram a visão predominante construída pela mídia tradicional (em especial os principais canais de rádio e televisão do país, bem como os jornais e revistas de grande circulação e os veículos de internet) sobre o campo da política. De acordo com pesquisadores da temática citados neste estudo, trata-se de uma cobertura com forte inclinação para um viés personalista – ou seja, focada nas personalidades políticas – e/ou centrada em disputas pelo poder e em escândalos de corrupção ou possíveis desvios éticos dos atores políticos, ou mesmo na exploração de polêmicas em torno de projetos e ações, o que raramente contribui para uma melhor compreensão do assunto e das diferentes visões de mundo que o cercam. É uma escolha narrativa que privilegia certas formas de construir a realidade social, elidindo outras.

Poder-se-ia objetar que se trata de algo inerente à comunicação humana, ou seja, há sempre a necessidade de falar a partir de um olhar que se lança sobre o mundo, sendo impossível abarcar todos os olhares. No entanto, a pergunta que se deve fazer é: quais formas de construir a realidade social estão sendo secundarizadas e em que medida elas podem contribuir para uma apreensão mais adequada de um fenômeno ou atividade social? Às vezes, mais importante do que e de como se fala é o que se deixa de falar.

Nesse sentido, a visão estruturada pelo programa documental lançou um olhar sobre o tema a partir de outros vieses, entre eles a compreensão de que a política vai além do modelo institucional, representado por executivos, parlamentos e partidos. Em termos temáticos, o programa abordou, por meio dos seus entrevistados, os seguintes assuntos: participação da população na política institucional, financiamento de campanhas eleitorais, esquerda e direita, corrupção, representação sobre a política e os políticos, manifestações sociais, escravidão, ditadura militar e violência policial. Embora não seja possível afirmar, com certeza, sem acesso aos bastidores do programa, se todos esses temas (ou apenas alguns) seriam impostos, conforme postulação de Maingueneau (2008), acreditamos que eles foram colocados em cena em função da proposição da documentarista de abordá-los. De qualquer forma, se falar de direita e esquerda ou de corrupção são temas impostos quando o assunto é política, o mesmo não se pode dizer, por exemplo, de escravidão.

Os temas, de modo geral, foram enquadrados discursivamente por vieses de problematização ou de polemização que dificilmente são encontrados na esfera midiática, enquanto cobertura jornalística, com raras exceções. Geralmente, enquadramentos discursivos que buscam outros olhares acerca dos fenômenos sociais são mais comuns na cobertura midiática quando se trata de alguma efeméride – os 50 anos do golpe militar, por exemplo – ou de um episódio de relevo, uma ocorrência social marcante, para permitir o gancho, a retomada como narrativa jornalística.

Dessa maneira, os temas do programa foram perspectivados discursivamente por diferentes pontos de vista, por vezes em conflito com visões de mundo recorrentes na sociedade, em outros momentos em consonância com elas, porém com a inserção de nuances interpretativas, que estabelecem um olhar crítico. O mesmo ocorre com os imaginários sociodiscursivos, que em algumas ocasiões são confrontados pelas perspectivas discursivas assumidas pelos entrevistados. Isso ocorre, por exemplo, no discurso de abertura do programa, em que o rapper Emicida desconstrói a noção de representatividade (do povo) que a política carrega. Ou ainda quando a documentarista agencia vozes que explicitam uma troca polêmica de sentidos, como na discussão acerca dos imaginários de direita e esquerda ou da soberania popular. Também observamos que os elementos do campo estético/visual analisados foram usados como forma de contribuir para as representações propostas, em um arranjo argumentativo de reforço de perspectivas.

Assim, como se observa no quadro-síntese da próxima página, as representações construídas sobre a política foram variadas, algo que considerávamos como hipótese a ser verificada, em função da complexidade dessa prática social, ora fortemente caracterizada como pertencente ao âmbito institucional, ora como uma atividade com contornos que o extrapola e ganham uma dimensão mais ampla. Embora em muitos pontos de vista prevaleça uma visão crítica sobre a política enquanto prática e sistema sociais, verificamos a construção, no encerramento do programa, de uma crença no agir político, o que é algo importante, em termos de estratégias persuasivas, quando se pensa no sentido de apontar caminhos para a mudança. É preciso destacar, porém, que mesmo as visões críticas, analisadas em seu conjunto, funcionam como um mecanismo de tornar manifestos silenciamentos presentes na sociedade. Não se trata de uma crítica para negar ou criminalizar a política, mas sim para enxergá-la por outros vieses, muitas vezes atravessados por controvérsias.

No entanto, embora destaquemos aqui que o programa lança um olhar sobre o campo político por meio de outros pontos de vista presentes no tecido social, os organizadores da iniciativa audiovisual deixaram de contemplar uma parcela fundamental da sociedade: as mulheres. Não há, ao longo do programa, nenhuma representante feminina para expressar sua visão de mundo acerca da política. Com isso, silenciou-se uma voz importante que poderia problematizar o assunto a partir de outras perspectivas. Vale dizer que, apesar de serem a maioria da população brasileira (51%), elas representam apenas 15% do Congresso Nacional, conforme o resultado das últimas eleições (2018) – dados que só reforçam a exclusão das mulheres entre os entrevistados. Isso, por outro lado, soa estranho se considerarmos que o programa é dirigido por uma mulher: a socióloga e cineasta brasileira Isa Grinspum Ferraz. Ou será que o fato de ela selecionar e orquestrar o conjunto de vozes que são oferecidas ao público já seria uma forma de representar o ponto de vista feminino? Fica essa questão em aberto para reflexão.

É preciso mencionar, além disso, que os entrevistados são pessoas públicas, ou seja, vozes autorizadas (em graus diferentes na sociedade), o que nos leva a ponderar que as representações acerca da política poderiam ser outras caso os participantes fossem pessoas anônimas, de outros extratos sociais ou de setores marginalizados na sociedade, como homossexuais e indígenas. Dito isso, passemos ao quadro-síntese:

**Quadro-síntese dos temas, imaginários e representações sobre  
a política no programa documental *Galáxias – Olhares sobre o Brasil***

<b>Blocos</b>	<b>Temas</b>	<b>Imaginários sociodiscursivos convocados</b>	<b>Representações</b>
<b>4.1 A política da exclusão</b>	Representatividade da população no parlamento brasileiro e escravidão	1) Representatividade do povo no âmbito do poder; 2) política como solução pacífica de conflitos	Política como espaço de exclusão do negro, marcada pela desigualdade e que fomenta, por vezes, a violência – modelo resultante de nossa herança escravocrata
<b>4.2 Político é tudo igual?</b>	Representação sobre a política e os políticos	Os políticos são todos corruptos e legislam em causa própria	Política como espaço marcado tanto pela presença de corruptos quanto de parlamentares e gestores públicos honestos
<b>4.3 O povo unido jamais será vencido?</b>	Manifestações sociais / “jornadas de junho”	Soberania popular	Política enquanto prática social atravessada por disputas de forças sociais e de sentidos da soberania popular e da corrupção
<b>4.4 Quem doa investe</b>	Financiamento de campanhas eleitorais	Caixa 2	Política como prática social subordinada aos interesses do poder econômico, que corrompe os agentes políticos institucionais
<b>4.5 A política da repressão</b>	Violência policial	Estado opressor	Política enquanto instituição incapaz de solucionar de forma pacífica os conflitos e problemas sociais. Concepção de Estado promotor de violência e excludente
<b>4.6 A política militarizada</b>	Ditadura militar	Governo militar/militares no poder	Política enquanto espaço paradoxal, de convivência contraditória entre democracia e militares no poder

<b>4.7 Oposição ou governo?</b>	Direita e esquerda	Noção de direita e esquerda; existência ou não de diferenças entre elas	Política enquanto espaço caracterizado por duas dinâmicas distintas: ora um pacto entre direita e esquerda, ora a existência de ambas as forças, cada qual com posições diferentes, no contexto da luta de classes.
<b>4.8 O futuro à política pertence</b>	1) reforma política; 2) projeto de nação; 3) desafios sociais e civilizatórios; 4) acesso à terra e às riquezas	Perspectivas para o país	Política enquanto espaço aberto à ação dos sujeitos, como forma de construir o futuro.

A partir desse quadro, vimos emergir na esfera pública midiática um tratamento mais abrangente da política, por meio de olhares que questionam a realidade social brasileira. Conforme apontam autores citados neste estudo, como Maia (2004), o espaço da visibilidade midiática pode sim funcionar como um lócus de produções voltadas para a criação de uma base reflexiva, pautada pelas trocas argumentativas e pelo debate de temas candentes na sociedade. Basta que não se priorize o padrão informativo da mídia atual, guiado pelo imediatismo e por enquadramentos discursivos que discutimos aqui, com Rothberg (2011), entre eles o episódico, que se concentra nos aspectos circunstanciais do fato, em detrimento de uma abordagem mais aprofundada, prática que pouco contribui para uma melhor compreensão das dinâmicas sociais.

Nesse sentido, a despeito de posições teóricas que afirmam que a mídia é um campo discursivo atravessado predominantemente pela lógica do entretenimento, da manipulação e/ou da abordagem superficial dos variados assuntos, percebemos ser possível que se adentre, na esfera pública midiática, um produto audiovisual com dimensões argumentativas, orientadas para o debate mais aprofundado de questões de interesse público, por meio de pontos de vista distintos e, por vezes, conflitantes. Se, como observam Guazina e Mota (2010), o conflito, pensado na dimensão do fomento a intrigas entre os atores políticos, é a categoria estruturante da narrativa jornalística sobre a política, de modo a funcionar como uma espécie de perspectiva macrodiscursiva que orienta a apreensão da realidade nesse campo, no programa documental em análise neste trabalho, o conflito ganha outra dimensão – a de projetar na cena pública uma maior diversidade de leituras do mundo, como forma de propiciar a discussão.

Por essa perspectiva, o conflito (ou a polêmica), mais do que um elemento para capturar a audiência, objetivou contemplar distintos pontos de vista na sociedade e aprofundar a reflexão em torno da temática. Com efeito, afastou-se da lógica da espetacularização, presente na mídia tradicional e discutida neste estudo, e assumiu o compromisso do debate racional, do estímulo à reflexão, do confronto de diferenças, muitas vezes sem apontar respostas, bem como da emergência de outras vozes e da ruptura de silenciamentos. Por duas vezes no programa documental, por exemplo, os entrevistados (o sociólogo Jessé Souza, em 3c, e o artista plástico Daniel Melim, em 4c) mencionam o papel da mídia como um ator político, que age conforme seus próprios interesses e não os da sociedade, uma das teses apresentada por Lima (2004) ao discutir os enfoques que orientam os estudos sobre comunicação e política no Brasil.

Se observarmos as reflexões de Rothberg (2011), segundo as quais a mídia comercial concentrada se guia predominantemente pela tendência de enxergar o telespectador como um consumidor, podemos dizer que o programa documental rompe com essa lógica e proporciona um conteúdo destinado a um público receptor pensado enquanto cidadão portador de direitos, entre eles o de ser informado a partir de diferentes perspectivas vigentes na sociedade. O que se observou foi um distanciamento da abordagem factual, do cotidiano, para adentrar reflexões e proposições argumentativas sobre aspectos da temática escolhida, dinâmica recorrente na produção documental, como pontuam Roldão, Bazi e Oliveira (2007).

Nesse contexto, a política é relacionada às perspectivas desenvolvidas por Chauí (2003), como uma prática social vinculada ao Estado (em variadas dimensões possíveis, da exclusão à violência), a ações de grupos da sociedade destinadas a algum tipo de contestação, a profissionais do campo político e a atividades pouco confiáveis – essa última perspectiva, por exemplo, apresentada na discussão acerca do financiamento privado de campanhas eleitorais. Da mesma forma, podemos perceber a vinculação da política à leitura empreendida por Rancière (2018), quando o rapper Emicida, por exemplo, instaura o desentendimento e projeta, como representante, a voz daqueles que, mesmo sendo maioria, não possuem o adequado espaço no cenário social: os negros.

Dessa forma, há uma construção social da realidade que aponta para uma visão da política bem mais complexa do que a que costuma estar presente nos noticiários. Se, como pontua Charaudeau (2015b), o discurso de informação midiático possui como características essenciais a efemeridade e a a-historicidade, percebemos que a narrativa do programa documental caminha em direção oposta, entrelaçando a política a uma

dimensão histórica, ao mencionar os episódios da escravidão e da ditadura militar, por exemplo, e, ao mesmo tempo, inscrevendo a abordagem do assunto em um outro terreno, não mais o do efêmero (como na mídia tradicional), mas sim o daquele que possui laços e dinâmicas sociais e temporais mais duradouras.

Da mesma maneira, a visada da informação construída pelo programa documental, ao contrário do que propõe o discurso midiático em geral, não pretende se mostrar neutra ou transparente. Em oposição a isso, a voz do documentário, compreendida a partir dos postulados de Nichols (2005), mostra-se presente o tempo todo e assume pontos de vista presentes na sociedade. Com isso, o programa se inscreve na tradição do profícuo diálogo entre a produção documental e televisão brasileira, como pontua França (2011).

Ao partimos do pressuposto da pertinência do fenômeno da midiática, discutido neste trabalho à luz de Hjarvard (2012), isto é, se pensarmos os meios de comunicação como um ator social que influencia e intervém nas atividades de outras instituições sociais, entre elas a política, mostra-se fundamental defendermos aqui a necessária presença, na cena midiática, de produções audiovisuais como o programa documental em questão, que buscam problematizar e aprofundar aspectos da realidade social, pois, como bem observa Rothberg (2011), uma maior diversidade informativa proporciona melhores condições para que a sociedade possa tomar decisões mais adequadas às suas necessidades e ao contexto histórico-social em que se encontra.

Dessa forma, observamos que a documentarista agencia, ao longo do programa, olhares que podem nos ajudar a repensar a cobertura tradicional feita pela mídia e a compreender melhor a política no país, a partir de uma perspectiva mais abrangente. Ou, ainda, a evidenciar que a televisão pode comportar tanto a cobertura mais factual, centrada em registrar os episódios da vida política brasileira, quanto a exibição de programas documentais de qualidade estética e com um tratamento mais analítico, programas esses que sejam problematizadores da realidade social, com visões de mundo diferentes daquelas que costumeiramente vemos nos noticiários. Quem sabe assim consigamos construir, efetivamente, por meio de ações políticas, sociedades livres das desigualdades (sociais, econômicas, culturais, raciais, de gênero, etc.) e de quaisquer formas de opressão.

## REFERÊNCIAS

- AMOSSY, Ruth. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. *EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n.1, p. 129-144, nov. 2008.
- ALMEIDA, Jorge. Opinião pública ativa e esfera pública democrática. Trabalho apresentado no IV Congresso Latino-americano de Ciências da Comunicação, São Paulo, 1999, no GT de Comunicação, Meios de Comunicação e Política. Disponível em <http://www.eca.usp.br/associa/alaic/Congreso1999/3gt/Jorge%20Almeida.rtf>. Acesso em: 22/03/2019.
- ARANHA, Maria L. de Arruda; MARTINS, Maria H. Pires. Política. In: ARANHA, Maria L. de Arruda; MARTINS, Maria H. Pires. *Filosofando: introdução à filosofia*. São Paulo: Moderna, 2003, p. 214-295.
- ARCANJO, Fábio Ávila. A argumentação retórica no gênero fílmico documental. *EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n.13, p. 1-17, jan./jun. 2017.
- ARCANJO, Fábio Ávila. O documentarista pode ser considerado um autor?. *INTERFACIS – Revista Científica da FASCISABH*, Belo Horizonte, v.2, n.2, p. 1-15, jan/jun. 2016.
- BARCELOS, Janaína. A construção de uma visão do outro a partir da leitura de fotografias jornalísticas. In: EMEDIATO, Wander (org). *A construção da opinião na mídia*. Belo Horizonte: FALE/UFMG/NAD, 2013. p. 223-242.
- BORGES, Altamiro. *A ditadura da mídia*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.
- BRANT, João Caldeira. A atuação das empresas de televisão como grupo de interesse: estratégias e táticas de pressão no caso da política de classificação indicativa. Tese (Doutorado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2018.
- CAMPOS, Carla Leila Oliveira; LARA, Gláucia Muniz Proença. O dito e o silenciado em reportagens sobre tráfico de drogas no Rio de Janeiro. In: EMEDIATO, Wander (org). *A construção da opinião na mídia*. Belo Horizonte: FALE/UFMG/NAD, 2013. p. 269-292.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.
- CHARAUDEAU, Patrick. Les stéréotypes, c'est bien, les imaginaires, c'est mieux. In: BOYER, Henri (Org). *Stéréotypage, stéréotypes: fonctionnements ordinaires et mises en scène*. Paris: L'Harmattan, 2007. p.49-63. Disponível em <http://www.patrick-charaudeau.com/Les-stereotypes-c-est-bien-Les.html>. Acesso em 14/05/2019.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2015a.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2015b.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2016.

- CHAUI, Marilena. A vida política. In: \_\_\_\_\_. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ática, 2003.
- COSTA, Sérgio. Do simulacro ao discurso: esfera pública, meios de comunicação e sociedade civil. *Comunicação e política*. Rio de Janeiro, IV (I), p. 118-130, maio/ago. 1998.
- DIAS, Daniella. O que vem a ser Nação no contexto atual? *Revista de Informação Legislativa*. Brasília, a. 49, n. 196, out./dez. 2012, p. 53-68.
- DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- EMEDIATO, Wander. Prefácio. In: \_\_\_\_\_ (org.). *A construção da opinião na mídia*. Belo Horizonte: FALE/UFMG/NAD, 2013, p. 12-16.
- EMEDIATO, Wander. A construção da opinião na mídia: argumentação e dimensão argumentativa. In: \_\_\_\_\_ (org.). *A construção da opinião na mídia*. Belo Horizonte: FALE/UFMG/NAD, 2013, p. 69-103.
- EMEDIATO, Wander. Representações discursivas das mídias sobre as favelas. In: LARA, Glaucia Muniz Proença; LIMBERTI, Rita de Cássia A. Pacheco (orgs.). *Representações do outro: discurso, (des)igualdade e exclusão*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2016, p. 147-161.
- FERNANDES, Adélia Barroso; OLIVEIRA, Luiz Ademir de. Espaço Público, política e ação comunicativa a partir da concepção habermasiana. *Revista Estudos Filosóficos*. São João del-Rei, nº6, 2011, p 116-130.
- FRANÇA, Andréa. O pensamento do documentário na televisão brasileira: a década de 1970. *Revista Ecopós*. Rio de Janeiro, n. 2, p. 129-141, 2011.
- FRANÇA, Vera Veiga. *Jornalismo e vida social*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- GUADANINI, Sandra Magna. A construção da opinião através da designação nas revistas informativas. In: EMEDIATO, Wander (org.). *A construção da opinião na mídia*. Belo Horizonte: FALE/UFMG/NAD, 2013. p. 137-156.
- GOMES, Wilson S. Esfera pública política e media. Com Habermas, Contra Habermas. In: RUBIM, A.; BENTZ, I.; PINTO, M. J.. (Orgs.). *Produção e recepção dos sentidos Mediáticos*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 155-185.
- GOMES, Wilson S. A transformação da política. In: \_\_\_\_\_. *Transformações da política na era da comunicação de massa*. São Paulo: Paulus, 2004, p. 357-452.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. A mídia e a espetacularização da cultura. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 9-20.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. *Comunicação, mídia e consumo*. São Paulo, v. 4, n.11, p. 11-25, 2007.
- GRIZE, Jean-Blaise. Le point de vue de la logique naturelle: démontrer, prouver, argumenter. In: \_\_\_\_\_. *L'Argumentation aujourd'hui*. Positions théoriques en confrontation. Paris, Presses de la Sorbonne Nouvelle, 2004.
- HJARVARD, Stig. Mídiação: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. *MATRIZES*, São Paulo, Ano 5, n. 2, p. 53-91, jan./jun. 2012.
- LIMA, Venício A. de. Sete teses sobre mídia e política no Brasil. *Revista da USP*, São Paulo, n. 61, p.48-57, mar./maio 2004.

LUCENA, Luiz Carlos. *Como fazer documentários: conceito, linguagem e prática de produção*. São Paulo: Summus, 2012.

MAIA, Rousiley. Dos dilemas da visibilidade midiática para a deliberação pública. In: LEMOS, A. et al. (orgs.). *Mídia.br*. Porto Alegre: Sulina, 2004, p. 9-38.

MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, SP: Pontes: Editora da Unicamp, 1993.

MAINGUENEAU, Dominique. Uma semântica global. In: \_\_\_\_\_. *Gênese dos Discursos*. São Paulo: Parábola, 2008. p. 75-97.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso*. São Paulo: Parábola, 2015.

MELLO, Shirlei M. Freitas; EMEDIATO, Wander. A informação jornalística, publicidade e propaganda. In: EMEDIATO, Wander (org). *A construção da opinião na mídia*. Belo Horizonte: FALE/UFMG/NAD, 2013. p. 243-267.

MORAIS, Argus R. Abreu de. Os imaginários sociodiscursivos acerca do nordeste brasileiro. *EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n. 7, p. 22-38, dez.2014.

MOURA, Maria Betânia. Memória discursiva em Foucault e acontecimento jornalístico. *BOCC. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*, v. 1, p. 1-12, 2008.

MOTTA, Luiz G.; GUAZINA, Liziane. O conflito como categoria estruturante da narrativa política – o caso do Jornal Nacional. *Brazilian Journalism Research*, v.6, n. 1, p. 132-149, 2010.

NICHOLS, Bill. *Introdução ao documentário*. Campinas, SP: Papyrus, 2005.

OLIVEIRA, Luiz Ademir de; FERNANDES, Carla Montuori; CHAGAS, Genira Correia. Novos passos do golpe: o enquadramento da Reforma da Previdência no Jornal Nacional. *Revista Contracampo*, v. 37, p. 1-28, 2018.

PORTO, Mauro P. Enquadramento da mídia e política. In: XXVI ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS – ANPOCS, 2002, Caxambu, MG.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. São Paulo: Editora 34, 2018.

RODRIGUES, Adriano Duarte. Delimitação, natureza e funções do discurso midiático. In: MOIULLAUD, Maurice (Org). *Jornal – da forma ao sentido*. Brasília: Editora da UnB, 2002.

ROLDÃO, Ivete Cardoso do Carmo; BAZI, Rogério; OLIVEIRA, Ana Paula Silva. O espaço do documentário e da reportagem especial na televisão brasileira: uma contribuição ao debate. *Contracampo*, v. 17, p. 107-125, 2007.

ROTHBERG, Danilo. *Jornalismo público: informação, cidadania e televisão*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Espetáculo, mídia e política. In: 9º ENCONTRO ANUAL DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL (COMPÓS), 2002, Rio de Janeiro. Disponível em [http://www.compos.org.br/data/biblioteca\\_757.pdf](http://www.compos.org.br/data/biblioteca_757.pdf). Acesso em 11/03/2019.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. Novas configurações das eleições na idade mídia. *Opinião Pública*. Campinas, SP, v. VII, n. 2, p. 168-181, 2001. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8641081>. Acesso em 17/03/2019.

SODRÉ, Muniz. *A narração do fato – Notas para uma teoria do acontecimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

THOMPSON, John Brookshire. *A mídia e a modernidade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

TRAQUINA, Nelson. As notícias. In: \_\_\_\_\_ (org). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Veja, 1987.

TURPIN, Béatrice. A discriminação dos ciganos na imprensa francesa. In: LARA, Glaucia Muniz Proença; LIMBERTI, Rita de Cássia A. Pacheco (orgs). *Representações do outro: discurso, (des)igualdade e exclusão*. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2016, p. 91-104.

WOLTON, Dominique. *Elogio do grande público: uma teoria crítica da televisão*. São Paulo, Ática, 1996.